

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA**

Adriana Maria de Souza

“Nega maluca”: raça, discursos higienistas e mulheres negras no pós-Abolição (1888-1955)

Doutorado em História Social

**São Paulo
2022**

Adriana Maria de Souza da Silva

“Nega maluca”: raça, discursos higienistas e mulheres negras no pós-Abolição (1888-1955)

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo de qualificação como exigência parcial para título de DOUTORA em História Social, sob a orientação da Prof. Dr. Amailton Magno Azevedo.

São Paulo
2022

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Dissertação por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

E-mail: _____

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

DE SOUZA, ADRIANA MARIA

“Nega maluca”: raça, discursos higienistas e
mulheres negras no pós-Abolição (1888-1955). /
ADRIANA MARIA DE SOUZA. -- São Paulo: [s.n.],
2022.

137p. il. ; cm.

Orientador: Amailton Magno Azevedo.
Tese (Doutorado)-- Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em
História.

1. História?. 2. Mulheres Negras? . 3. ? Loucura;
Manicômio; . 4. Juquery; São Paulo.. I. Azevedo,
Amailton Magno . II. Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós
Graduados em História. III. Título.

CDD

DEDICATÓRIA

*Dedico esta tese aos meus pais (in memoriam)
Nilson João de Souza e Maria Cecília de Souza,
às minhas filhas Jainara, Yanara e Naiara e ao
meu companheiro Carlos Cesar.*

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES)

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

AGRADECIMENTOS

Meus primeiros agradecimentos são destinados aos meus guardiões, meus orixás, a Cabocla Iara e principalmente a dona do meu Ori, senhora dos ventos e tempestades, Iansã. Sem eles eu teria desistido no meu caminho, por conta de tão sinuosa estrada que segui até aqui.

Agradeço as minhas três filhas: Jainara, Yanara e Naiara e meu companheiro Carlos Cesar e minha mãe de Santo Marilda e meu Pai Roberto.

Meus agradecimentos a minha amiga e irmã (*in memorian*) Maria Gerlane, sempre esteve do meu lado, em momentos bons e momentos difíceis.

À minha amiga Evellin, e Maíra sempre parceiras, em todos os momentos.

Meus agradecimentos ao CECAFRO – PUC- SP

Agradeço ao meu orientar Amailton Magno Azevedo.

Agradeço aos professores Willian e Enio que fizeram parte da minha de qualificação e suas orientações para a tese final.

O título é importante na vida acadêmica, mas as amizades que construímos ao longo da nossa trajetória, são mais valiosas.

Ubuntu: “Eu sou porque nós somos”

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é perceber de que forma se configurou o mito da “*negra maluca*”, em meio ao período de modernização do Brasil onde os “loucos” passam a ser “resíduos da sociedade e uma ameaça à ordem pública”. É sabido que imigrantes europeus pobres, negros e mulheres consideradas desajustadas faziam parte dessa massa de considerados “doentes mentais”, que não se enquadravam no perfil da população desejada para a jovem nação que estava nascendo no final do século XIX. No pós-abolição e o estabelecimento formal da “cidadania” para a população negra, emergiram teorias e representações sobre igualdade, civilização e nacionalidade e aparecem, nos grandes debates da época, a afirmação da inferioridade e os temores quanto ao nosso futuro racial. Comportamento, visões de mundo, religiosidade, controle do corpo, faziam parte da preocupação de elite política do país que tinha como base as teorias racistas elaboradas e defendidas pela maioria dos médicos psiquiátricos, assim como no médico psiquiatra e legista Nina Rodrigues. Partindo da análise de pretende-se identificar, os diagnósticos endereçados as mulheres negras e os fatores que levavam ao encarceramento no Juquery em Franco da Rocha SP, entre 1888 a 1955.

PALAVRAS-CHAVE: História; Mulheres Negras; Loucura; Manicômio; Juquery; São Paulo.

ABSTRACT

The objective of this research is to understand how the myth of the "crazy black woman" was configured in the midst of Brazil's modernization period, where the "crazy" become "society waste and a threat to public order". It is known that poor European immigrants, blacks and women considered maladjusted were part of this mass of considered "mentally ill", who did not fit the profile of the desired population for the young nation that was being born at the end of the 19th century. In the post-abolition period and the formal establishment of "citizenship" for the black population, theories and representations about equality, civilization and nationality emerged and, in the great debates of the time, the affirmation of inferiority and fears about our racial future appear. Behavior, worldviews, religiosity, body control, were part of the concern of the country's political elite, which was based on racist theories developed and defended by most psychiatric doctors, as well as by the psychiatrist and coroner Nina Rodrigues. Starting from the analysis, it is intended to identify the diagnoses addressed to black women and the factors that led to incarceration in Juquery in Franco da Rocha SP, between 1888 and 1955.

KEYWORDS: History; Black Women; Craziiness; Asylum; Juquery; Sao Paulo.

*Se teu corpo se arrepiar
Se sentires também o sangue ferver
Se a cabeça viajar
E mesmo assim estiveres num grande astral
Se ao pisar o solo teu coração disparar
Se entrares em transe sem ser da religião
Se comeres fungi, quisaca e mufete de cara-
pau
Se Luanda te encher de emoção
Se o povo te impressionar demais
É porque são de lá os teus ancestrais
Pode crer no axé dos teus ancestrais¹*

¹ Martinho da Vila, 1973

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação de internas pretas e pardas Man eu sou porque nós somos icômio Judiciário do Estado de São Paulo – ----- 60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – OS INDESEJÁVEIS DA CIDADE	34
1.1 VADIAGEM.....	34
1.2 TRABALHO, SEXUALIDADE E COSTUMES NA CIDADE.....	38
1.3 O ALIENÍSMO CIENTÍFICO.....	43
1.4 O NEGRO E A PSIQUIATRIA EM SÃO PAULO.....	47
1.5 APRISIONANDO MULHERES NEGRAS: MANICÔMIO JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	52
1.6 SOBRE RAÇA E RACISMO: DADOS DOS PRONTUÁRIOS NO MANICÔMIO JUDICIÁRIO.....	59
CAPÍTULO 2 - OS PRONTUÁRIOS MÉDICOS	62
2.1 VULGO M. O.	66
2.2 OS PRONTUÁRIOS: FONTES JURÍDICAS E PSIQUIÁTRICAS	68
2.3 A NARRATIVA MÉDICA ACERCA DE M. O.....	74
2.4 A BELA E RECATADA DO LAR	77
2.5 PERSONALIDADES PSICOPÁTICAS: FIGURAS DO PERIGO NA CONSTRUÇÃO DA (A)NORMALIDADE	84
2.6 O EXAME MÉDICO-LEGAL COMO DISPOSITIVO DE NORMALIZAÇÃO	91
CAPÍTULO 3 – NEGRAS E NEGROS NOS RELATÍOS DE POLÍCIA	98
3.1 A CADEIA E A PUNIÇÃO EM SÃO PAULO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX	99
3.2 QUANDO A POLÍCIA ENTREGAVA CORPOS PRETOS PARA A FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO	103
3.2.1 DIREITO E MEDICINA A SERVIÇO DO BRANQUEAMENTO	104
3.2.2 VIOLAR OS POBRES PARA ENALTECER OS RICOS	106
3.2.3 UM BRINQUEDO	108
CAPÍTULO 4 - PRISÕES E AUTOS DE EXAMES DE SANIDADE NA CIDADE DE SÃO PAULO SÉCULO XIX-XX	110
4.1 A CRIMINALIZAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS E AS PRISÕES EM SÃO PAULO	114
4.2 LITERATURA BRASILEIRA: A ARGAMASSA DA MÍTICA DA “NEGRA MALUCA”	116
4.3 JORGE AMADO SÉCULO XX: ESTEREOTÍPICO DA MULHER NEGRA	119
4.4 BERTOLEZA E RITA BAIANA: A INVENÇÃO DA MÃE PRETA E A DEVASSA NA OBRA “O CORTIÇO” DE ALOISO AZEVEDO	121
4.5 A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NA OBRA.....	123

4.6 SEM RUPTURAS, SOMENTE CONTINUIDADES.....	129
CONCLUSÃO	131
BIBLIOGRAFIA	133
PERIODICOS DE PESQUISA	138

INTRODUÇÃO

As lutas antirracistas no Brasil encabeçadas pelo Movimento Negro e outros coletivos, assim como as políticas públicas que possibilitou o acesso das populações negras e indígenas nas Universidades, gerou também uma diversidade de projetos de pesquisas com temas antes pouco abordados e nos trouxe uma gama de questionamentos, como: *o papel da população negra na história do país em diversos períodos, não somente ligados a escravidão, mas a efetiva participação da população negra na educação, na saúde, nas artes, assim por diante.*

A branquitude é um dos temas pesquisados por Lourenço Cardoso, Aparecida Bento e Lia Vainner, assim como outros pesquisadores, como a branquitude está posta e isenta de críticas por parte da maioria da população branca. Expressões pejorativas que necessitam de reflexão e de serem extirpadas do vocabulário como *segunda feira: Dia de branco; alma branca*; assim como um bolo de chocolate que se chama “*Nega Maluca*”, termos que geram vários questionamentos, assim como mito da negra raivosa, masculinizada e perigosa, tão reproduzidos nas novelas, programas humorísticos e filmes.

A construção da loucura como doença “típica” da “raça” negra segundo Nina Rodrigues.

Segundo Santos², os três sentidos associados ao significante “negra” são fruto do processo de colonização do abismo, marcando não só o *modus operandi* do Brasil, mas também a ideologia comum de uma sociedade construída no paradigma da “apropriação/violência”:

Mulheres negras loucas, mulheres negras furiosas e mulheres negras hipersexualizadas – há uma gama de bibliografia sobre este tópico, e tem sido discutido por vários autores. Quanto à loucura como processo social, ela existe no entrelaçamento dos outros dois (mas não só), ambos pertencentes ao paradigma flutuante e frágil. Persevere e seremos chamados de lunáticos. Anormalmente somos chamados de raiva e o conteúdo que produzimos é “agressivo”. A questão é: “Agressivo para quem e pálido?” Nossos corpos estão constantemente sendo sexualizados. Estamos lá o tempo todo. Somos impedidos. Nossa ascensão, quando acontece, é discreta – ou seja, não é simples³.

Esta mulher é constantemente desqualificada, apagada, sobrevive na (apesar da) injustiça. Portanto, as camadas de violências são muitas: física, mental, epistemológica,

² SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal. Das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *Novos estudos* 79. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf>. Acesso em 18 jul. 2022.

³ *Idem.*

cognitiva, social. A negativa deste processo no mínimo revela que a necessidade de elaboração de um processo pedagógico para a branquitude é urgente e fundamental. É necessário à branquitude rejeitar a comodidade e a hipocrisia da negação e fazer ela mesma a sua travessia. O letramento racial e um aprendizado antirracista dizem respeito a interrupção por parte de pessoas brancas da repetição das estruturas de opressão, de morte e de produção de privilégios, calcados justamente na negação do racismo e suas violências.

As violências aplicadas as mulheres negras são atravessadas pelo racismo e pela classe social. María Lugones em *Colonialidad y Género*, pesquisa a intersecção de raça, classe, gênero e sexualidade para entender a grave apatia que os homens apresentam em relação à violência que é continuamente infligida às mulheres de cor: mulheres não brancas; mulheres vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade do gênero; mulheres que produziram análises críticas do feminismo preponderante exatamente por ignorar a interseccionalidade de raça/classe/sexualidade/gênero.

Segundo a autora, acima de tudo:

Como es crucial para nuestras luchas, me refiero al olvido de aquellos hombres que siguen sufriendo la dominación racial, la colonialidad del poder, rebajados por el capitalismo global. Cuestionar su indiferencia ante la violencia que el Estado, el patriarcado blanco, y que propagan contra las mujeres en nuestras comunidades, en todo el mundo, es el incitante que me hace a esta investigación teórica. Me interesan estas comunidades, ya sea que estén ubicadas en Brooklyn, Los Ángeles, Ciudad de México, Londres --u otros centros urbanos importantes del mundo-- o las comunidades indígenas rurales de Nuevo México, Arizona, Mesoamérica, la región andina, Nueva Zelanda, Nigeria, son comunidades que no aceptaron pasivamente la invasión colonial occidental.⁴

Entende-se que a indiferença à violência contra as mulheres nas nossas comunidades pesquisadas pela autora, como uma indiferença às profundas transformações sociais nas estruturas comunais e, por conseguinte, absolutamente pertinentes para a abstenção da imposição colonial.

⁴Como é crucial para nossas lutas, estou me referindo ao esquecimento daqueles homens que continuam sofrendo com a dominação racial, a colonialidade do poder, rebaixada pelo capitalismo global. Questionar sua indiferença à violência que o Estado, o patriarcado branco, e que propagam contra as mulheres em nossas comunidades, em todo o mundo, é a incitação que me faz a esta investigação teórica. Estou interessado nessas comunidades, sejam elas localizadas no Brooklyn, Los Angeles, Cidade do México, Londres - ou outros grandes centros urbanos ao redor do mundo - ou nas comunidades indígenas rurais do Novo México, Arizona, Mesoamérica, região andina, Nova Zelândia, Nigéria, são comunidades que não aceitaram passivamente a invasão colonial ocidental

Sueli Carneiro e Pólen⁵ propõe a inseparabilidade entre racismo, capitalismo e *cisheteropatriarcado*, sendo o que expõe mulheres negras, mais que outros grupos, aos trânsitos dessas estruturas. O termo, portanto, define um posicionamento do feminismo negro frente a essas opressões, “desfazendo a ideia de um feminismo global e hegemônico como voz única.”⁶

O racismo sofrido mulheres negras, se apresenta acompanhado de sexíssimo, xenofobia e classe social. As mulheres apresentadas nesta tese foram vítimas da “interseccionalidade⁷”.

Para as autoras, a interseccionalidade enquanto “sensibilidade analítica, é pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, rigor, focado nos homens negros”⁸.

As diferentes experiências sobre gênero, negando a pretensão de homogeneidade feminista, e sobre raça, exemplificando como as mulheres negras e os homens negros vivem situações de racismo diferentes. Contudo, a autora é incisiva ao evocar a epistemologia feminista negra pensada por Patrícia Hill Collins, que “recria argumentos de competição entre os mais excluídos, as hierarquias entre eixos de opressão e violações consideradas menos preponderantes⁹”, ou seja, a interseccionalidade deve combater juntos, racismo, capitalismo e heteropatriarcado, uma vez que “impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades,

⁵ AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p. ISBN 978-85-98349-69-5

⁶ *Idem, Ibidem*, p.14.

⁷ O termo “interseccionalidade” foi cunhado e utilizado metodologicamente pela primeira vez em 1989, pela estadunidense jurista e defensora dos direitos civis, Kimberlé Crenshaw, com a publicação do artigo “Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”, mas conquistou popularidade acadêmica apenas em 2001, após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, na África do Sul. Bem antes disso, porém, Sojourner Truth, ativista ex-escravizada, já apontava a desigualdade de gênero sob uma perspectiva racial desde 1851, seguida por militantes do movimento negro estadunidense que antecederam Crenshaw. Interseccionalidade é, portanto, “abordagem que afirma que os sistemas de raça, classe social, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade são características mutuamente construtivas de organização social que moldam as experiências das mulheres negras e, por sua vez, são formadas por elas.” COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. p. 460).

⁸ *Idem, Ibidem*, p. 18.

⁹ COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019, p. 438.

analisam-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos.¹⁰”

A temática central desta Tese de Doutorado, são os debates médicos difundidos por Raimundo Nina Rodrigues e Franco da Rocha no Estado de São Paulo na construção do “Mito da Negra Maluca”, ou seja, a construção do perfil psiquiátrico e social da mulher negra nos prontuários médicos e nos relatórios de polícia entre os anos de 1888 e 1955.

De uma maneira geral, trata-se de desconstruir a mítica que enquadrava as mulheres negras como raivosas, propensas à loucura e a degeneração moral. A mítica que inicia no Estado de São Paulo no pós-abolição teve como aliado para a sua propagação, os romances do período. Nos dias de hoje, conta com as novelas e os filmes que em sua maioria, apresenta as mulheres negras como agressivas, loucas, perigosas, barraqueiras, criminosas, incapazes, hipersexualizadas ou desprovidas de beleza.

Nos prontuários analisados para a pesquisa, as pacientes, todas mulheres negras, são descritas como loucas e degeneradas e suas características físicas (cabelos, cor da pele, formato do nariz), serviram como agravantes.

Estigmatizadas pelo sensacionalismo dos médicos psiquiátricos, estas mulheres estiveram sempre na interseção de dois domínios científicos. Para os psiquiatras, tratava-se de pessoas loucas perigosas, e para a polícia, eram desajustadas sociais e imorais juridicamente e, portanto, cabia-lhes a imputabilidade das penas travestidas de internações psiquiátricas que em sua maioria, a alta hospitalar estava de braços dados com o óbito.

A metodologia para desenvolvimento desta pesquisa teve como um dos propósitos abordar a temática a partir da análise das fontes documentais, busquei analisar os discursos médicos espalhados em livros, revistas especializadas e periódicos diversos. Outra grande demanda documental refere-se aos processos criminais, lidos com o intuito de encontrar vestígios das “desordens sociais” provocadas pelas loucas criminosas e descritas nos seus prontuários.

O Prontuário do Paciente é considerado um documento de arquivo, uma vez que o ambiente que ele se encontra geralmente é denominado como “Serviço de Arquivo

¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 43.

Médico e Estatístico”¹¹. Jacomé¹² aponta em sua pesquisa que membros dos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos no Brasil, não veem como necessário a consulta aos seus respectivos Comitês de Ética em Pesquisa sobre pesquisas que envolvam a consulta a Prontuários, dentre outras, sendo assim, as informações disponibilizadas nestes documentos, estão sendo relegadas a registros que interessam apenas aos pesquisadores, desconsiderando o sujeito, o paciente, dono do Prontuário.

A discussão sobre Ética em Pesquisa, principalmente aquela que envolvam Seres Humanos, foi regulamentada no Brasil pela Resolução CNS nº 196/1996, sendo a mesma substituída pela Resolução CNS nº 466/2012. Em setembro de 2015, foi colocada em discussão e consulta pública uma minuta de resolução voltada para a área de Ciências Humanas e Sociais, pois a Resolução 466/2012, está mais direcionada a área da Saúde, e a área das Ciências Humanas e Sociais têm suas especificidades que a Resolução CNS 466/2012 deixa descoberta, dando origem a Resolução CNS 510/ 2016.

Não há como elaborar um debate sobre loucura e incapacidade civil sem retornarmos ao clássico trabalho de Michel Foucault: “História da Loucura na Idade Clássica”¹³.

Numa arqueologia do saber psiquiátrico, Foucault nos possibilita interrogar, através da loucura, os princípios que regem a sociedade moderna. “A loucura é um momento difícil, porém essencial, na obra da razão; através dela, e mesmo em suas aparentes vitórias, a razão se manifesta e triunfa. A loucura é, para a razão, sua força viva e secreta”¹⁴. Como uma alteridade às luzes, a construção do sujeito racional e soberano requer a invenção do seu oposto, o louco incapaz. A alienação possui, portanto, seus “jogos acadêmicos”, ela é objeto de discursos, sob ela se sustenta toda uma série de instituições, de valores morais, de saberes, de verdades e ficções. No epicentro de uma rede de forças que se convergem e colidem estão os sujeitos “incomuns”: velhos senis, alcoólatras, viciados em jogos, alienados, imbecis, idiotas, surdos-mudos.

¹¹ESTADO DE SÃO PAULO. Serviço De Arquivo Médico e Estatística (SAME). Disponível em: <http://www.iamspe.sp.gov.br/servico-de-arquivo-medico-e-estatistica-same/#:~:text=Respons%C3%A1vel%20pela%20guarda%20e%20conserva%C3%A7%C3%A3o,necessidade%20e%20pedido%20do%20paciente..> Acesso em 18 fev. 2022.

¹² JÁCOME, Marília de Queiroz Dias. *Análise dos comitês de ética em pesquisa no Brasil: percepção de seus coordenadores e membros*. (Tese doutorado em Bioética) - Universidade de Brasília, 2013.

¹³ FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. 10ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014

¹⁴ *Idem, Ibidem*, p. 35.

Para tornar possível a concretização das problemáticas desta Tese, utilizei prontuários médicos entre os arquivos do Estado de São Paulo e o Centro de Memória do Hospital Juquery (SP). Para a análise documental também foi utilizado romances brasileiros do recorte temporal de 1888^a 1955, com o objetivo de compreender como a mítica da “mulher negra louca e desajustada”, somou-se a retórica médica-psiquiátrica.

Desde o século XIX a medicina e a sua especialidade psiquiátrica desempenharam efetivo papel na modernização da sociedade brasileira. Nesse cenário, teve especial importância a fundação do Hospício de Pedro II, sendo a primeira instituição psiquiátrica no Brasil, proposta em decreto por ocasião da coroação do imperador Dom Pedro II em 1841, sendo inaugurada em 1852, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

De fundamental importância para o processo de institucionalização da psiquiatria no Brasil, esteve no epicentro de diversas mudanças da psiquiatria nacional, espelhando nele o crescimento de sua legitimidade. Criado para tratar alienados curáveis e administrado pela Santa Casa de Misericórdia, que desde 1832 recebia parte dos “loucos” encontrados nas ruas da cidade, o Hospício Pedro II foi construído e mantido através de donativos, subscrições públicas e loterias, sendo subordinado ao Ministério de Estado dos Negócios do Império.

A partir de 1891, com o advento da República, passou a se chamar Hospício Nacional de Alienados (HNA) tendo ao seu dispor verbas governamentais prescritas no Orçamento Geral da União, e estando, a partir de então, subordinado ao Ministério do Interior. Em 1911 passou a ser chamado de Hospital Nacional de Alienados¹⁵, ficando subordinado ao Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores entre 1927 e 1930, quando sua pasta foi para o recém criado Ministério da Educação e da Saúde Pública.¹⁶

No final do século XIX, O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, nesse mesmo período encontrava-se as novas descobertas sobre a origem e evolução dos homens e as novas teorias de cunho raciais. Além, disso, o termo raça deixou de ter um sentido estritamente biológico para também ter um sentido social¹⁷.

O século XIX foi marcado por descobertas científicas, partilha e apropriação dos continentes africano e asiático pelos europeus. Foi durante o século XIX que nasceu as

¹⁵BRASIL. *Decreto 8.834 de 11/7/1911*. Regulamento da Assistência a Alienados, a que se refere o decreto n. 8.834, de 11 de Julho de 1911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8834-11-julho-1911-507693-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 06 março 2022. Segundo Engel, a nova denominação não pegou: o HNA continuou a ser conhecido como hospício.

¹⁶ SÃO PAULO. Ministério Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://mp.sp.gov.br/>. Acesso em 03 março 2022.

¹⁷ RANGEL, Paulo. *Direito Processual Penal*. 22^a ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 12.

teorias deterministas de cunho racial, com o advento das ciências naturais fez emergir uma concepção de que a superioridade política e econômica dos europeus se deu devido à sua hereditariedade e ao meio físico favorável. O racismo que fora definido como “uma boa teoria pseudocientífica, mas racionalizada, postulando a inferioridade inata e permanente dos não brancos”¹⁸, transformou-se em uma ferramenta de embasamento científico justificando o racismo, O Brasil em sua corrida rumo ao progresso e a modernidade, também utilizou dessas teorias para promover a higienização social.

O médico legista e psiquiatra Nina Rodrigues, escreveu um artigo para a *revista francesa Archives d'Anthropologie Criminelle, de Criminologie et de Psychologie Normale et Pathologique, de Lyon La paranoïa chez les nègres*, que foi publicado em 1903. Nesse artigo, Nina Rodrigues (1862-1906) discorre sobre o conceito de paranoia e suas possíveis formas clínicas, bem como sua relação com atos violentos e criminosos, analisando criticamente a literatura psiquiátrica internacional sobre o questionável tema.

Nina Rodrigues teve como principal objetivo demonstrar que a paranoia existia nos negros. Em um primeiro momento, Nina discordava enfaticamente da opinião dominante na psiquiatria brasileira inclusive, que negava ao conjunto de indivíduos de ascendência africana a “capacidade cerebral” ou o “grau de desenvolvimento mental” necessários para que tivessem sintomas ditos mais complexos, tais como seriam aqueles relacionados à sistematização dos delírios ou, ainda, às manifestações clássicas da grande histeria.

As discussões de Nina Rodrigues não estavam desassociadas das discussões do período inicial, de 1870 a 1910, pode-se dizer que se dá início a construção de um Brasil moderno; e é neste momento que vive, trabalha e pensa Raimundo Nina-Rodrigues. Seus estudos etnográficos, psicopatológicos, médico-legais e antropométricos pretendiam ser, em suas palavras, uma contribuição “no departamento médico para o trabalho de individuação pátria, a que na esfera de outras manifestações tanto se têm outros dedicado...”¹⁹. Principalmente depois da Abolição da escravidão (1888). Para Nina Rodrigues, o “problema” dos negros e mestiços brasileiros passaria a ser especificamente uma questão científica, vista pelos ângulos da teoria da degenerescência e dos determinismos climático e racial. Diante destas teorias que vinham do exterior, os pensadores brasileiros refletiam sobre o futuro de um país mestiço num clima tropical, ou

¹⁸*Idem, Ibidem*, p. 13

¹⁹ RODRIGUES, Raimundo Nina. *O alienado no Direito Civil brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.p. 214.

seja, em tese duplamente fadado ao insucesso. Então, surgiria entre nós a teoria do branqueamento progressivo dos mestiços, ao que parece, vinda da necessidade de mitigar o prognóstico sombrio.

Essas teorias seriam aplicadas para diagnosticar a loucura, sendo a população pobre, negra e mestiça, a engrossar as fileiras de alienados nos hospícios brasileiros.

Segundo Eliane Maria Monteiro da Fonte, a construção da loucura como doença mental e a propagação de instituições asilares especialmente destinadas aos alienados, assinalando “a formulação de políticas públicas de tratamento e/ou repressão dos doentes mentais, identificados com base nos limites cada vez mais abrangentes da anormalidade”, distingue-se como um processo desencadeado no Brasil entre os anos 1830 e os anos 1920, marcado por continuidades e descontinuidades.

Para Ives Cavalcante Passos²⁰, a preocupação com a loucura vem a ser objeto de intervenção por parte do Estado no início do século XIX, com a chegada da Família Real ao Brasil, depois de ter sido socialmente ignorada por quase trezentos anos. No período de modernização e consolidação da nação brasileira como um país independente. Para Passos²¹, passou-se a ver os loucos como “resíduos da sociedade e uma ameaça à ordem pública”. Aos loucos que apresentassem comportamento agressivo, não mais se permitia continuar vagando nas ruas, principalmente quando sua situação socioeconômica era desfavorável, e seu destino passou a ser os porões das Santas Casas de Misericórdia, onde permaneciam amarrados e vivendo sob péssimas condições de higiene e cuidado²². É sabido que imigrantes europeus pobres, negros, mestiços e mulheres consideradas desajustadas faziam parte dessa massa de “doentes mentais”, que não se enquadravam no perfil da população desejada para a jovem nação que estava nascendo no final do século XIX com o advento da República, principalmente a preocupação com a massa de homens e mulheres negras nos pós abolição.

E a pergunta é: e o que fazer com essa população indesejada?

Sabemos que a base dessa população indesejada, está a mulher negra e conforme Sueli Carneiro,²³

o dispositivo de racialidade ao demarcar o estatuto humano como sinônimo de brancura irá por consequência redefinir todas as demais dimensões

²⁰ PASSOS, Izabel. *Loucura e Sociedade: Discursos, práticas e significações sociais*. Argvmentvm Editora. Belo Horizonte, 2009.

²¹ Idem

²² Idem, *Ibidem*, p. 104.

²³ CARNEIRO, Sueli. *A Construção do Outro Como Não-Ser Como Fundamento do Ser*. Tese de Doutorado, USP, Educação, São Paulo, 2005, p. 43.

humanas e hierarquizá-las de acordo com a sua proximidade ou distanciamento desse padrão.

Portanto experienciamos a concepção do quão grandemente às mulheres negras são marcadores de usos discursivos de discriminação social, racial e de gênero e as diferentes formas de perseguição que o racismo e sexismo as lesam.

A historiografia brasileira tem se esforçado para romper o silêncio que os diagnósticos ajudaram a criar, calando subjetividades e resistências por meio de internação, ou encarceramento, além da medicalização dos comportamentos considerados antissociais.

Maria Clementina da Cunha,²⁴ contribui para uma discussão acerca da compreensão da realidade dos internos do Juquery, e Magali Engel²⁵ fez o mesmo em relação ao Hospício Pedro II/Hospital Nacional. Na esteira desses estudos, busco investigar as formas de diagnosticar a loucura dos internos e internas do Juquery, mas principalmente das mulheres negras, as formas de diagnósticos acerca do comportamento as diferenças de atribuição de diagnósticos e as consequências disso para a experiência e conformação das subjetividades. Trata-se de deslindar de que modo as mulheres negras internadas acabavam por se transformar no outro da ordem e da razão, e como suas experiências podem esclarecer quais eram os modelos ideais de cidadania em que dificilmente logravam acolhida. Trata-se, enfim, de tentar entender o que era a loucura no final do século XIX e no início do século XX e quais as implicações para a população que não se enquadravam dentro do padrão de comportamento social desejada pela elite política e médica engajada em um projeto de nação.

Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos,²⁶ apontam para importância do debate acerca da ideia de cidadania no pós-abolição.

Para as autoras, foi a partir de os anos 1970, em que preocupações macroeconômicas alicerçavam o principal perspectiva considerado em termos comparativos nas sociedades pós-emancipação, muito se avançou nas discussões historiográficas sobre o tema.

²⁴ CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

²⁵ ENGEL, Magali. *Os Delírios da Razão: Médicos, Loucos e Hospício*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

²⁶ RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. *O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*. *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

As discussões historiográficas abordavam as dificuldades de reter na grande lavoura a chamada “*mão-de-obra livre nacional*” nas áreas escravistas do Centro-Sul, enfatizada pela dependência dessas áreas dos fluxos internacionais de trabalho imigrante e pela desarticulação da lavoura escravista de alimentos da região, substituída pela formação de um campesinato negro, foi considerada, por alguns autores, função da fronteira agrícola ainda aberta nestas áreas, em oposição ao fechamento dela nas antigas áreas açucareiras do nordeste.

Considerados impostos e taxas sobre os produtos camponeses e sobre a terra, leis coercitivas ao trabalho nas plantations, redefinições sobre direitos consuetudinários, estabelecidos no período escravista, e até mesmo novos códigos de conduta e moralidade a serem aplicados aos libertos relativizaram bastante a proeminência da fronteira agrária aberta na Jamaica como fator determinante nos destinos daquela sociedade após a escravidão, enfatizando a dimensão de luta política dos libertos, desenvolvida em várias frentes, desde demandas no terreno jurídico até revoltas abertas e violentas.

A obra *Memórias do cativo*: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição de Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos, apresenta depoimentos de negros descendentes de escravos africanos em entrevistas coletadas entre 1994 e 1995.

Para as autoras, a passagem da escravidão para a liberdade foi marcante na memória familiar dos descendentes de escravizados.

Esses descendentes vivenciaram o tempo familiar com essa posição sendo frequente ouvir testemunhos de netos de escravizados relatando se sua avó foi ou não escravizada, se viveu antes ou depois da abolição. Essas experiências familiares anuíram que eles adquirissem uma ideia acerca de a lei abolicionista e a história da escravidão no Brasil.

Essas mudanças, remetem a trajetórias familiares, recordando de avós, bisavós. Os descendentes de escravizados tiveram trajetórias diferentes ao saírem do cativo e construíram suas vidas familiares de modos diferentes também. Alguns de maneira muito violenta, precários e dramáticos, enquanto outros com uma memória familiar do sucesso concernente, de não terem passado fome, de terem tido acesso à educação, direitos sociais e assim, o direito à cidadania.

Segundo José Murilo de Carvalho, aqui os principais direitos sociais floresceram em contextos em que, paradoxalmente, as liberdades civis e políticas estavam sendo

cerceadas, ou seja, em épocas como o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) e o regime militar (1964-1985). Segundo o historiador “aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular”. Baseado nesse pressuposto, Carvalho criou o neologismo estadania para explicar que os direitos de cidadania no Brasil, foram mais concessões que partiram do Estado, do que conquistas protagonizadas pelo povo ao longo da história. De qualquer modo, o avanço dos direitos sociais ocorreu em conjunturas posteriores ao recorte de nosso estudo (1891-1930). Por conseguinte, é preciso desnudar as concepções acerca da cidadania a partir da Constituição republicana, promulgada em 1891.

Fernando de Oliveira dos Santos em *Pós-abolição e a luta pela cidadania negra na cidade de São Paulo (1891-1930)*,²⁷ aponta para o fato da:

Compreensão de como os negros paulistanos vivenciaram – ou não – as diferentes dimensões da cidadania na ordem republicana é fulcral descortinar suas condições existenciais. Porém, tendo em vista os atributos dessa nova configuração social que emergiu após a Abolição, consideramos pertinente esboçar esse quadro em perspectiva comparada ou relacional. Não basta apenas apreender quais eram as circunstâncias gerais de vida dos alforriados, como se inseriram na estrutura ocupacional e quais percalços enfrentaram. É preciso esmiuçar como esse processo se desenrolou na complexa relação de cooperação e concorrência com outros segmentos que compunham o mosaico social em São Paulo, especialmente com os estrangeiros. Entretanto, é preciso salientar que a comunidade negra não era um grupo homogêneo. O mesmo é válido para os imigrantes, pertencentes à diversas nacionalidades e tradições culturais.

Ao contrastarmos a vida de libertos e imigrantes a diferença na construção social divergente, enquanto as famílias negras permaneciam na margem da sociedade, os imigrantes faziam parte da população desejada pela Nação possuidores de direitos negados a população negra que lutava pela sua cidadania.

Para Magali Engel, em “*Psiquiatria e Feminilidade*”²⁸, a construção da imagem feminina a partir da natureza e das suas leis implicaria em qualificar a mulher como naturalmente frágil, bonita, sedutora, submissa, doce etc. Aquelas que revelassem atributos opostos seriam consideradas antinaturais. Entretanto, muitos atributos negativos como perfídia e anormalidade – eram também entendidas como atributos naturais da

²⁷ SANTOS, Fernando de Oliveira dos. *Pós-abolição e a luta pela cidadania negra na cidade de São Paulo (1891-1930)* - (Dissertação de mestrado) Universidade Estadual Paulista, 2020. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/192765/santos_fo_me_assis.pdf?sequence=3. Acesso em 10 abril 2022.

²⁸ ENGEL, Magali. *Os Delírios da Razão: Médicos, Loucos e Hospício*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

mulher a que conduzia a uma visão profundamente ambígua do ser feminino²⁹. Engel, fala de uma tragédia protagonizada por Maria Ferreira Mendes Tourinho, na madrugada de 16 julho de 1911. Parda, 38 anos, casada e mãe de cinco filhos, natural de Minas Gerais, vivia com a família no subúrbio do Rio de Janeiro. A história de Maria Tourinho envolve diversos elementos. Segundo seus vizinhos, Maria seria uma mãe e esposa dedicada, assim como seu esposo maquinista de um dos trens da estrada de ferro nacional e que fora assassinado por ela a golpe de machadas, em uma das raras noites que teria dormido em casa, sendo que mesmo viajava constantemente a trabalho.

Que teria levado Maria a cometer ato tão extremo? Para o *jornal O Paiz*, que cobriu o caso, Maria seria “vítima do espiritismo”. Contra possíveis especulações acerca do “estado mental patológico de Maria Tourinho” era necessário um olhar especializado. Dessa forma, os médicos Jacyntho de Barros e Miguel Salles, do serviço médico-legal da polícia, foram designados para o caso. Ao realizarem os exames para verificar a sanidade da ré, eles consideraram estar diante de um “interessante caso” que muito contribuiria “para o enriquecimento da medicina forense brasileira”. Nos estudos do caso o diagnóstico: Maria sofria de “degeneração mental (psicopatia) e de epilepsia”³⁰. Em seu prontuário surge a informação de que o pai era um “alcoolista inveterado” sendo uma importante informação para a pesquisa que utilizava dos métodos lombrosianos (verificação das características físicas). Para os médicos, os mais relevantes sinais mórbidos de Maria estariam localizados na esfera moral: a perda de afetividade em relação ao marido e aos filhos, além de uma sexualidade anômala.

Além do comportamento moral da mulher, suas especificidades fisiológicas seriam fatores definidores de predisposições às doenças mentais, principalmente nas mulheres negras.

Segundo Engel, na construção dos diagnósticos da doença mental em indivíduos do sexo feminino, a relação entre menstruação e loucura sempre esteve presente. O alienismo faria a relação entre loucura e menstruação. Cabe lembrar que no caso de Maria Tourinho nunca teria tido uma menstruação “perfeitamente regular”³¹. No caso de Maria, a religião de matriz africana, tornou-se um agravante.

²⁹ *Idem, Ibidem*, p. 322.

³⁰ *Idem, Ibidem*, p. 335.

³¹ ENGEL, Magali. Os Delírios da Razão: Médicos, Loucos e Hospício. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001, p. 35.

Os requisitos dessa intervenção política e científica arrastaram-se por décadas, somadas ao racismo religioso³².

Em prontuários de pacientes internadas e identificadas como negras ou pardas pertencentes ao Manicômio Pinel de posse do Arquivo Público de São Paulo, no recorte temporal entre 1943 e 1944, a relação entre a menstruação e loucura, assim como alucinações ligadas a religião, aparece nos laudos médicos.

A geógrafa Margareth Pinto de Menezes em 2007, realizou uma entrevista com a senhora Edite para a escrita de sua dissertação de mestrado intitulada: *"Do Incêndio ao Confinamento: Relatos da Trajetória de Vida de uma Porta Voz das Tradições Afro-Brasileira Em Sergipe"*. Na entrevista concedida por dona Edite, está posta a continuidade dos resquícios da concepção de loucura associada às mulheres negras conforme abaixo.

"Ele sabe que não sou louca, mas tem medo do povo zombar de mim, ele cuida de mim", e eu finjo que obedeço, (risos). Frase dita pela senhora D. Edite com 95 anos, durante uma das visitas realizada por Menezes. Dona Edite mulher negra, filha de Nagô, 95 anos de idade, residente no povoado do Pinica Pau – município de Malhador- Sergipe. Sua memória revela a história de vida de uma mulher valente, devota de Nossa senhora da Conceição e nos orixás, uma porta voz das tradições Afro-brasileiras.

O preconceito, a falta de sensibilidade, o desrespeito fez com que seu neto deliberadamente queimasse todo seu indumentário, proibindo-a de exercer sua religiosidade. Seus familiares internaram-na num manicômio para afastá-la de qualquer contato com as religiões de matriz africana. Até nos dias de hoje os filhos e netos a proíbem de falar a respeito alegando ser loucura tudo o que ela diz. Em seu quarto tem um altar com vários santos aos quais ela canta e faz reverência aos orixás. Isolada D. Edite fala com as plantas, diz que aqui nada nem ninguém mudará a sua fé. Assim como D. Edite, muitas outras mulheres, anterior ou posterior ao nascimento dela, passaram pelo crivo da normalidade e dos bons costumes, e por terem sido reprovadas no que seria a conduta aceitável das "cidadãs de bem" na nova República, foram trancafiadas nas cadeias públicas e nos manicômios, instituições que serviram de cárcere para a "ralé desajustada" na nova República (1920-1940). Mulheres negras carregam um estereótipo

³²Digo racismo religioso por conta da perseguição às religiões de matriz africana, que fazem parte das cosmovisões africanas. Se pensarmos na perseguição aos tambores, e atabaques, sendo o principal instrumento de ligação entre homens e mulheres para com os deuses. O tambor também é utilizado nas cerimônias japonesas, mas não sofre persignação dentro desses rituais religiosos.

de loucas ou raivasas, ou até mesmo as duas coisas. Sendo praticantes das religiões de matriz africana, o peso da desaprovação social multiplicava e recaí sobre os ombros dessas mulheres.

Impulsionados a investigar as formas de diagnosticar a loucura das pacientes negras do hospital psiquiátrico Juqueri, acerca do comportamento as diferenças de atribuição de diagnósticos e as consequências disso para a experiência e conformação das subjetividades e perceber de que forma se configurou o mito da “negra maluca”, em meio a uma República higienista com seus projetos higienistas e teorias racistas deterministas que colocaram em voga o ideal de comportamento das mulheres em um país de maioria negra e mestiça.

Com base nos estudos foucaultianos e pelas propostas da História Nova, a História social tem estabelecido esforços no sentido de desconstruir a ideia de linearidade, progresso e triunfo da ciência e de desmistificar suas figuras importantes. Igualmente, a intensa argumentação acerca da diferença entre o que é posto em discurso e o que é posto em prática impôs considerar para além dos documentos oficiais, os agentes sociais, as instituições em que estes se movimentam, suas negociações e suas atividades diárias. Tal proposta abriu espaço para novos personagens e para a busca de novas fontes. No caso dos estudos acerca da loucura, a história das diversas ciências que conformam o campo da saúde mental também tem sido revista através do exame de depoimentos, artigos em revistas, história oral e biografias. Assim, os documentos clínicos ganham interesse.

Segundo Bertolli³³, doentes e doenças são colocados em destaque por seu potencial explicativo "não só dos processos biológicos e psicológicos, mas também de múltiplas instâncias da vida social" a partir de um "movimento renovado" que atingiu as Ciências Humanas nas últimas décadas. Os arquivos médicos se mostram como novas perspectivas de análise, por serem fontes originais para o estudo das atividades das instituições e dos agentes de saúde, mas também por permitirem melhor compreensão das experiências coletivas e individuais relativas à enfermidade e aos enfermos.

Desse modo, consideramos os prontuários médicos como parte fundamental da pesquisa, como de grande importância para a história da psiquiatria no país. Os motivos são os mais diversos: em primeiro lugar, eles nos permitem cotejar a paulatina

³³ BERTOLLI FILHO, C. *História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.

incorporação das novas referências teóricas e de suas consequências para as práticas do de um importante modelo assistencial para alienados.

Os prontuários nos oferecem um novo modo de conhecer as práticas de rotina institucional, o contexto histórico e cultural, os diagnósticos e terapias utilizadas no período, entre outros, além da descrição do perfil dos internos a partir do olhar do médico e enfermeiros. Mais ainda, os documentos clínicos, produzindo o próprio exercício do poder médico nas primeiras décadas do século XX, tornaram-se instrumentos úteis para trazer à tona alguns vestígios da vida na mulheres e dos “homens infames”³⁴. Isso torna possível a reconstrução histórica, ainda que de forma lacunar, das trajetórias de vida do paciente (que, silenciado no discurso oficial, surge volta e meia nas aspas das observações médicas dos prontuários), e os processos de subjetivação ali imbricados³⁵.

Na mesma direção, Cunha³⁶ afirma que através dos documentos médico-psiquiátricos é possível perceber com maior clareza a dimensão de poder da qual está imbuído o alienista, representante do saber instituído, não mais na fala generalizante da ciência, mas na aplicação desse saber a casos específicos, individuais, irreduzíveis. Ao dar voz aos pacientes, sujeitos tradicionalmente silenciados, os documentos clínicos permitem-nos apreciar as contradições e os embates que moldaram o saber científico representado pelo corpo médico mental brasileiro e branco, responsável pela institucionalização da psiquiatria no país.

Engel, em sua análise sobre o processo de construção da loucura como doença mental no Rio de Janeiro, destacava a utilização de documentos clínicos psiquiátricos como imprescindíveis para revelar seus atores como personagens "de carne e osso, com suas angústias, suas contradições, suas ambiguidades, suas sujeições e rebeldias"³⁷. Para a autora, permitir que os sujeitos dessa trama falem por si mesmos é admitir que há um universo múltiplo, diverso e contraditório de manifestações culturais que formam uma sociedade³⁸.

³⁴FOUCAULT, Michel. in *Conversações*, São Paulo, Ed. 34, 1992.

³⁵FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000a.

³⁶CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo*: Juquery, a história de um asilo. 2ª Edição, São Paulo. Editora Paz e Terra S/A, 1988.

³⁷ENGEL, Magali. *Os Delírios da Razão: Médicos, Loucos e Hospício*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001, p. 12.

³⁸*Idem*.

Libertos, imigrantes pobres, homens e mulheres, mas principalmente as mulheres negras, ou identificadas como mestiças ou pardas que se constitui como atores e atrizes na construção social de práticas, posturas, eventos e memórias. Um importante artigo que analisa os cuidados e os procedimentos para o trabalho com a análise de documentação produzida pela imprensa é o trabalho “*Oficina do Historiador*” das autoras Heloisa Cruz e Maria do Rosário Peixoto³⁹, publicado na “*Revista Projeto História*”⁴⁰. O texto problematiza o modo como os historiadores trabalham com a imprensa enquanto fonte histórica, bem como desenvolvem um roteiro explicativo de procedimentos e questões importantes a serem consideradas ao trabalhar com esse tipo de documento. É preciso refletir que a produção do periódico possui intencionalidade, atende expectativas e interesses de quem o produzem e, muitas vezes, daqueles que o acessam. Neste sentido, analisar esta documentação requer atenção e cuidados, visto termos compreensão de que são produções necessárias de crítica e questionamento. Além dos cuidados específicos de análise de fontes, alguns teóricos permitem refletirmos sobre procedimentos e questões em torno de nossos sujeitos históricos da pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento do trabalho.

Maria Odila Leite da Silva Dias,⁴¹ em “*Quotidiano e Poder*”, abordam histórias de mulheres das classes oprimidas, livres escravizadas e forras, no processo de urbanização incipiente em São Paulo entre os fins do XVIII e às vésperas da abolição em 1888.

Maria Odila discute principalmente as mediações sociais no processo global de tensões e conflitos, que estão presentes nas relações de poder no cotidiano. Para a autora, o cotidiano se coloca para a história social como uma área de improvisação de papéis informais, novas potencialidades de conflitos e confrontos, em que se multiplicam formas peculiares de resistência e lutas.

Na cidade de São Paulo, no final do século XIX e final do século XX, os espaços das mulheres das classes pobres foram aos poucos suprimidos pelo processo de urbanização. Lavadeiras, quitandeiras, foram aos poucos expulsas de seus lugares de

³⁹ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. Revista PUC, 2007.

⁴⁰ *Idem*.

⁴¹ DIAS, Maria . Odila. Leite. da S . Mulheres sem História. *Revista de História*, [S. l.], n. 114, p. 31-45, 1983. DOI:10.11606/issn.2316-9141.v0i114p31-45. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/62058>. Acesso em: 18 fev. 2022.

trabalho. Muitas dessas mulheres se colocaram contra as reformas urbanistas que as expulsavam de seus espaços, participavam de motins e quebra, ficando conhecidas como “mulheres bravas ou de difícil convivência”, por seu espírito de luta por sobrevivência e dignidade. No dia a dia, contra as intempestividades, contra o azar e os problemas da vida, essas mulheres usavam da sabedoria ancestral no campo das práticas religiosas para de certa forma proteger-se das agruras do cotidiano.

Neste sentido, a noção de cotidiano e de questões e perspectivas que se constroem no universo do cotidiano, nas lidas diárias, nas disputas, nos embates com órgãos governamentais, permite pensarmos nos sujeitos históricos enquanto atores ativos na história de suas vidas e da cidade onde vivem nas articulações e nos laços e redes de solidariedade que estabelecem. Segundo Stuart Hall⁴², na diáspora, as identidades se tornam múltiplas, com elementos que as conectam. Os sujeitos sequestrados em África e escravizados no Brasil, tinham como elo a condição de escravizados e principalmente a crença nos ancestrais.

Certeau e Koselleck⁴³ nos possibilita abordar as discussões sobre as variações semânticas e conceituais, sobre os 'não ditos' e as disputas de que são alvos desses significados, confrontando tais variações com as mudanças sociais, políticas e científicas que ocorram em idêntico contexto, assim como o articulado papel social de mulheres e homens no processo de constituição do Brasil moderno. Para isso, o conceito de temperamento foi utilizado pela medicina até o século XVII para designar a conformação interna dos corpos e suas diferenças. Segundo as representações originárias do corpus hipocrático, o corpo era composto por humores de diferentes qualidades e de equilíbrio variável. Segundo Dorlin:

*Cette conception a permis, à la Renaissance, de répartir les individus en différents types qui définissaient leur prédisposition pathologique, transformant le corps en un discours capable de signaler la nature des individus, leurs passions, leur caractère, leurs pensées, leur prédisposition aux maladies, aux addictions et vertus*⁴⁴.

⁴² HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

⁴³ CERTEAU, M. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011; KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RJ, 2006.

⁴⁴ Essa concepção permitiu que, na Renascença se alocassem os indivíduos em diferentes tipos que definiam sua predisposição patológica, transformando o corpo em um discurso capaz de sinalizar a natureza dos indivíduos, suas paixões, seu caráter, seus pensamentos, sua predisposição para doenças, vícios e virtudes (tradução nossa). DORLIN, Elsa. *La matrice de la race Généalogie sexuelle et coloniale de la Nation française*. *Lá Decouvert*, 2017. Disponível em: https://www.editionsladecouverte.fr/la_matrice_de_la_race-9782707159052. Acesso em 18 fev. 2022.

A história social da medicina e da enfermidade definiu-se pela necessidade de superação do conjunto temático examinado pela historiografia médica tradicional, que, sob uma ótica predominantemente ufanista, tem se restringido, na maior parte das vezes, aos enfoques biográficos dos principais expoentes da atividade hipocrática e à 'evolução' linear das instituições e do saber médico-epidemiológico.

A tendência revisionista inaugurada na década de 1960, espaldada nos ensinamentos foucaultianos e nas propostas instigantes da École des Annales, buscou multiplicar os questionamentos, afastando-se das notificações que, ao rejeitar a ideia de conflito, convergiam para posicionamentos que apresentavam a medicina como triunfante no contexto social e seus personagens como "conquistadores dos micróbios" e "anjos da guarda" do corpo social. A disposição de expandir o 'território do historiador' resultou, inclusive, no enquadramento do homem e da mulher enferma como personagem social que precisava ser avaliado, resultando em muitos ensaios inovadores.

A presente tese que está dividida em quatro capítulos, sendo:

O Capítulo 1- “*Os Indesejáveis da cidade*”, aborda a construção do discurso dos “Indesejáveis”, reflete a ideia central da obra de Celia Azevedo: “Onda Negra, Medo Branco” e medo da elite branca paulistana perante a abolição da escravidão e o que fazer com a população recém liberta e indesejada. No referido capítulo abordamos de que forma a população negra era vista :como desordeiros, perigosos e criminosos e a culpa infligida à mulher negra que eram vistas como responsáveis pela depravação sexual do homem branco, na concepção, a sua sexualidade não poderia escapar ao controle que a elite pretendia. Assim, dentre as preocupações inseridas dentro da premissa “do que fazer com a negra”, o controle de sua sexualidade adquire aspecto primordial e a devassidão da mulher negra foi moldado com a ajuda dos romances brasileiros entre os anos de 1888 e 1955.

Em seguida no Capítulo 2, “*Os prontuários médicos*”, iniciamos a análise dos prontuários em geral, ou seja, prontuários médicos referentes tanto a mulheres quanto a homens negros, a partir desta análise, identificamos as particularidades de delimitação de patologia as para mulheres negras, o tempo de internação, a patologia, o número de óbitos e a descrição comportamental, com o objetivo de identificar de que forma essas mulheres eram descritas pelo médico da instituição em seus prontuários e artigos científicos que foram produzidos por eles.

No Capítulo 3, “*Negras e negros nos relatórios de polícia*”, o objetivo foi de compreender como o processo que se inicia com a abordagem policial sofrida por mulheres negras nas ruas de São Paulo entre (1898-1930), seguindo da internação psiquiátrica, passando pela documentação medica produzida a cerca dessas mulheres, possa ter sido responsável pela criação do “Mito da Negra Maluca”.

Finalmente, o Capítulo 4, “*Prisões e autos de exames de sanidade na Cidade de São Paulo entre os séculos XIX-XX*”, abordo a discussão acerca da criminalização das mulheres negras e as prisões em São Paulo. De quitandeiras e lavadeiras à prostitutas, e ao que se refere a criminalidade feminina, na visão de Nina Rodrigues, a mulher civilizada, seria aquela pertencente às raças que ele considerava superiores (branca) e as mulheres negras estariam ligadas às raças inferiores, ligando-as a criminalidade feminina sempre ligadas ao “aborto e infanticídio”.

CAPÍTULO 1 – OS INDESEJÁVEIS DA CIDADE



*Cada louco traz em si o seu mundo e
para ele não há mais semelhantes: o que
foi antes da loucura é outro muito outro
do que ele vem a ser após.
(Lima Barreto)*

1.1 VADIAGEM

A Vadiagem no Código Penal dos Estados Unidos do Brasil de 1890, foi mantida a tipificação penal do Império, acrescida de uma vinculação expressa aos praticantes de capoeira que, então, seriam considerados “vadios” e punidos com “*prisão celular por dous a seis mezes*”⁴⁵. Assim, também eram punidas as condutas de mendicância e embriaguez (Capítulo XII – “Dos mendigos e ébrios”, no Código Penal de 1890). Vale lembrar, que a criminalização de condutas como *vadiagem*, *mendicância*, *embriaguez* e

⁴⁵ BRASIL. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em 18 jul. 2022.

da *prática da capoeira* visava perseguir as camadas mais pobres e despossuídas da população brasileira, numa prática odiosa de higienização social.

Segundo Marina Vieira de Carvalho⁴⁶, o advento da vadiagem como fator criminógeno, se articulou as transformações ocorridas na sociedade brasileira em sua conjuntura histórica de desenvolvimento do capitalismo dependente. Para a autora, a abolição da escravatura, o êxito rural o processo de industrialização, a urbanização entre outros processos, foram os fatores que caracterizaram tal desenvolvimento.

A autora aborda o período entre 1888 a 1902, e, o cenário é o centro da cidade do Rio de Janeiro para análise das consequências destes fatos, onde verificamos a gênese e a cristalização da marginalização da pobreza. Segundo ela, a dinâmica das relações sócio-produtivos que levam a gênese da marginalidade social, o processo histórico do qual resulta o aparecimento do “vadio”, o cotidiano dos supostos vagabundos; o modo como eram vistos pela sociedade; a forma pela qual o Estado se comunicou com estes; e a forma peculiar de inserção na nova divisão social do trabalho.

Tal estudo se enquadra no domínio da história social, visto que sua problemática coloca em análise as ações de mulheres e homens comuns e os micro conflitos sociais do cotidiano. O cenário da cidade de São Paulo não diverge do Rio de Janeiro. Nos primeiros anos do século XX também se notabilizaram pela riqueza de novidades e inovações em diversos âmbitos, manifestadas e evidentes, sobretudo no Rio de Janeiro, sendo fortemente marcada pela influência das modas e da cultura parisiense.

A capital da França era, naquele contexto, um arquétipo de tudo o que havia de novo, moderno e chique. Por essa razão, os brasileiros voltavam maravilhados desse país e com o propósito de transformar a então capital Rio de Janeiro e as outras capitais brasileiras e entre as capitais, estava a cidade de São Paulo com referência Paris, ou seja, “Belle Époque”. A cristalização da ideologia dominante ofusca a percepção das tensões e dinamicidade provenientes da realidade histórico-social em que os conceitos são construídos. A concepção do “vagabundo”, torna-se significativa para a compreensão dos valores difundidos em nossa sociedade. Visto que, através deste novo criminoso, que

⁴⁶CARVALHO, Marina Vieira de. *Vadiagem e criminalização: a formação da marginalidade social do Rio de Janeiro de 1888 a 1902*. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Marina%20Vieira%20de%20Carvalho.pdf>. Acesso em 02 out. 2021.

segundo Bandeira & Portugal,⁴⁷ a criminologia se tornou conhecida como ciência autônoma com objeto específico de estudo, antes era vista apenas como uma fase pré-científica da criminologia, que era fundamentada através de questionamentos superficiais. Verificamos como o poder público atuou para o controle dos despossuídos dos meios de produção e como consolidou a ideologia que marginaliza os excluídos dos benefícios do sistema.

A identidade marginal do vagabundo(a) é fruto do desenvolvimento do capitalismo, visto que este proporcionou o advento desse personagem ao causar a exclusão de uma vasta parcela de mão-de-obra do processo produtivo hegemônico. A subclasse trabalhadora vagava pelas ruas dos centros das cidades exercendo atividades que ofendiam os novos valores da ideologia capitalista, muitas vezes cometiam pequenos delitos, ocasionando o desordenamento do espaço público da cidade.

Durante a Velha República na cidade de São Paulo assim como nas demais capitais brasileiras, o termo *vadiagem* estava ligado diretamente a uma parcela da população especificamente, o próprio termo configurava uma ferramenta de controle social. Para Teixeira *et al*⁴⁸, na cidade de São Paulo, a vadiagem correspondia à versão em negativo do projeto de nação moderna e ordeira que naquele período as elites pretendiam ver construído, sob a liderança dos republicanos do Estado. O promotor de justiça Cândido Nazianzeno Motta, no seu relatório ao procurador geral sobre a situação da justiça criminal em São Paulo no ano de 1895, afirmava que a vadiagem era o primeiro degrau para todos os delitos. Assim afirmava o promotor em seu relatório:

É justamente nesta Capital [São Paulo] que deve haver maior rigor na repressão da ociosidade e da mendicidade, porque nossos vagabundos são verdadeiros degenerados, pois não temos causas econômicas e morais que os justifiquem⁴⁹

No Código Penal de 1890, precisamente nos artigos (391 a 398), os mendigos e bêbados eram constantemente presos e punidos. Segundo Teixeira⁵⁰, o trabalho representava a lógica do controle sobre a vadiagem, os artigos (391 e 398), procuravam igualmente punir os que eram capazes para o trabalho, mas se dedicavam à mendicância.

⁴⁷ BANDEIRA, T. & PORTUGAL, D. *Criminologia*. Universidade Federal da Bahia, Salvador: UFBA, 2017.

⁴⁸ TEIXEIRA et al 2016.

⁴⁹ MOTTA, Candido N.N. *A justiça criminal na capital do Estado de S. Paulo* – Relatório apresentado ao Dr. Procurador geral em 31 de dezembro de 1894. São Paulo: Typ. a Vapor Espindola, Siqueira & Comp, 1895, p. 10.

⁵⁰ TEIXEIRA et. al, 2016.

Pois bem, em um país que imperava um projeto de branqueamento, com a chegada dos imigrantes europeus, chave principal do referido projeto, muitos serviços que antes eram prestados por ex-escravizados, passaram a ser executados por brancos europeus, nem sempre estes eram mais especializados que aqueles, mas pelo fato dos europeus trazer na pele a esperança do patronato paulista de formar uma nação “forte”, “livre de vícios da escravidão”, mais ativa e não “preguiçosa”, uma quantidade significativa da parcela da população paulistana composta por homens e mulheres negras no pós abolição, não conseguiam emprego, as vagas de empregos, eram ocupadas pelo imigrante branco recém chegado na capital paulista.

Sabe-se que homens e mulheres negras no pós abolição que não estivessem empregados, seriam enquadrados como vadios, mendigos. No Decreto nº. 6994, de 16 de junho de 1908, em relação aos mendigos, e o Decreto n. 4294, de 6 de junho de 1921, em relação aos ébrios, ampliaram as formas e tempos de punição. Tais arranjos na legislação mostravam a proximidade, por um lado, na forma de gestão via o controle policial de mendigos e vadios, e por outro, a busca da sujeição pelo trabalho.

Nos relatórios de polícia pesquisados, o termo “vadiagem”, tornou-se recorrente. O simples fato de não estar empregado, poderia significar abordagem policial e detenção.

Abaixo um trecho que corrobora com a afirmativa.

Aos vinte e três de abril de mil novecentose um, nesta cidade de São Paulo, em à casa da Câmara Municipal e sala das audiências do juízo, onde compareceu o Delegado de Polícia Antonio Silveira, comigo escrivão interino de seu cargo e comparecendo também aí [ilegível] Maria de Jesus, Maria Rosa da Conceição e Maria Joaquina de Oliveira que foram notificadas para assinarem termo de bem viver por vadias, pelo dito delegado lhes foi declarado que elas tinham sido notificadas para esse fim, e as convidava a assinarem termo de bem viver, evitando assim os processos que em tais casos se costuma fazer, inquirindo-se testemunhas etc., para o que já estavam presentes as testemunhas notificadas, e por elas foi dito e declarado que estavam prontas a assinar dito termo, independente de processo, obrigando-se por tanto pelo presente a empregarem-se dentro do prazo de quinze dias como criadas domésticas em alguma casa de família honesta, vivendo do mesmo modo ou qualquer outro emprego honesto não podendo depois de empregadas sem um motivo justificativo saírem ou desempregarem-se, salvo incontinenti tornarem-se a empregar; e o delegado cominou-lhes a pena de três meses de Casa de Correção pela infração de qualquer destas obrigações que irão cumprir na Capital de São Paulo. Do que para constar fiz este termo em que a seus rogos por não saberem escrever assina José Antonio Barreto.

Muitos dos “degenerados ou vadios”, ao serem detidos, poderiam seguir para os hospitais psiquiátricos, que no cenário da cidade de São Paulo, o hospital Juquery, foi fundamental.

No pós abolição, a elite branca paulista insiste na necessidade de manter o controle acerca da população negra. Assim, dentre as preocupações inseridas acerca da premissa: “O que fazer com os indesejáveis?”, o controle dos postos de trabalho, sexualidade e costumes na cidade, adquire um aspecto primordial.

1.2 TRABALHO, SEXUALIDADE E COSTUMES NA CIDADE

Célia Moreira Soares⁵¹, analisa as múltiplas transformações que ocorreram no universo de experiências das mulheres negras antes e pós-escravidão – especialmente quanto a sua função no âmbito da produção da sociedade escravista, sustentando que a passagem do âmbito doméstico às ruas foi uma importante forma de estabelecer certa autonomia às mulheres negras que, a partir daí, acabaram por sofrer com controles não mais provindos das casas senhoriais, mas dos agentes municipais. No que tange às ocupações das mulheres negras, a autora cita um censo realizado na Freguesia de Santana na Bahia em 1849, cuja constatação foi de que, independente de crioulas ou africanas, as negras escravizadas estavam concentradas em mais de 63% do serviço doméstico, constituído pelas funções de costureiras, amas de leite, mucamas, cozinheiras e lavadeiras. Apesar desse expressivo número nas ocupações domésticas, as mulheres negras também se concentravam em ocupações fora da residência senhorial, cujos serviços eram “alugados”. Eram as denominadas “negras de ganho de rua”, como as vendedoras ambulantes, lavadeiras e as engomadeiras. Algumas eram chamadas de artesãs, como as costureiras e as rendadeiras. No que tange ao trabalho rural, o número é inexpressivo – cerca de 4% se dedicavam à lavoura⁵².

Soares⁵³ nos mostra como se operacionalizaram esses controles, especialmente policiais e relativos à crimes, que incidiram sob as mulheres negras nas ruas. Conforme a autora salientou, as ganhadeiras possuíam certa autonomia e suas relações advindas do comércio urbano, propiciaram a construção de um universo social próprio que também comportava conflitos com pessoas de seu mesmo *status* social ou mesmo pequenos delitos e crimes:

As ruas eram consideradas pelos brancos como ambiente perigoso, exatamente pela presença maciça de negros e demais desclassificados sociais, geralmente pessoas pobres e pretas. As mulheres negras que viviam nas ruas estavam sujeitas a violências e agressões relacionadas ao seu gênero, sua cor e sua

⁵¹SOARES, Cecília Moreira. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) " Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994

⁵²*Idem*, *Ibidem*, p. 24.

⁵³*Idem*.

classe. A isso, elas respondiam com comportamento aguerrido, enfrentando situações difíceis. Ousadia e agressividade eram procedimentos necessários para enfrentar a opressão social, o racismo, o patriarcalismo, enfim, as enormes dificuldades da vida, podendo contar ou não com a ajuda de aliados. Agiam em defesa própria e na tentativa de preservarem sua autonomia nos espaços onde atuavam socialmente. Por muitas dessas atitudes, foram consideradas agentes de desordem e, como tal, punidas⁵⁴

Soares aponta para o principal motivo da criminalidade feminina na Bahia do século XIX, especialmente das mulheres negras dava-se em razão das transgressões de regras municipais, geralmente as que regulavam atividades comerciais e condutas morais (vemos aqui a preocupação com o controle da atividade comercial desenvolvida pelas negras de ganho). A resistência aos procedimentos repressivos levaram às intervenções policiais. Seus delitos eram, por vezes, corriqueiros e vistos como transgressores da “ordem pública”⁵⁵ e um desses delitos, era a prostituição.

Segundo Evaristo de Moraes, criminólogo brasileiro da virada do século XIX para o XX, a prostituição não poderia ser considerada crime. Entretanto, ela foi criminalizada como "ato imoral" que ameaçava a vida social. Paralelamente a isso, existiu uma repressão médica, que perpassava a profilaxia da sífilis, e uma repressão moral contra os "escândalos" promovidos pelas prostitutas. Implantou-se, portanto, uma penalização quanto à "conduta antissocial (anti-higiênica ou desmoralizante)" das prostitutas que ofendessem a sociedade e o Estado. A Medicina foi uma forma de penalizá-la, pois a polícia devia capturar as prostitutas para exames médicos. Tratava-se, então, de um controle da sexualidade vista como criminoso pelo discurso da Criminologia: *declarava-se ser necessário uma Polícia Sanitária para criminalizar a prostituição*.⁵⁶

Soares aduz, no entanto, que as mulheres negras não estavam em conflito apenas com autoridades policiais. Muitas vezes, havia conflitos entre “iguais”, onde se incluíam aí brigas de casal. Soares nos traz uma questão importante acerca da marginalização da mulher negra, apontada como indisciplinada, violenta, rebelde, ou seja, a “negra maluca”, fora dos padrões femininos importados da Europa tão almejados pela elite brasileira. Tal comportamento foi forjado no desrespeito e na violência, vivenciados diariamente por mulheres negras desde o cativeiro, e no pós abolição, tonam-se as indesejáveis.

⁵⁴*Idem.*

⁵⁵SOARES, Cecília Moreira. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) " Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

⁵⁶

Com relação à maternidade tão explorada pela sociedade escravagista, foi desconectada da imagem da mulher negra no pós-abolição, sendo a mulher branca a mãe e a mulher negra a reprodutora.

Para o período da escravidão, Giacomini⁵⁷ afirma que a palavra mãe é utilizada de forma a representar a branca e seus filhos, pois em seu trabalho, as fontes consultadas apontam o desconhecimento da subjetividade da escravizada enquanto mãe: a palavra mãe refere-se exclusivamente a uma relação entre mulher branca e seus filhos. Quando a escravizada é a mãe, ela é a “mãe preta”, ou seja, a ama de leite da criança branca⁵⁸. No que tange às lavadeiras, também consideradas como integrantes das escravizadas que prestavam o serviço doméstico, um aspecto interessante é que as escravizadas exerciam essa função fora do ambiente da casa. Assim, as fontes onde trabalhavam como lavadeiras constituíram-se em importantes espaços de sociabilidade da mulher negra⁵⁹, eis que:

Assim como os lugares para lavagem de roupa, as fontes eram também locais de concentração de negras e outros trabalhadores da cidade. Esses lugares tiveram um significado ambíguo: do ponto de vista do branco, foram considerados lugar de bagunças e brigas; para seus frequentadores eram local de camaradagem e trabalho, apesar dos conflitos que ali explodiam vez por outra. Nas fontes, com efeito, era comum as brigas entre negras. Ali era também um lugar de conflito entre essas mulheres e a polícia, que agia com violência nessas horas⁶⁰

A autora já nos revela o duplo controle a que eram submetidas as mulheres negras lavadeiras – o controle doméstico era exercido pela Casa Grande, ao passo que isso não fazia com que escapassem do controle policial, em suas atividades de lavagem, que extrapolavam a casa, já que era feito nas ruas. Assim, a mulher negra, diferentemente das mulheres brancas submetidas amplamente apenas ao controle doméstico, era controlada de forma dobrada pelo policiamento, especialmente o municipal.

Segundo Goes⁶¹, com o advento da República ideais asseveraram que criminalização da mulher, na obra de Rodrigues, reproduz a comparação dos padrões morais e da temibilidade da influência erótica, preceituada na obra “*La donna delinquente*” na teoria lombrosiana, mas é modificada sob padrões raciais, no qual a mulher negra seria a grande

⁵⁷ GIACOMINI, Sônia Maria. *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Rio de Janeiro. Vozes. 1988.

⁵⁸ *Idem*.

⁵⁹ Op. cit.

⁶⁰ SOARES, Cecília Moreira. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

⁶¹ GÓES, Weber Lopes. *Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo* em Renato Kehl. Mestrado em Ciências Sociais (UNESP) 2015.

culpada pelo desvios de caráter e moral da população branca, pois dissolve os laços familiares das uniões brancas, pela sua volúpia incontrolável. Veja-se:

A sensualidade do negro pode attingir então às raias quasi das perversões sexuaes morbidas. A excitação genesica da classica mulata brasileira não pôde deixar de ser considerada um typo anormal. "Nunca se frizou bastante, diz o Sr. José Veríssimo (A educação nacional, Pará, 1890), a depravada influencia deste característico typo brasileiro, a mulata, no amollecimento do nosso character. "Esse fermento do aphrodisismo patricio", como lhe chama o Sr. Sylvio Romero, foi um dissolvente da nossa virilidade physica e moral. A poesia popular brasileira no lo mostra, com insistente preocupação apaixonada, em toda a força dos seus attractivos e da sua influencia. O povo amoroso se não fatiga em celebrar-lhe, numa nota lubrica, os encantos, que elle esmiuça, numa soffreguidão de desejos ardentes. Canta-lhe a volupia, a magia, a luxuria, os feitiços, o faceirice, os dengues, os quindins, como elle diz na sua linguagem piegas, 'desejosa, sensual." Quando, porém, o producto mestiço tende a voltar a uma das raças puras, esse equilibrio instavel tende por sua vez a melhorar e como que as boas qualidades encontram⁶²

A mulher negra (representada sexualmente como a “mulata desenfreada”) seria responsável pela constituição de aspectos degradantes em nossa sociedade, pelo contato íntimo que se estabeleceu nas relações entre Casa Grande e Senzala no seio da escravidão e que se perdurariam pelo tempo na sociedade brasileira. Assim, o medo branco também se manifestaria no perigo representado pela negra na destruição da família branca, em seu contato constante com o homem branco, herdado historicamente das relações escravistas e tão temido pelas senhoras brancas⁶³. Essa pontuação nos permite observar as aflições da elite branca, não somente sob a ótica tradicional “do que fazer com o homem negro” no seio da sociedade nacional em formação no pós-abolição, mas também “do que fazer com a mulher negra”. Havia, sobretudo, uma preocupação com as reminiscências do costumeiro contato que o homem branco possuía com a mulher negra nas relações escravistas, sob a forma de estupro, mas que o discurso da época justificou pela natural predisposição da mulher negra a uma sexualidade exacerbada. Esse contato origina, não só a “depravação do homem branco”, mas também da prole “mestiça ou mulata”, que irá adquirir aspectos de degeneração provenientes do contato da mulher negra com o homem branco.

Lima Barreto em seu romance “Clara dos Anjos”, demonstra o estereotípico criado acerca da mulher negra. No romance “Clara dos Anjos” Lima centra-se justamente no racismo e no drama íntimo da protagonista homônima que, na expectativa de um casamento que não acontece, deixa-se seduzir por um homem branco

⁶² RODRIGUES, R. N. *Editorial. Revista Médico-Legal*. 1985.153- 154.

⁶³ GÓES, Weber Lopes. *Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo* em Renato Kehl. Mestrado em Ciências Sociais (UNESP) 2015, p. 182.

inescrupuloso. Grávida e abandonada pelo namorado, ao procurar a família do homem que a engravidou, acaba sendo humilhada, devido à sua condição de pobre e negra.

Para José Ramos Tinhorão⁶⁴, a história de Clara busca ressaltar “o problema do tradicional desrespeito sexual por parte dos homens brancos das classes economicamente mais elevadas em relação às mulheres negras e pobres.”⁶⁵

A construção desse discurso serviu, não somente para a justificação desse contato durante a escravidão, mas também para imprimir a culpa dessa relação exclusivamente à mulher negra, não se tendo modificado essa concepção após a quebra formal das relações escravistas. Pelo contrário, no seio da sociedade escravista, a corpo e a sexualidade da negra eram amplamente controladas dentro da casa grande.

Goes⁶⁶ nos lembra da relação entre a construção deste discurso e a prostituição, que era considerada o equivalente à criminalidade, na perspectiva Nina lombrosiana:

Essa posição em relação à mulher negra marca a proximidade desta com a prostituição como deixa claro Abdias do Nascimento: A norma consistia na exploração da africana pelo senhor escravocrata, e este fato ilustra um dos aspectos mais repugnantes do lascivo, indolente e ganancioso caráter da classe dirigente portuguesa. O costume de manter prostitutas negro-africanas como meios de renda, comum entre os escravocratas, revela que além de licenciosos, alguns se tornavam também proxenetas. O Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família e o preço dessa herança foi pago pela mulher negra, não só durante a escravidão⁶⁷

Mais adiante, Rodrigues analisa a população brasileira e sua psicologia criminal tendo como parâmetro a questão da mestiçagem, utilizando de Herbert Spencer para argumentar a presença da hibridez, senão física, mas moral e intelectual dos indivíduos resultantes do cruzamento entre raças tão distintas quanto as que formariam o país, frutos estes que não teriam préstimo.⁶⁸ Na esteira da teoria da degeneração da mestiçagem, a literatura brasileira do período abordado, teve um papel importante na construção da mulher negra, louca servil ou degenerada.

⁶⁴ TINHORÃO, José Ramos. Lima Barreto e os romances de crítica social. In: _____. *A música popular no romance brasileiro: século XX* (1. parte). V. 2. São Paulo: Editora 34, 2000.

⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 15.

⁶⁶ *Idem*.

⁶⁷ Op. cit.

⁶⁸ RODRIGUES, Nina. *Editorial. Revista Médico-Legal*, 1895.

1.3 O ALIENÍSMO CIENTÍFICO

Segundo Machin & Mota⁶⁹, o alienismo científico se constituiu buscando defender a sociedade de “degenerados” ou figuras que perturbassem a ordem social, legitimando a exclusão social. A criação do Hospício do Juquery implementou, em São Paulo, um modelo médico “adequado” aos propósitos da psiquiatria e às necessidades políticas e sociais.

Nas palavras do médico psiquiatra Franco Rocha:

Quando comecei a trabalhar pela reforma da assistência aos alienados em S.Paulo, divisei claramente os dois problemas que se antolhavam: o problema científico e o problema social. O problema científico não podia ser sequer tentado; o meio não o permitia, não havia oportunidade [...]. Estávamos ainda no período da detenção dos alienados [...] tínhamos que entrar no período do tratamento [...]. O asilamento racional já era programma para uma geração; era o problema social de que falei a pouco. Era opportuno; as condições do meio favoreciam [...]. O que consegui em 25 annos de trabalho forte, lá está no Juquery. O problema social está resolvido, e com ele a parte mais importante da therapeutica. O asylamento racional é aquelle [...]. A investigação scientifica vae ter agora o seu início; a occasião lhe é propícia; o meio que antes era hostil ou indifferente, hoje a favorece; temos a Faculdade de Medicina de S. Paulo.

O saber psiquiátrico identificaria e problematizaria vários segmentos presentes na instituição, como igualmente na própria sociedade. Nesse processo, elegem-se mulheres e homens negros como objeto de estudo e análise. Esse é também o momento em que a categoria de raça emerge do ponto de vista da ciência. No pós abolição e o estabelecimento formal da “cidadania” para a população negra, emergiram teorias e representações sobre igualdade, civilização e nacionalidade que aparecem, nos grandes debates da época, a afirmação da inferioridade da população negra e os temores quanto ao nosso futuro racial influenciado pelas teorias científicas racista do período.

O saber psiquiátrico abordou a questão racial numa perspectiva relativamente ambígua. De um lado, despertou interesse pelo fato de os negros poderem exemplificar a relação entre loucura e raça, hereditariedade, espécie e inferioridade, num momento em que a psiquiatria destacava tais caracteres; de outro, desinteresse, pois era tema de menor prestígio, já que tratava de “seres inferiores”, mais facilmente classificáveis nas matrizes disponíveis. Contudo, se eram seres inferiores, com classificação e loucura definidas a

⁶⁹MACHIN, Rosana; MOTA, André. *Entre o particular e o geral: a constituição de uma “loucura negra” no Hospício de Juquery em São Paulo, Brasil – 1898-1920*. Scielo.2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/scrGZDsBnfnDxTf9MRHxW6D/?lang=pt>. Acesso em 02 out. 2021.

priori, por que teriam se ocupado de observá-los para compreender a especificidade de suas manifestações?

O Médico psiquiatra Nina Rodrigues, baseou os seus estudos principalmente nas teorias lombrosianas onde desenvolveu suas ideias apresentadas em "As Raças Humanas", no qual o autor considerava um "simples ensaio de psicologia criminal brasileira"⁷⁰.

Fundamentado, sobretudo, nas aulas que vinha ministrando na disciplina de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Bahia, o livro tinha como propósito, apresentar as modificações que as condições de raça imprimiriam à responsabilidade penal, assim como criticar o Código Penal Brasileiro de 1890.

Tais estudos aplicados à realidade do Brasil, Nina Rodrigues sustentou que os crimes cometidos por indígenas, negros ou mestiços só poderiam ser analisados a partir de um ponto de vista racial que levasse em conta os valores morais e as noções de justiça vigentes nos seus respectivos grupos, ao que dá o nome de "ética étnica"⁷¹.

Afirma Nina Rodrigues:

Ora, desde que a consciência do direito e do dever, correlativos de cada civilização, não é o fruto do esforço individual e independente de cada representante seu; desde que eles [índios, negros e mestiços] não são livres de tê-la ou não tê-la assim, pois que essa consciência é, de fato, o produto de uma organização psíquica que se formou lentamente sob a influência dos esforços acumulados e da cultura de muitas gerações; tão absurdo e iníquo, do ponto de vista da vontade livre, é tornar os bárbaros e selvagens responsáveis por não possuir ainda essa consciência, como seria iníquo e pueril punir os menores antes da maturidade mental por já não serem adultos, ou os loucos por não serem sãos de espírito⁷².

Segundo Nina Rodrigues, aos mestiços, dependendo do estágio em que o indivíduo se encontrasse na escala evolutiva – que vai do produto “inteiramente inaproveitável e degenerado” ao produto “válido e capaz de superior manifestação da atividade mental” – igual correspondência terá a responsabilidade moral e penal, desde a sua completa negação em um extremo, até a sua afirmação no lado oposto. A intuição, todavia, é que, por ser o mestiço um “híbrido social”, ele conta com um “defeito de organização”, uma “insuficiência” ou “desarmonia do desenvolvimento fisiopsicológico”, devendo ser menos responsável do que os brancos civilizados. A

⁷⁰RODRIGUES, 1957)

⁷¹(2003, p.215). Afirma Nina Rodrigues:

⁷²(RODRIGUES, 1957).

psiquiatria no Brasil, se constituem como parte de uma estrutura racista, algo que refletiria no tratamento de pacientes negros com patologias psiquiátricas.

Nos prontuários médicos identificados como pertencentes a pacientes de mulheres negras, poucas inscrições que apontasse para um acompanhamento mais cuidadoso.

Chamou-nos a atenção a ausência de detalhes na anamnese do paciente, percebeu-se que a única preocupação era registrar o nome, a data de entrada e de falecimento. Dos 120 prontuários analisados, somente 15 prontuários constavam data de saída com vida da internação psiquiátrica. A ausência de anotações referente a suposta patologia que teria provocado a internação deles e delas. Percebemos que as anotações referente aos pacientes negros e negras eram referentes à família, doenças nervosas ou mentais, sífilis, aspectos comportamentais, consanguinidade e crimes; e principalmente dados como: altura e dimensões de membros e da cabeça, corroborando com a análise baseada na teoria racista de Lombroso, seguida e difundida no Brasil por Nina Rodrigues, definindo previamente como loucura para a população negra.

Nas palavras de Cunha⁷³:

Também em termos de composição étnica o hospício é um espaço dos brancos. Os negros, embora constituam uma parcela imensa da população do hospício, merecem pouca atenção e despertam pouco interesse científico, na medida em que portariam por nascimento "traços de degeneração" que o organicismo atribuíra atavicamente à sua raça: beócios, primitivos e pouco dignos de interesse humano, social ou médico. O silêncio, nestes casos, diz mais que o discurso e os milhares de prontuários referentes aos negros vêm praticamente em branco, preenchidos quase telegraficamente em diagnósticos que apontam, em sua maioria, para a "idiotia", a "imbecilidade" e outras rubricas da degeneração "inferior" inscrita em sua própria condição racial: "Os estigmas de degeneração física que apresenta são os comuns da sua teça: lábios grossos, nariz esborrachado, seios enormes, pés chatos".

Na base da pirâmide, ocupando a posição de mais radical aniquilamento, estão as mulheres negras.

O quadro abaixo apresenta seis dos quinze prontuários selecionados para a pesquisa contendo a descrição reservada as pacientes negras e pardas.

⁷³ CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. 2ª Edição, São Paulo. Editora Paz e Terra S/A, 1988.

NOME	OCUPAÇÃO	IDADE	COR	INT.	ESTADO CIVIL	DESCRIÇÃO
M. J.		22 anos	Negra	1920		Lábios grossos, nariz esborrachado, seios enormes, pés chatos
M. C.		38 anos	Negra	1920		um perfeito tipo de símio
M. L.		25 anos	Negra	1918		orelhas em asa”, “beiço de lebre”, “goela de lobo”, medidas da cabeça, vícios da arcada dentária
A. P.		22 anos	Parda	1918	solteira	(...) Frequentou o colégio, onde aprendeu a ler e escrever. Não consta que houvesse padecido de moléstias graves. Foi sempre um pouco débil de constituição, como de regra sucede com os mestiços entre nós. Por morte de seu progenitor é que começa a sua história mental propriamente dita. Usufruindo um pequeno rendimento de herança, entregue a si mesma, começou a revelar-se incapaz de gerir seus bens, que dissipava sem conta. Um pouco mais tarde, sua conduta entrou a manifestar singularidades. Certa vez, comprou trajes masculinos e 30 saiu a viajar neste estado. Foi reconhecida como mulher e presa pela polícia (...). Achamos, pelo exposto, quando se trata de uma degenerada fraca de espírito em que se vai instalando pouco a pouco a demência.
A. S.	Emp. doméstica	12 anos		1920		indolente e preguiçosa. Não gosta de fazer o menor trabalho. Do lado ético se nota o afrouxamento dos laços familiares: não gosta da mãe e o diz sem rebuscos. (...) O sentimento de pudor, ela o conserva.

As mulheres negras portadoras de dupla condição, são vistas e tratadas pela medicina alienista como portadoras de uma dupla inferioridade que as torna mais próximas da natureza que da condição humana.

Desde o início do século XX, a psiquiatria brasileira voltou-se para diversos tipos de doença mental e sua distribuição étnica, que consistia essencialmente na interpretação das estatísticas psiquiátricas. Sobre a loucura na população negra, levantaram-se estatísticas sobre a incidência de determinadas doenças, nomeadamente epilepsia, alcoolismo e sífilis.

Essas “ameaças” levavam à necessidade de se conceber o país como um corpo heterogêneo, com índoles e costumes incapazes de se fundirem, o que convinha às elites paulistas e sua intenção de ser um ponto superior e diferenciado da nação. Difundido anteriormente por outros médicos, como J. P. Fontenelle, essa visão acusava, nas regiões brasileiras onde predominava a presença negra, “o pessimismo, a pusilanimidade, a preguiça, o egoísmo e a sensibilidade nos textos médicos, fazia-se alusão a regiões do norte e nordeste, de forma em apresentar que contrariamente, seria diferente em outras regiões, fazendo alusão ao Sul e ao Sudeste, onde o branco teria sobreposto o sangue negro e mesmo o indígena, ficavam “em evidência, a ousadia, o destemor e a confiança no futuro, de que deram tanta prova os antepassados bandeirantes”.

Esse fracionamento regional foi incorporado por muitos médicos e eugenistas de São Paulo, a ideia de que, se havia um “corpo estranho” na formação histórica do paulista, esse era o negro e, como tal, deveria desaparecer ou ser absorvido por um projeto eugênico futuro.

O saber psiquiátrico abordou a questão racial numa perspectiva relativamente ambígua. De um lado, despertou interesse pelo fato de os negros poderem exemplificar a relação entre loucura e raça, hereditariedade, espécie e inferioridade, num momento em que a psiquiatria destacava tais caracteres; de outro, desinteresse, pois era tema de menor prestígio, já que tratava de considerados “seres inferiores”, mais facilmente classificáveis nas matrizes disponíveis.

Esse projeto abriu caminho para a construção dos manicômios judiciários no Estado de São Paulo.

1.4 O NEGRO E A PSIQUIATRIA EM SÃO PAULO

Em busca de estabelecer a maneira pela qual o negro^(e) foi tematizado pelo saber psiquiátrico e problematizado por sua produção científica, e perceber as formas concretas e cotidianas da operação desse poder, especialmente pelo movimento da instituição. Acrescessem-se, a esse processo, particularidades regionais, pois, no caso paulista, estava em curso, no âmbito intelectual e político, uma forte discussão a respeito, porquanto houvesse um projeto de embranquecimento da população como estratégia de elevação racial. Isso tomou impulso tecnológico nas esferas médicas e de saúde pública, ganhando a eugenia espaço largo na instituição das especialidades médicas, entre elas a psiquiatria, num amplo movimento das primeiras décadas do século XX. Dos estudos obstétricos aos cirúrgicos, das práticas sanitárias

às experiências implementadas por psiquiatras, todas incorporavam a eugenia, mesmo interpretada e praticada de formas diversas e, algumas vezes, antagônicas¹⁰.

Em meio aos processos de aceleração do desenvolvimento urbano na cidade de São Paulo, que implicavam igualmente a repressão de hábitos e costumes da sociedade tradicional e a negação e expulsão de todos os traços da cultura popular e dos próprios populares das áreas centrais da cidade a fim de dar-lhes uma feição moderna à altura da civilização e progresso que lhe inspiravam, Franco da Rocha seria um deles a pensar o campo da medicina mental ao lado de outras medicinas capazes de darem conta das mazelas criadas por uma população absolutamente marginalizada nas cidades. A cidade repartia os seus “dejetos humanos” em pelo menos três instituições: asilos para mendigos, depósito provisório de menores, prisões e hospícios, sendo os dois últimos que receberam a partir de 1890 um grande continente de pessoas. Torna-se clara a presença de uma política simultaneamente de assistência e segregação da população. Franco da Rocha, ao lado de outros, levará à frente o processo de higienização e saneamento médico, apoiado em ideais de progresso e civilização da sociedade brasileira. Muito embora, sendo formado pelos modelos estrangeiros nesse processo, não deixará de assinalar a necessidade de pensar as questões colocadas pela situação escravagista brasileira.

Um terço da população morava em cortiços; outra parte em vilas operárias, e cidadelas vilas⁷⁴. Havia uma política de saneamento e higienização que procurava limpar a cidade, “erradicando os cortiços de onde os focos contagiosos poderiam se alastrar”⁷⁵. Reinava entre as elites as ideias de promiscuidade, sujeira, barbárie e pouca civilização das populações mais marginalizadas que deveriam ser controladas para que não oferecessem perigos. O controle imediato viria pela Polícia Sanitária, órgão criado logo após a proclamação da República, vinculado à Secretaria de Negócios do Interior, igualmente responsável pelo Hospital de Isolamento e pelo Hospício do Juqueri.

A cada ‘anormalidade’ correspondia um tratamento: estados febris encaminhados para o Hospital de Isolamento, loucuras para o Hospital dos Alienados, criminosos para o presídio e criminosos-mirins para o Instituto Disciplinar⁷⁶

Tornando-se a medicina atribuição do estado, ela irá se especializar em: medicina social, medicina legal e medicina mental, como forma de conter os inimigos do corpo social, e

⁷⁴ BALAGUER, Gabriela. Franco da Rocha e os primórdios da psiquiatria em São Paulo no século XIX. *Primeiro Seminário Internacional Brasil do século XIX* – SEO – s/d. Disponível em: <https://www.seo.org.br/images/Anais/Arthur2/Gabriela%20Balaguer.pdf>. Acesso em 22 maio 2021.

⁷⁵ KOWARICK, 1994).

⁷⁶ ROLNIK apud KOWARICK, Lúcio (org.) *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 99.

constituir uma sociedade higiênica e civilizada⁷⁷. A partir da 1890, o hospício receberá um contingente muito grande de pessoas: É fundamental compreender esse movimento de repressão, vigilância e internação da população empobrecida como um modo de controle e hegemonia das classes dominantes sobre as classes populares.

Os esforços de controle e ordenamento da população moradora das cidades por meio de ações higienistas e sanitaristas, da higiene sanitária e epidemiológica ao higienismo mental demonstravam o interesse e preocupação dos médicos de alcançar melhorias para o desenvolvimento do país; conquanto que fossem permitidas ações dirigidas e autoritárias sobre a raça e o meio, transformando-os quando possível, segregando ou isolando. Tratava-se de uma política de assistência e segregação que engrossava por ocasião de qualquer manifestação do poder dos populares. Um exemplo disso são o pensamento cientificista servindo de apoio ao exercício do poder da repressão nos levantes populares contrários à ordem republicana, como no caso da Revolta da Vacina, em 1904, no Rio de Janeiro e a Revolta de Canudos, no sertão baiano.⁷⁸ Nina Rodrigues, médico baiano, valia-se da nosografia psiquiátrica para compreender e abafar a manifestação política popular liderada por Antonio Conselheiro, desqualificando o pensamento do “mestiço do sertão”, como sendo homem de ‘mentalidade inferior’ em razão das condições raciais e do meio ambiente em que vivia. Franco da Rocha, resenhando o folheto de 22 páginas de Nina Rodrigues, “*Epidemie de folie religieuse au Brésil*”, publicado nos Annales Médico Psychologyques, em 1898, escreveu:

A fatalidade reuniu os dois fatores que deram resultado aquela conflagração: de um lado um louco – Antonio Conselheiro – com delírio coerente, de aparência lógica, na fase ambiciosa, do messianismo, e de outro lado o terreno étnico e social em que o louco abriu alicerces do seu castelo – o jagunço, fetichista em religião e monarquista em política. (...) O jagunço, mestiço do sertão, diverso do mestiço do litoral, conserva o caráter indomável do selvagem, o gosto errante e nômade, a resistência ao sofrimento físico, à fome, à sede, às intempéries; sempre resoluto e pronto para as depredações à mão armada e para servir aos interesses do que souber dirigir-lo, é uma criatura de mentalidade inferior, ainda atrasada para compreender tanto uma religião como uma forma de governo abstrata; é monarquista porque precisa de um rei que concretize para ele o Governo; é fetichista porque precisa de imagens de santos, de missionários, de enviados diretos de Deus. O raciocínio do jagunço não vai além disto: na monarquia a vida era fácil, na República está custosa ... post hoc, ergo propter hoc, nada mais.⁷⁹

Nada na revolta recebeu o estatuto do normal, do direito: nem líder, nem seguidores, nem concepções religiosas e políticas; tudo ganhou o sinal de uma patologia mental abjeta, pois

⁷⁷HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs.). *A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994., p.51.

⁷⁸ SEVCENKO, Nicolau. *Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 2003.

⁷⁹ ROCHA, Francisco Franco da. *Fragmentos de Psychiatria*. São Paulo: Estatística e apontamentos: 6º folheto da série. São Paulo: Typografia do Diário Oficial, 1899. p. 237-38

era de gente abjeta que se tratava, mestiços do interior, gente primitiva e que só podia ser conduzida, comandada pelo Estado.

Por isso, chama atenção quanto o campo científico é minado por leituras e ações que buscavam, em mitos de origem regionais e inovações modernizantes, saídas para a elevação da raça, já que todos estavam afinados quanto à superioridade racial do paulista e a proeminência de um homem branco e racialmente superior, definido como “sub-raça superior”, enquanto os afrodescendentes eram considerados “homens inferiores”, o que explicaria sua “ausência” na formação original do estado. São Paulo se arrogava o privilégio de uma raça superior já ajustada aos novos tempos, apta a pôr o Brasil nos trilhos do progresso. A chegada do trabalho livre e dos migrantes e imigrantes que aportavam sistemática e descontroladamente dava azo ao discurso pela restrição dessa gente, que poderia “sujar a raça de gigantes”, constituída, segundo a versão paulista, desde os primeiros tempos, pelos “índios de estirpe” e os “audazes portugueses” quando aí fincaram suas raízes e, aos poucos, foram vergando o sangue índio, originando uma população mestiça e branca.

Esse poder atribuído à branquitude pode ser entendido como “uma rede na qual sujeitos brancos estão consciente ou inconscientemente exercendo-o em seu cotidiano por meio de pequenas técnicas, procedimentos, fenômenos e mecanismos que constituem efeitos específicos e locais de desigualdade social”. Nesse sentido, o objetivo não é estudar o que é a loucura, mas investigar como ela foi apreendida, percebida e analisada. A figura de Franco da Rocha é central nesse contexto, pois:

[...] seu engajamento e sua proximidade com uma medicina prática e intervencionista estariam materializados na concepção do Hospício do Juquery, ao qual teria dedicado boa parte de sua vida profissional. Já a sua produção intelectual expressa em seus livros e artigos, dentre outras atividades acadêmicas, partia desde os condicionantes biológicos, fundamentados na teoria darwinista, passando pela medicina forense, chegando à psicanálise de Freud – sendo um dos responsáveis por sua introdução no Brasil.

Para tanto, recorreremos aos prontuários médicos e aos registros do Hospício do Juquery referentes à população internada entre 1898-1955 e à produção científica da instituição. Os prontuários médicos são tomados aqui como um campo documental que se constituiu no interior dos hospitais a partir da configuração do saber médico, porquanto não se trate apenas de espaços de cura, mas também de registro, acúmulo e formação de saberes. Assim, passa-se a organizar um registro permanente dos acontecimentos, com a preocupação de se identificarem os pacientes, fazer-se o registro geral das entradas e saídas e de informações acerca dos tratamentos e diagnósticos. Nessa direção, os prontuários do Juquery desse período continham

itens a serem preenchidos pelo médico responsável como: idade, raça, profissão, estado civil, religião, nacionalidade, procedência e saída:

[...] a opção pelo registro desses itens evidencia que o diagnóstico das doenças mentais podia variar de acordo com a etnia, a classe social ou nacionalidade dos pacientes. Assim, alguns indivíduos foram internados e tratados por serem negros, espíritos, vagabundos e degenerados⁸⁰.

Estudamos a produção científica para conhecer-lhe o conteúdo, as perspectivas e a relação com outras formas do saber psiquiátrico sobre a loucura da população negra. Levantamos a produção institucional do período e destacamos aquela que permitia uma articulação com a questão racial. O levantamento dos registros do Hospício do Juquery considerou todos os ingressantes segundo os critérios dos livros de registros (nome, idade, sexo, cor, estado civil, nacionalidade, naturalidade, procedência, ocupação, escolaridade, data de ingresso, data de saída, motivo de saída, reincidência e solicitação para internação [autoridade pública ou família]). Essa consulta gerou dados quantitativos sobre o conjunto dos internos no período, permitindo articular as práticas psiquiátricas com a problemática urbana e a contenção da loucura. Já a consulta aos prontuários médicos visou investigar e observar práticas institucionais de tratamento e segregação, muitas vezes anunciadas na produção científica. Consultamos, lemos e registramos “todos” os prontuários de internos identificados como “negros” e, entre os demais, selecionamos alguns aleatoriamente para comparar seu preenchimento com o daqueles, especificamente, o número de registros encontrados e sua qualidade.

⁸⁰ MOTA, Rosana Machin André. *Entre o particular e o geral: a constituição de uma “loucura negra” no Hospício de Juquery em São Paulo, Brasil – 1898-1920*. Scielo, 2019.

1.5 APRISIONANDO MULHERES NEGRAS: MANICÔMIO JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO



O Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo foi inaugurado no dia 31 de dezembro de 1933, após 6 anos de construção. Um prédio elegante projetado por Ramos de Azevedo – arquiteto responsável por grandes obras na cidade de São Paulo – compunha traços de *art nouveau* em um hospital de segurança máxima.⁸¹ Idealizado pelo médico psiquiatra Franco da Rocha, falecido um mês antes da inauguração do prédio, a demanda pela construção da instituição foi fortemente apontada por este, que acreditava ser dever do poder público dar um tratamento adequado aos criminosos que tivessem sua sanidade colocada em cheque. Trazendo em sua prática médica, conhecimentos do tratamento moral do alienismo até as teorias organicistas da degenerescência, o médico acreditava nos benefícios de um lugar propício para tratamento e isolamento de doentes mentais.⁸²

Antes da construção do Manicômio Judiciário no Estado, os “delinquentes” considerados insanos ficavam reclusos na colônia do Juquery, hospital psiquiátrico idealizado e dirigido pelo mesmo Franco da Rocha. Tornando-se terreno para a edificação do Manicômio Judiciário, sendo anexado ao hospital e submetido à Secretaria Estadual de Saúde. O Hospital Juquery e o Manicômio sempre mantiveram estreitas comunicações no que se refere ao fluxo de pacientes, como pôde ser verificado nos prontuários das pacientes. Segundo o estudo de

⁸¹MOTT, M.L.; SANGLARD, G. (org.). *História da Saúde em São Paulo: Instituições e Patrimônio Arquitetônico* (1898-1958). Barueri: FioCruz/Manole, 2011.

⁸² *Idem*.

Douglas Tavolaro, publicado em formato de livro reportagem, a colônia de mulheres do Manicômio Judiciário foi concluída posteriormente, sendo que até então aquelas que tinham problemas com a justiça compartilhavam espaço com as que não tinham, em pavilhão feminino no Juquery.⁸³ Essa informação não se apresenta na documentação, apesar de que os prontuários até 1940 trazem os dizeres do Manicômio Judiciário juntamente ao Hospício do Juquery com bastante frequência.

Durante a década de 1930, as discussões que embasavam os discursos médicos traziam um olhar de classificação para a população urbana que se formava nas cidades. Preocupavam-se com a gestão das práticas sociais e culturais para que, segundo sua visão, estivessem alinhadas aos ideais de moralidade que estavam sendo instituídos. Assim, a eugenia surge como um modo de higienizar as novas cidades que estavam sendo formadas no período, aliando a ciência com a área de médica e criminológica. Influenciados por uma ideia de processo social, noções racistas de “aprimoramento” do povo brasileiro por meio de medidas contra a reprodução daqueles considerados “degenerados” pautaram as discussões médicas e sanitárias que circulavam entre a elite intelectual. Do final do século XIX para o início do século XX o contingente populacional das grandes cidades aumentou de forma exponencial, em especial na cidade de São Paulo, que em 1872 tinha pouco mais de 30 mil e em 1910, 357.325 habitantes.⁸⁴

O crescimento acelerado pela industrialização concentrou um enorme contingente de imigrantes e escravizados e libertos em busca de trabalho assalariado. Concomitantemente com a formação moderna das grandes cidades, médicos e juristas buscaram pensar uma gestão sanitária que moralizasse a população brasileira em formação. O movimento eugênico brasileiro foi um dos primeiros da América Latina⁸⁵, reunindo muitos médicos em torno do debate da higiene moral, física e psíquica do povo brasileiro.

Em 1910 foi fundada a Sociedade Eugênica de São Paulo, tendo realizado o Congresso Brasileiro de Eugenia no ano de 1929. Entre alguns órgãos em que circulavam essas informações estavam os Boletins de Eugenia, publicados entre os anos de 1929 e 1934, dirigidos pelo médico psiquiatra Renato Kehl, um dos líderes das ideias da eugenia no contexto científico

⁸³SANTOS, Ronivaldo de Oliveira Rego. *O Projeto do Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho de Goiânia em uma história da loucura no Brasil (1930-1950)*. Mestrado em História (PUC-GOIAIS), 2018.

⁸⁴GÓES, Weber Lopes. *Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl*. Mestrado em Ciências Sociais (UNESP) 2015.

⁸⁵SEYFERTH, Giralda. Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil. In: Lima, Nísia Trindade; Sá, Dominichi Miranda (Org.). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Fiocruz. 2008.

brasileiro.⁸⁶ Defensores de uma sociedade higienizada de conflitos sociais, dos loucos, criminosos, doentes e de quaisquer comportamentos considerados imorais, os eugenistas acreditavam no aprimoramento da raça por meio de condutas que a população deveria tomar de modo individual, tendo o casamento e reprodução particular enfoque.

A preocupação com o diagnóstico e classificação de doenças físicas e mentais, encontravam seu fundamento em questões morais referentes aos ideais da família burguesa, do branqueamento da população, do trabalho e da disciplina moral em todos os âmbitos da vida pública e privada. Nesse sentido, a medicina psiquiátrica brasileira se desenvolveu com o aporte do alienismo e da eugenia, fortemente ligadas à pressão dos órgãos públicos pelo estabelecimento de locais onde essas práticas de controle populacional pudessem se estabelecer. Trazendo conhecimentos científicos biológicos para justificar conflitos e desajustes no contexto social, numa influência positivista, esse discurso operava no âmbito de reconhecimento das “degenerações” da população, ligada aos vícios, doenças sexualmente transmissíveis, prostituição, ócio, pobreza, criminalidade, loucura e todo o tipo de doenças.

O alienismo, como um modo em que o discurso médico erigiu seu saber, tem na figura de Philippe Pinel, médico francês que colocou as ideias de moralidade e loucura lado a lado durante o século XVIII, um ponto de mudança na forma de se perceber a alienação mental⁸⁷. Até este momento toda a população que estivesse fora dos parâmetros sociais eram confinadas juntas nos hospitais gerais: loucos, criminosos, prostitutas, mendigos etc. A partir desse momento ocorre uma reorganização institucional, na qual os “loucos” deveriam ser diagnosticados e separados dos demais.

Concomitante em um período em que outras instituições de confinamento também se tornam mais “especializadas”, o manicômio passa a ser um lugar de exame e tratamento das patologias mentais. Segundo as novas classificações de Pinel e dos médicos que se seguiram. Para os alienistas, a importância central do diagnóstico era definir a separação entre a loucura e a normalidade, que poderiam ser percebidos pelo modo em que o paciente se relaciona com as suas paixões.

Nesse sentido, seria pelo controle das vontades que seria possível identificar um sujeito “normal” e aqueles considerados os “loucos” seriam os descontrolados ou descontroladas, devendo ser submetidos a tratamentos morais nos asilos e manicômios para que pudessem ter

⁸⁶SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. *SciELO*, 2016.

⁸⁷ TEIXEIRA, Manoel Olavo Loureiro. Pinel e o nascimento do alienismo. *CLIO-PSYCHÉ*, 2019.

sua moralidade educada. Neste momento, corpo e as suas funções, bem como sua hereditariedade não era o foco dessa medicina, mas pensar os comportamentos que poderiam ser classificados como alienação mental.⁸⁸ Em um segundo momento, a ideia de degeneração proposta por Benedict-Augustin Morel na segunda metade do século XIX e que influencia a psiquiatria durante o século XX, relaciona as classificações comportamentais do alienismo com um novo modo de observar o sujeito, agora por meio de um mapeamento hereditário. Assim, se preocupam com as “heranças mórbidas”, como escrevem os médicos, em que buscam explicar a alienação mental por uma série de mecanismos classificatórios do corpo (lesões cerebrais, intelectuais e morais) que são relacionadas às “causas” das doenças.

Quando o alienismo se alia às teorias da degenerescência, que compreendiam o corpo do paciente como um lugar de manifestação da loucura por meio das predisposições físicas e sociais degenerativas vinculadas às heranças patológicas, temos um cenário em que a psiquiatria passa a buscar no corpo diagnosticado as causas das doenças. Como ilustra a historiadora Sandra Caponi:

A aplicação da teoria da degeneração oferece para os alienistas um fundamento organicista que se refere a lesões cerebrais e a predisposições hereditárias. Permite também estender os domínios da psiquiatria além das fronteiras do asilo. A identificação de redes causais e a classificação etiológica das degenerações, incluídas as alienações, abrem a possibilidade de se detectar e interromper a sucessão patológica (...).

Desse modo, essas noções compõem uma estratégia de gestão social das cidades em que os corpos marginalizados eram classificados por suas condutas, do ponto de vista moral.

Os corpos dos pacientes passaram a ser examinados pelo viés da anatomia, de seus componentes hereditários e de suas histórias de vida para justificar as causas das doenças. Assim, esse modo de compreender a loucura dentro e fora dos manicômios ocupou o papel de gerir os corpos politicamente, moralizando as massas e higienizando o meio social por meio de ideais eugênicos.

O que é a loucura? Loucura ou comportamento não aceitável?

No Brasil, mais especificamente no Estado de São Paulo, a reunião dos conceitos do alienismo e da degenerescência aparece fortemente no modo como o pensamento eugênico foi desenvolvido, no modo como compreendiam a população pelo ponto de vista de ideais morais, classificados por meio das “heranças mórbidas”.

⁸⁸MITJAVILA, Myriam; VÁSQUEZ-VALENCIA, María Fernanda. (organizadoras) *Crime, medicina e sociedade: perspectivas sócio-históricas*. 1ª edição LiberArs. São Paulo, 2020.

Composto por artigos, estudos, resenhas e recomendações a população em relação às práticas higiênicas, os Boletins de Eugenia eram trimestrais e traziam temas relacionados ao casamento, pesquisas com pessoas presas em instituições, classificações de acordo com etnia e periculosidade de loucos e criminosos. Questões relativas à vida privada, relações matrimoniais, número de filhos, organizações familiares e educação moral estavam nas principais das páginas deste periódico. Em 1932, o Dr. Renato Kehl publica o texto *A Eugenia na prática individual*, no qual inicia distinguindo a higiene da eugenia, sendo a primeira, buscar melhorar as condições do meio, e a segunda, “corrigir as condições hereditárias (genotípicas), tanto nos indivíduos quanto na coletividade”.⁸⁹ Neste artigo o médico direciona aos leitores recomendações de exames médicos pré-nupciais para evitar a propagação de doenças hereditárias, apresentando ideias racistas e elitistas em relação ao casamento:

Evitar casamento com pessoa de classe inferior, e, sobretudo, com indivíduos de raça diferente e com mestiços das primeiras gerações. Está provado que tais casamentos são disgênicos, dando origem a tipos inferiores física, psíquica e moralmente⁹⁰.

Neste artigo de Renato Kehl muitos pontos fundamentais do discurso eugênico se encontram presentes. O tema do casamento e da família assume a centralidade devido à formação de valores morais que “reformassem” a população. O exame médico aparece entrando no seio das famílias e gestionando sua natalidade, diagnosticando doenças hereditárias, adquiridas, julgando e definindo o “bom ou mal” comportamento que as pessoas assumem em seu nível privado. Assim, nas décadas de 1920 e 1930, os discursos sobre nação integravam questões de raça e gênero, produzindo um imaginário social na noção de uma raça “purificada”, controlando a reprodução da população, os fluxos de imigração, definindo, por meio de uma política de identidade nacional, quem pertenceria a nação ou não.⁹¹ A historiadora Maria Clementina Pereira Cunha, ao analisar o Hospício do Juquery entre os anos de 1880 a 1930, percebe a quantidade de pessoas negras abandonadas à própria sorte no manicômio, como “loucos”. Pensando o contexto de urbanização em um período imediatamente posterior à abolição da escravidão, os negros foram estigmatizados nas cidades, vivendo muitas vezes em subempregos.

⁸⁹SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto (1920-1930)*. *SciELO*, 2016.

⁹⁰*Idem*.

⁹¹*Idem*.

As mulheres negras estigmatizadas, eram alvo da psiquiatria eugênica reservou para seus corpos o lugar de “degenerados” e “inferiores”,⁹² bem como daqueles que não estivessem dentro da lógica moral que se implantava. Nesse sentido, os Boletins de Eugenia se posicionam favoráveis às intervenções médicas e de isolamento da população considerada imprópria para o convívio:

Se pudéssemos transformar em eunucos todos os degenerados e fechar nos conventos todas as idiotas e dar aos indivíduos bem-dotados um harem e às mulheres inteligentes homens de caráter, ver-se-ia nascer, em pouco tempo, uma geração superior ao século de Péricles! Sem nos perdermos em divagações quiméricas, basta refletir que se fosse estabelecida, depois da pena de morte, a castração como pena maior, a sociedade seria expurgada de gerações inteiras de tarados, pois ninguém ignora que a maioria dos crimes são cometidos entre os 20 e 30 anos.⁹³

Nesse contexto, a teoria da degenerescência ganha força na sua forma de explicar as mazelas da sociedade por um prisma determinista, ligando os comportamentos e a moralidade a genéticas e hereditárias. No modo de tratar a loucura pelo ponto de vista da teoria do progresso das espécies e da evolução moral da sociedade, o pensamento médico brasileiro na primeira metade do século XX marcou um modo de compreensão da normalidade por meio da invenção do corpo “degenerado”. Desse modo, os Boletins de Eugenia foram um elemento de propagação e reunião das ideias eugênicas entre a formação desse pensamento no período.

No que tange às políticas públicas que seus editores buscaram alcançar, destacam-se o exame pré-nupcial, iniciativas de esterilização da população considerada “degenerada”, educação moral para as escolas, e uma maior possibilidade de exclusão e gestão da população marginalizada, por meio da construção de lugares especializados nesse tipo de observação dos indivíduos. Assim, em resenha das Principais conclusões aprovadas pelo Congresso Brasileiro de Eugenia, publicada em 1932, elaborada pelo Dr. Renato Kehl, na conclusão número 23, é aconselhada “a criação de dispensários psiquiátricos com serviços sociais anexos aos hospitais de assistência pública e de assistência a psicopatas.”⁹⁴

Espaços exatamente como o Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo foram pensados nesse contexto. Como aponta Cunha, a teoria da degenerescência foi um instrumento que possibilitou unir a concepção da loucura aos processos sociais e políticos que insurgiam, reduzindo e abafando causas políticas de profunda desigualdade social a processos biológicos,

⁹²Boletim de Eugenia. Ano IV – nº 38. Abril – Junho de 1932, “Amor e Eugenia” (Notas de um precursor da boa geração), por Arthur Schopenhauer, p. 85. *Revista Trimestral de divulgação e propaganda de Eugenia no Brasil*. Piracicaba, SP: [s.n.], 1929-1933. Fonte: CMU - Centro Memória da Unicamp.

⁹³*Idem*.

⁹⁴SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto (1920-1930)*. Scielo, 2016.

genéticos e hereditários. Aliando-se a outros saberes que estavam sendo erigidos em outros âmbitos e forjando uma “cidade organizada, asséptica, livre da ameaça”,⁹⁵ a psiquiatria paulista da época geriu as problemáticas da loucura, do crime, da moral familiar e individual. E marcou profundamente homens e principalmente, mulheres negras.

⁹⁵CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura - o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

1.6 SOBRE RAÇA E RACISMO: DADOS DOS PRONTUÁRIOS NO MANICÔMIO JUDICIÁRIO

A partir do contexto de debate sobre raça e racismo⁹⁶, que aponta a presença de poucos consensos (raça como categoria construída socialmente). Nessa perspectiva, compreenderemos raça como uma categoria histórica de sujeição, produto de dispositivos de poder-saber específicos (nesse trabalho, de forma específica, a psiquiatria), que realizasse sobre corpos de sujeitos (com suas características físicas e traços fenotípicos), em relações dissimétricas de poder que intencionam relações de subjugação do outro foi desenvolvido a partir das transformações sociais que corroboram com as iniciativas e justificativas para a construção do Juquery no Estado de São Paulo, a figura do médico Franco da Rocha e o padrão do modelo feminino no Brasil importando dos moldes europeus, o qual as mulheres negras aos olhos da elite branca do país, não se enquadravam.

Em São Paulo, inicia-se em 1852. Naquele ano, foi criado um hospício na então Rua de São João, mantido por religiosos e administrado pelo padre Vicente Pires da Mota. Em 1864, o hospício foi transferido para a Várzea do Carmo, no final da Ladeira Tabatinguera (em edificação ainda hoje existente), agora sob a gestão do doutor Thomé de Alvarenga. Apenas no início do século XX, mais precisamente em 1904, foi inaugurado o Hospício Central do Juquery, no atual município de Franco da Rocha, sendo para lá transferidos os internos da capital, sob a orientação intelectual do psiquiatra Francisco Franco da Rocha. Parte do complexo do Juquery passou a abrigar, também, um manicômio destinado à internação dos condenados pela Justiça diagnosticados como doentes mentais. A separação institucional e a criação do Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo, oficialmente chamado Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Professor André Teixeira Lima, data de 1927. Esse manicômio abrigou pacientes de ambos os sexos – ainda que os prontuários de mulheres sejam em número muito reduzido quando comparados aos dos homens.

A instituição também mudou de designação e de lugar no organograma do governo estadual. Uma das inúmeras transformações foi a mudança de nome, em 1988, quando passou a ser chamado de Hospital de Custódia, dois anos após ser criado, ali, um sistema de “colônias”, numa área até então pertencente ao Hospital do Juquery. Hoje, o órgão está ligado à Secretaria de Administração Penitenciária e seu nome homenageia André Teixeira Lima (1902-1987), que dirigiu o hospital ao longo de três décadas e é tido como um dos pioneiros da psiquiatria forense em São Paulo. Formado em 1926, pela Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, passou

⁹⁶ Fredrickson, 2004, Hund, 2003; Wade, 1993.

a cuidar da “assistência aos psicopatas” em 1933, a convite de Antonio Carlos Pacheco e Silva, quando este dirigia o Juquery.

Aos seus cuidados, ficaram 104 internos do Hospital Psiquiátrico do Juquery e os que para lá fossem encaminhados pela Justiça, a partir dessa data, para cumprir suas penas e receber assistência. Desde 1956, Teixeira Lima tornara-se também professor de Psicologia Médica e Clínica Psiquiátrica na Faculdade de Medicina de Sorocaba, vinculada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Na virada dos séculos XX/XXI, depois de anos de padecimento, parte do arquivo do Hospício do Juquery incendiou-se e, com isso, perderam-se inúmeros prontuários dos internos que ali viveram boa parte de suas existências.

O episódio lançou luzes sobre o acervo do Manicômio Judiciário que, além de vizinho e similar em termos arquivísticos e de registro de experiências humanas, corria o mesmo risco em razão do local onde estava acondicionado.

A seguir podemos ver os diagnósticos reservados às mulheres negras e pardas e o tempo de internação. Em comparação com os mesmos prontuários de mulheres brancas internadas na mesma instituição e no mesmo período, saíram com alta, ao contrário das mulheres negras e pardas apresentadas no quadro abaixo. Somente uma das pacientes saiu de alta com vida. Também podemos observar que as informações acerca destas mulheres são escassas.

Tabela 1: Relação de internas pretas e pardas Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo – Anexo Juquery (1897 e 1952)

Prontuário	DAP 121	DAP 039	AP 297	DAP 320	DAP319
Nome	D.P.	M.C.	M.R.S	O.F.S.	O.S. F 25
Idade		22	30	24	25
Cor	Parda	Parda	Parda	Parda	Preta
Nacionalidade	Brasileira	Brasileira	Brasileira	Brasileira	Brasileira
Procedência	São Luís	São Paulo	Assis, SP	Capivari, SP	Casa Branca, SP
Est. Civil		Solteira	Casada	Solteira	Casada
Ocupação			Doméstica		Doméstica
Religião					Católica
Instrução	Analfabeta		semianalfabeta		Analfabeta
Data Int.	2/25/1914	12/2/1923	12/2/1923	12/23/1923	8/2/1925
Data Alta			1/1/1945		educação dos filhos
Motivo saída			Óbito		
Identificação	Fotografia	Fotografia	Fotografia	Fotografia	

Diagnóstico	Imbecil	Demência precoce catatônica	Demência precoce paranoide instabilidade mental	Psicose maníaca	Demência precoce
Condição	Ré	Ré	Ré, por homicídio contra a filha	Ré, por homicídio contra a filha.	Ré, por homicídio contra o marido.
Observação	por ter afogado seu filho mais novo.		Crime cometido a facadas no pescoço, sendo que anteriormente já apresentava sintomas de instabilidade mental	A vítima era recém-nascida	Matou o marido a machadadas, pois ele foi tirar satisfações sobre a educação dos filhos

Fonte: Elaborado pela autora

Em sua maioria, pouco consta anotações nos prontuários de mulheres negras. O diagnóstico era pautado nas características físicas que as ligava a “degeneração da raça” à loucura e ao crime. Ao longo de suas internações, eram ignoradas pelos médicos responsáveis. A internação de uma mulher negra em um Hospício era a sua sentença de morte, como podemos analisar na tabela à cima o motivo da alta era o óbito e não consta data de saída e motivo, ou seja, a execução de um projeto de higienização.

CAPÍTULO 2 - OS PRONTUÁRIOS MÉDICOS

Como já dito anteriormente, nos prontuários médicos de mulheres e homens negros apresentam poucas inscrições que denotem um acompanhamento mais cuidadoso. Centenas deles possuem apenas dados pessoais e algumas poucas informações sobre sua situação, especialmente, dois registros a que todos tinham direito – as datas de entrada e saída, quase sempre por falecimento.

Entre os dados dos formulários, o médico só anotava aqueles que seriam apontados no final como indicadores da patologia. O diagnóstico era mais ou menos fundamentado e o prontuário mais ou menos completo, em função da importância social e da visibilidade da loucura diagnosticada. Os prontuários das mulheres e homens negros, eram preenchidos com destaque nos aspectos que forneciam elementos para o vínculo com a hereditariedade, como: dados referentes à família, doenças nervosas ou mentais, sífilis, casamentos desproporcionados por idade, nascimentos legítimos ou não, consanguinidade e crimes; e sobre o interno: altura e dimensões de membros e da cabeça. Assim, só se observava, examinava e anotava o que era previamente definido como loucura para os negros – vínculo orgânico e hereditariedade.

Mergulhados na psiquiatria organicista, os psiquiatras não se interrogaram sobre o modo de propagação da sífilis ou do alcoolismo. Os simples dados lhes “provavam” a tendência hereditária de homens e mulheres negras a se tornarem alcoólatras ou sífilíticos, associando-se a ideia de decadência moral ou sexual à herança psíquica dos não brancos. Abaixo anamnese pertencente a uma mulher negra:

Não fornece boas informações. Tem paes vivos, não informa mais nada. Tem caso comum de alcoolismo com as manifestações que se dão de preferência em alcoolistas da raça preta. Talvez n'este caso, como aliás em quase todo estado maniaco, acessos de fúria, impulsos fortes, alucinações simples e delírio variado e o mais das vezes infantil. N'esta gente, um pouco de álcool é suficiente para provocar os fenômenos ligados a degeneração inferior da raça preta, prova no meio da luta da civilização.⁹⁷ É uma preta retinta, muito bem nutrida actualmente, presentando-se calma, respondendo com perfeita clareza ao que se lhe pergunta. Além dos estigmas de degenerescência já assinalados, o exame directo não revela nem perturbações da sensibilidade, nem da mobilidade. Dois pontos devemos frisar na sua narrativa, o uso do álcool de toda espécie, do qual a doente, como cozinheira é apreciadora, e uma perturbação da sua função catamerial. Pondo de lado o alcoolismo, a observada não manifesta actualmente syntptomas de alteração mental e continua na secção algum tempo, até que por uma observação mais demorada, se confirme ou se reconsidere o actual diagnóstico⁹⁸.

⁹⁷Prontuário de F.M., 20 anos, negra, doméstica, solteira, brasileira, admitida em 26/08/1911, falece em 07/03/1913.

⁹⁸ Prontuário de I.A., 23 anos, negra, cozinheira, casada, brasileira, admitida em 06/02/1913, sem data de saída.

Assim, se a herança da escravidão foi apontada como responsável pela marginalização do negro no pós-abolição, o saber psiquiátrico também a elegeu como explicação para o surgimento de moléstias nos negros.

Desde as últimas décadas do século XIX, teve grande impacto o crescimento de alguns centros urbanos do país, assim como o Rio de Janeiro, sede do governo no Império, São Paulo também conservou sua condição de eixo político após a proclamação da República e ao longo de todo o período abordado na presente tese. A cidade de São Paulo foi centro de grande atividade industrial, atraindo, até o início da década de 1930, operários, ex-escravizados e trabalhadores de diversas regiões brasileiras e de outros países, que constituíram uma população diversificada e pobre no centro e mais tarde nas periferias de São Paulo.

Qualificados com frequência de 'degenerados', esses indivíduos forneceram o contingente principal entre os internados do Juquery, ajudando a consolidar, entre as elites, a imagem das classes trabalhadoras vindas da escravidão como perigosas. Não é, portanto, de estranhar que a maioria das internações de homens e mulheres negras tenha sido pelas mãos da polícia.

Franco da Rocha e a própria instituição, ambos foram significativos para o debate sobre o homem livre e sua significação na formação nacional no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, os prontuários médicos dos internos, os registros e a produção científica da instituição configuram-se como ferramentas distintas para formação do estereótipo da “loucura negra” e principalmente da “loucura da mulher negra”.

Para os autores Machin e Mota ⁹⁹:

Entre 1898-1920, ingressaram na instituição 4.292 pessoas, assim distribuídas: 3.301 brancos (76,9%), 478 negros (11,1%), 440 pardos (10,3%), 45 outros (1,0%) e 28 sem declaração (0,65%).

Ainda segundo os autores, até 1901, nos registros institucionais dos ingressantes, não constava informação sobre cor, que era indicada no canto superior da folha, lembrando que, nesse momento, o quesito cor nos prontuários era exclusividade dos internos negros os identificando antes de seus nomes como: Preto, Preta Forra, Preta Liberta ou Africano Livre.

O quesito cor igualmente fazia parte dos boletins de ocorrência criminal e dos processos do período. Curiosamente o número de internos classificados como “pretos” era superior a sua

⁹⁹ MACHIN, Rosana.; MOTA, André. *Entre o particular e o geral: a constituição de uma “loucura negra” no Hospício de Juquery em São Paulo, Brasil – 1898-1920*. Scielo.2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/scrGZDsBnfnDxTf9MRHxW6D/?lang=pt>. Acesso em 02 out. 2021.

representação na população da capital parece conferir fidedignidade aos números recolhidos. Já na produção sobre o Juquery e homens e mulheres os negros são estudados a partir da observação dos internos veiculando análises que se querem dar ares de ciência. Em 1898, Franco da Rocha estudou 89 internos identificados como negros pela recorrência de certos caracteres antropológicos(c). O trabalho integra uma série intitulada “Estatística e apontamentos”, que reúne elementos para caracterizar a população internada no Juquery e distribuí-la segundo o tipo de moléstia. Esses estudos representam as primeiras tentativas de registrar e analisar a distribuição das internações por cor e por diferentes patologias, num momento em que não havia nenhuma forma sistemática de levantar essas informações ou condições que possibilitassem acompanhar os internos.

Franco da Rocha destaca que só havia conseguido registrar os dados numéricos de períodos anteriores a sua direção de 1852 até 31 de dezembro de 1894; daí em diante, os dados estariam mais completos, contendo diagnósticos separados por sexo, nacionalidade e cor dos doentes. Essas estatísticas eram publicadas periodicamente em opúsculos ou jornais de medicina. Observemos abaixo uma das anotações de Franco da Rocha relacionada a um paciente negro.

J.S, homem negro aos 50 anos foi internado em 1908 no Juquery aonde veio permanecer até 1927 ao falecer. João permaneceu 19 anos na instituição conforme seu prontuário estava em observação:

Paes falecidos. Teve sempre uma vida de trabalho. Trabalhava na roça. Há 9 anos que é rachador de lenha no Instituto Butantã, não sabendo como veio parar no Hospício. Dorme bem, tem boa noção de tempo, não há confusão de espírito. Humor normal, um tanto reservado. Não há excitação, nem depressão. Não há apatia nem delírio de ação. O doente trabalha bem e com muita regularidade. Não observou-se delírios, alucinações. Fala tranquila, boa memória de fatos tanto antigos como recentes. Pelo exame que fizemos não está doente. Não observamos syndrome que justifique internação. A ausência de dados anaméticos não permite agir, o que então poderia ter a supor um caso de delírio epilético dos degenerados. Continua em observação a fim de ser melhor estudado.

Durante os 19 anos que permaneceu internado, foram realizados apenas dois registros em seu prontuário: o da entrada e o da morte. João é um entre muitos homens negros internados no Hospício do Juquery por solicitação de autoridade pública; nesse caso, o chefe de polícia. Isso não é exceção: faz parte da rotina que perpassou todo o funcionamento dessa instituição, revelando a dolorosa experiência dos homens e mulheres negros após a abolição.

Na análise dos prontuários claramente percebe-se que com relação aos prontuários o atendimento dispensado aos internos refletia na falta de atendimento médico, ou seja, ao serem internados, permaneciam ao acaso, raras eram as vezes que eram submetidos a exames clínicos

e a permanência dos mesmos na instituição que poderia arrastar-se por anos a exemplo de João. Do próprio J. C., se diz que “não está doente” e, portanto, “continua em observação a fim de ser melhor estudado”. É um caso típico.

O alienismo científico, base que configura o saber psiquiátrico de Nina Rodrigues e Franco da Rocha, se constitui buscando defender a sociedade de “degenerados” ou figuras que perturbam a ordem social, legitimando a exclusão social. A criação do Hospício do Juquery implementou, em São Paulo, um modelo médico adequado aos propósitos da psiquiatria e às necessidades políticas e sociais a exemplo da fala de Franco da Rocha¹⁰⁰:

Quando comecei a trabalhar pela reforma da assistência aos alienados em S.Paulo, divisei claramente os dois problemas que se antolhavam: o problema científico e o problema social. O problema científico não podia ser sequer tentado; o meio não o permitia, não havia oportunidade [...]. Estávamos ainda no período da detenção dos alienados [...] tínhamos que entrar no período do tratamento [...]. O asilamento racional já era programma para uma geração; era o problema social de que falei a pouco. Era oportuno; as condições do meio favoreciam [...]. O que consegui em 25 annos de trabalho forte, lá está no Juquery. O problema social está resolvido, e com ele a parte mais importante da therapeutica. O asylamento racional é aquelle [...]. A investigação scientifica vae ter agora o seu início; a occasião lhe é propícia; o meio que antes era hostil ou indifferente, hoje a favorece; temos a Faculdade de Medicina de S.Paulo.,

O problema social de que fala Franco da Rocha era a superação das “casas de loucos” que ainda dominavam o cenário nacional na assistência. Delas, não só o saber médico estava ausente – classificando-se os alienados segundo critérios essencialmente leigos –, como eram leigos os critérios de seleção, que ficavam a juízo da autoridade pública em geral.

Segundo Franco da Rocha¹⁰¹:

Para mim está fora de dúvida essa transformação. Tenho observado em duas famílias a alternância da tuberculose com as perturbações nervosas graves”. Cada vez mais a ideia de doença mental proveniente de uma deformação orgânica hereditária vai ser apropriada. A degeneração torna-se, portanto, um objeto de estudo ao longo de todo o seu período administrativo no comando do Juquery, incluindo a temática em suas diferentes publicações. Os prontuários médicos dos internos também evidenciam a importância dada à investigação dos antecedentes do paciente e de seus familiares.

O saber psiquiátrico identificaria e problematizaria vários segmentos presentes na instituição, como igualmente na própria sociedade. Nesse processo, elegem-se os negros como objeto de estudo e análise. Esse é também o momento em que a raça emerge do ponto de vista da ciência. Com o fim da escravidão e o estabelecimento formal da cidadania para a população negra, florescem teorias e representações sobre igualdade, civilização e nacionalidade e aparecem, nos grandes debates da época, a afirmação da inferioridade negra e os temores quanto

¹⁰⁰ ROCHA, Francisco Franco da. *Fragments de Psychiatria*. São Paulo: Estatística e apontamentos: 6º folheto da série. São Paulo: Typografia do Diário Official, 1899.

¹⁰¹ *Idem*

ao nosso futuro racial. Mas não se pode esquecer que as linhas desse debate foram traçadas num momento anterior, quando, com o fim do tráfico negreiro, surgem, no parlamento, as questões da mão de obra e da formação de uma civilização¹⁰².

O modo de pensar a história empreendido por Foucault abre possibilidades de enxergar os corpos para além das dualidades instauradas nas práticas divisoras, mas por diversos feixes em que o corpo foi afetado, quais experiências produziram subjetividades. Fundamental para a análise destes tipos de arquivos na chave da relação cotidiana, a emergência desses acontecimentos apresenta o modo como os discursos e as práticas formam um poder que entra em embate com o corpo, entendendo o corpo como uma superfície em que os acontecimentos se inscrevem:

A genealogia diz respeito ao corpo. Ela se inscreve no sistema nervoso, no humor, no aparelho digestivo. (...) Sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados no mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito. (...) A genealogia, como análise da proveniência, está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo.¹⁰³

Diante da pergunta elaborada por Kant em uma nota de jornal em 1784, buscando responder a pergunta “O que são as luzes?”, Foucault se inquieta com a questão articulada pelo filósofo, entendendo que seu questionamento buscava responder “quem somos nós nesse momento da história”, uma pergunta filosófica sobre o próprio presente.¹⁰⁴

2.1 VULGO M. O.

No dia 13 de março de 1943, M. O. 43 foi transferida do Presídio de Mulheres, onde cumpria pena de 2 anos, 6 meses e 1 dia, para o Manicômio Judiciário, pelo fato de ser agressiva com as companheiras do presídio. M. O. roubara um rádio receptor na cidade de Franca, onde residia no interior do estado. Sendo “reincidente específica”, como consta em seu prontuário, já havia sido presa por pequenos furtos e ferimentos leves, tendo cumprido anteriormente uma pena de 4 anos de reclusão.

¹⁰² MACHIN, Rosana.; MOTA, André. *Entre o particular e o geral: a constituição de uma “loucura negra” no Hospício de Juquery em São Paulo, Brasil – 1898-1920*. Scielo.2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/scrGZDsBnfnDxTf9MRHxW6D/?lang=pt>. Acesso em 02 out. 2021.

¹⁰³ FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 22

¹⁰⁴ FOUCAULT, Michel. “O que são as Luzes?”. In: Ditos e Escritos Vol. II. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Tradução Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

Aos 33 anos de idade, negra, sem profissão especificada, a história M. O. retratada em seu prontuário é que teria nascido em uma cidade no interior de Minas Gerais, tendo sido criada por estranhos, e por este motivo, teria começado cedo uma vida “aventurosa”. Sabendo ler e escrever “regularmente”, é tida pelos médicos como alguém de pouca instrução. Arguida, contou sobre seus familiares e sobre o fato de já terem existido episódios de psicopatia na família. Na sessão “antecedentes sociais”, é sublinhado que M. O. faz o uso de bebidas alcoólicas desde a infância, sendo uma “alcoolista, de vida desregrada, já tendo se envolvido em brigas e desordens (...) Além disso é ladra, tendo sofrido já dois processos por furto”.

No exame psíquico, é relatado que a paciente se manteve calma, bem-humorada, consciente e orientada auto e alo psiquicamente. Sua “atenção espontânea” foi notada como diminuída, com certa tendência à interiorização, uma boa associação de ideias, compreensão e memória bem conservada. Este aparente prognóstico positivo em relação à sua psique é rapidamente desmontado, quando o médico perito responsável por seu exame percebe em sua forma de expressão “maneirismos” e uma inteligência pouco cultivada, referente ao meio social em que ela pertencia. É tida como tendo sentimentos éticos e morais deficientes, bem como seu senso crítico, sendo “impulsiva e perigosa” em suas reações. M. O. negou ter alucinações, porém admitiu que as vezes falava sozinha, respondendo às suas próprias ideias.

Foi destacado que M. O. externava ideias delirantes de fundo persecutório em relação às autoridades e às companheiras de cárcere, mostrando-se agressiva.

Por “graves desordens de conduta”, podendo ter reações violentas, foi isolada das demais internas. Seu diagnóstico foi de uma “personalidade psicopática de tipo perverso”, sujeita com facilidade a surtos delirantes e apresentando um alto grau de periculosidade”, não deixando de destacar em uma “súmula” que a paciente teria “maus antecedentes hereditários”, sendo luética e alcoolista, tendo em seus delírios uma base persecutória e interpretativa.

Passados alguns anos do primeiro laudo elaborado no Manicômio, M. O. agrediu uma trabalhadora da sessão feminina, e após esse fato passa a se tornar mais reclusa. Ao relatar o ocorrido, em nova anotação realizada em seu arquivo, os médicos entenderam que a paciente evitava atritos com as companheiras a fim de não permanecer mais tempo no manicômio, de modo que interpretam que “em liberdade seu comportamento não seria esse [de evitar atritos], pois reagiria quando fosse provocada”.

Em 8 de março de 1948, é descrito o modo como M. O. conduz sua própria narrativa, “sempre com orgulho de suas numerosas contravenções aos estatutos sociais, (...) não denota

remorso algum e o seu arrependimento se baseia na detenção que está sofrendo”. Apontam que a paciente apresenta regular inteligência, não apresentando distúrbios de sensopercepção ou ideias delirantes. Em conclusão, sua personalidade psicopática impulsiva teria “mecanismos de frenagem muito frágeis”, acrescida pelo abuso de álcool. Consideram, contudo, de modo “otimista” a evolução do caso devido a sua melhora de conduta. Em 22 de março de 1948, quatorze dias após este último laudo, M. O. é submetida a leucotomia pré-frontal,¹⁰⁵ operação que retira o lóbulo frontal do cérebro. Em 1950 é posta sob liberdade vigiada. O trecho acima apresenta como o caso de M. O. foi assimilado pelo saber médico no manicômio, sendo uma mulher entre as centenas de outras que passaram pelo Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo e que podem ser vislumbradas no arquivo dos prontuários.

Ainda que sua história soe violenta pelo modo como foi marcada pelas anotações médicas que enxergavam seu caso por um ponto de vista moral, casos como esse se repetem com grande frequência. Pelo modo como os crimes foram compreendidos por meio de um discurso moralizante, é possível vislumbrar que este poder buscava não apenas punir, mas regular um tipo de conduta docilizada e contida. Retratando as narrativas de uma época, a história de M. O. se situa neste trabalho como uma abertura dos arquivos, oferecendo possibilidades de conhecer o conteúdo de uma história entre tantas outras, que foi marcada pelo modo como se chocou com o poder. As anotações feitas minuciosamente nos prontuários de mulheres como M. O, embasavam as práticas médicas e jurídicas no manicômio corroborando com a prática de criminalizar e animalizar mulheres e homens negros na sociedade brasileira na virada do século XIX para o XX.

2.2 OS PRONTUÁRIOS: FONTES JURÍDICAS E PSIQUIÁTRICAS

Os prontuários dos pacientes do Manicômio Judiciário são divididos em duas partes, a primeira jurídica e a segunda psiquiátrica. Na folha seguinte à capa de cada prontuário, que contém o nome e número de entrada de cada paciente, uma folha impressa com campos a serem preenchidos manualmente contém as informações individuais de cada uma. No topo na página, escrito de modo centralizado um tipo de logo da instituição: “Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública – Assistência Geral a Psicopatas do Estado de São Paulo – Manicômio Judiciário” . Logo abaixo os dizeres: “Relações entre o Manicômio Judiciário e o

¹⁰⁵ Lobotomia ou Leucotomia é uma técnica de intervenção psicocirúrgica feita no cérebro, que consiste na retirada total ou parcial dos lobos cerebrais. A técnica da lobotomia foi desenvolvida pelo neurologista português Dr. António Egas Moniz e o cirurgião Dr. Almeida Lima, em 1935. Na época, a criação da lobotomia garantiu o Prêmio Nobel de Fisiologia e Medicina (1949) ao Dr. Egas Moniz.

Poder Judiciário (Portaria de internação, peças do processo, pareceres, observação psiquiátrica, boletim de criminologia, ofícios, etc.) dizendo respeito a” seguido do nome da paciente a ser preenchido, com sua data de internação, se a internação foi feita para fins de tratamento ou exame de sanidade mental, à disposição de qual comarca e o número do artigo em que seus crimes foram alocados.

Nessa primeira parte, o arquivo é constituído por peças soltas do processo criminal, comumente resumidas por uma carta-guia redigida pelo juiz de direito da comarca de procedência de cada qual, oitivas das testemunhas em relação ao crime e muitos ofícios, mostrando uma comunicação assídua entre todos os procedimentos realizados no Manicômio Judiciário e o poder judiciário do Estado de São Paulo.

A segunda parte do prontuário, muito mais profícua a ser detidamente analisada em função do maior volume de informações encadeadas umas às outras, é constituída pelo “Arquivo Psiquiátrico-Criminal”, que corresponde a todas as observações e procedimentos realizados em cada paciente durante sua estadia na instituição.

Em uma folha eram escritas as informações mais “básicas” como o nome, nacionalidade, idade, cor, estado civil, naturalidade, profissão, data de entrada, procedência, a data da elaboração da observação psiquiátrica e o diagnóstico, assinado pelo psiquiatra responsável, adentramos ao arquivo de fato. Virando a página, temos as digitais de todos os dedos das pacientes, bem como duas fotos tiradas seguidamente, uma de perfil, com a cabeça posicionada em um tipo de suporte de metal, sendo este inscrito com número da paciente, e uma foto de frente. Adiante, temos as sessões reservadas para a narração da “história criminal”, a “história social”, a “história médica”, o “exame somático”, os “exames para clínicos”, o “exame psíquico” e as conclusões. Nem todos os prontuários seguem essa distinção entre as sessões, sendo que muitos deles se abrem com o “exame psíquico” que contém todas essas informações, muitas das quais constam na primeira parte do arquivo, condensadas nos primeiros parágrafos.

Após o diagnóstico, contido nas conclusões, temos a área reservada para “evolução”: é onde será retratado como a paciente vem se comportando e quais as “terapêuticas” utilizadas pelos médicos. No caso de ser constatado que a paciente não tem condições psíquicas para retornar à penitenciária, ou ainda, retornar para a sociedade, já que muitas vezes a pena acaba prescrevendo, uma vez por ano é realizado um laudo das condições físicas e psicológicas da internada. Assim, os prontuários de maior volume são justamente aqueles em que muitos laudos foram produzidos – todos os anos de estadia na instituição.

Após essa sessão, que contém todas as anotações sobre a vida dos pacientes ali dentro, há uma folha com o exame de Líquido cefalorraquidiano, considerado de suma importância para mapeamento de inflamações e infecções neurológicas (o resultado de quase todos eles foi negativo), seguido de uma outra sessão das terapias e medicamentos, com três colunas a serem preenchidas por data: “indicação”, com a indicação do que está acontecendo (se dor ou agitação, por exemplo), a “prescrição”, com o remédio ou terapia utilizada, e os “exames para clínicos”. A última parte do prontuário, que poderia ser considerada uma terceira parte se ela tivesse alguma real consistência, é o “serviço social”, onde poderiam estar reunidas as comunicações entre as pacientes e o mundo exterior, que na maior parte dos casos é nula, e mesmo quando estão presentes, não ficam necessariamente alocados nesta sessão. Entre o “serviço social” e a sessão de prescrições medicamentosas, por vezes há uma folha de cor-de-rosa provinda das “clínicas especializadas” escrita a próprio punho pelo médico que realizou o atendimento. Ali está descrito algum procedimento médico que foi realizado, normalmente de cunho cirúrgico, como uma retirada de apêndice, tumores, drenagem de abscessos na epiderme, ou ainda, retiradas do lóbulo frontal do cérebro como formas de tratamento em alguns diagnósticos, chamadas de lobotomias e as leucotomias, como no caso de M. O. Em grande parte essas cirurgias também eram relatadas ao poder judiciário por meio dos ofícios, e outras vezes, eram relatadas apenas pelos ofícios, sem nenhum vestígio cirúrgico no prontuário. As informações que existem nos arquivos formam um desenho do modo como os médicos e juízes observavam as mulheres.

Por meio de uma série de técnicas, interrogatórios, testemunhos, confissões e exames de sanidade mental, mulheres como M. O., foram classificadas por diferentes distúrbios psíquicos, relacionados ao crime por cada uma cometido. Essas notícias de seus atos e comportamentos apresentam o modo como seus corpos entraram em choque com os poderes e práticas discursivas descritas em seus prontuários. Por meio das notícias dos arquivos é possível perceber os meandros que constituem os corpos em sujeitos, já que a escritura institucionalizada apresenta um modo de operação das práticas de uma sociedade e de uma época, contendo em si modos de enunciar os discursos e as imagens constituídas em uma cultura.

Para pensar uma análise do modo como a escritura desses arquivos foi estruturada, cito a um texto de Michel Foucault, no qual o Foucault reflete sobre os modos como se compunham os sistemas documentais do século XVII e XVIII de instituições como a escola, o exército e o hospital, apontando para uma mudança de procedimento documental, sendo por

meio dessas instituições e novos procedimentos em emergência que um tipo de poder específico está sendo formado.¹⁰⁶

Por meio da noção de acontecimentos, como aquele ponto descrito em que o sujeito se choca com o poder¹⁰⁷, é que os prontuários de mulheres como M. O., se ligam a uma constituição social brasileira que teve durante as décadas de 1920, 1930 e 1940 um momento de estabelecimento de paradigmas em relação a um tipo de subjetividade que estava sendo constituída neste momento. Descrevendo as mulheres negras por meio de suas histórias de vida e buscando encontrar traços de “anormalidade” em suas condutas no manicômio e em suas vidas pregressas, os médicos descreveram seus corpos, gestos e atitudes.

Analisando os prontuários de um ponto de vista qualitativo, o que se vê é uma grande parcela das mulheres advindas de situações bastante desfavoráveis de moradia, trabalho ou casamento. Em sua maioria são mulheres pobres, analfabetas ou semianalfabetas que cometeram crimes relacionados a furtos, atentados ao pudor, homicídio ou tentativas de homicídio. Entre os casos de mulheres que furtaram, como no caso de M. O., seu prontuário acusa o seu modo de conduta considerado “imoral” e “perigoso”. Pelo ponto de vista social, seus processos apresentam mulheres de diversas idades que encontram dificuldades financeiras e de estabilização material. Entre os 25 crimes identificados na pesquisa dos prontuários, se referiam à furtos ou perturbações na esfera pública e que foram julgados por questões ligadas à moral, 20 foram cometidos por mulheres negras, demonstrando também o modo como as mulheres negras estiveram marginalizadas no período anterior e pós abolição, se tornando trabalhadoras domésticas ou desempregadas nas novas cidades emergentes. Nos crimes que se referem a atentados contra a vida de outros, a maioria deles se insere em um contexto privado, onde as mulheres atentaram contra a vida de familiares, em especial seus companheiros ou filhos.

Pensando os prontuários como um modo documental de identificar e classificar os sujeitos e seus comportamentos, os arquivos figuram uma possibilidade de análise histórica que

¹⁰⁶ FOUCAULT, Michel. “*Émergence des équipements collectifs. Etat d’avancement des travaux*”. Manuscrito de Julho de 1974. In: CHEVALLIER, Philippe. “Michel Foucault et le CERFI: un étrange ‘inédit’”. Publicado no site francês “Ici et ailleurs” em 28 de outubro de 2018. Este texto de Michel Foucault, em forma de manuscrito, data de julho de 1974 e foi encontrado pelo pesquisador Phippe Chevallier, que publicou o texto do autor em artigo online intitulado “Michel Foucault et le CERFI: un étrange ‘inédit’”, no qual Chevallier introduz o texto de Foucault e apresenta o manuscrito na íntegra, tendo sua primeira publicação em 28 de outubro de 2018. Disponível em: <https://ici-et-ailleurs.org/contributions/politique-etsubjectivation/article/emergence-des-equipements#nb22>. Acesso em 22 de fevereiro de 2020.

¹⁰⁷ FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Graal, 1979.

perpassa por uma problematização dos discursos médicos e jurídicos que formam a composição do documento. Nesse sentido, a historiadora Keila Grinberg percebe os documentos de um arquivo judiciário como mecanismos de controle social, percebendo-os como fragmentos históricos que se relacionam aos modos de regulação das práticas sociais. Aponta que o interesse do historiador é a produção de discursos sobre o crime e como isso se inscreve no real, como comportamentos cotidianos de uma sociedade e como opera a produção desta.¹⁰⁸

Para a autora, deve-se:

(...) buscar suprir o silêncio, na medida do possível, com outras informações e documentos, fazendo as devidas – e as possíveis – inferências. É justamente na relação entre o particular e o geral, entre a micro e a macro história, que está a arte do historiador.¹⁰⁹

Assim, os prontuários como fontes apresentam uma possibilidade de análise dos modos como o poder descreve e classifica as mulheres negras, de modo que por suas informações é possível compreender um quadro maior que relaciona suas histórias individuais a um processo de urbanização e produção das cidades na qual o país passou neste período, neste trabalho, especificamente no estado de São Paulo. Ainda, seus crimes como modos de insurgência nos permitem problematizar os limites de um progresso erigido pela normalização de condutas que desviavam dos valores morais estabelecidos.

A veracidade dos fatos que esses arquivos aludem é sempre mediada pelos representantes das instituições, nos apresentando uma verdade produzida do ponto de vista do poder e que silenciou outras verdades que entraram em embate com o discurso instituído. O que podemos vislumbrar é o lampejo de alguns acontecimentos anotados, atitudes que foram capturadas e normalizadas, mas uma reconstituição “real” de cada evento se mostra falha e mesmo indesejável.

Destacando o ponto de vista de Grinberg, no que se refere à importância de o historiador relacionar o particular e geral, o caminho escolhido nesta pesquisa é o de situar a fonte pelo ponto de vista dos discursos médicos que estavam em vigência no período em que esses prontuários foram preenchidos e foram criando e moldando o mito da mulher negra, raivosa, violenta, degenera, louca e criminosa. Assim, neste capítulo nos interessa perceber de que modo é possível fazer as possíveis inferências de saberes que constituíram o conteúdo dos documentos.

¹⁰⁸ GRINBERG, Keila. *A História nos porões dos arquivos judiciários*. In PINSKY, Carla; DE LUCA, Tania Regina de (orgs.) São Paulo: Contexto, 2009. p. 128-129

¹⁰⁹ *Idem*, *Ibidem*, p. 137.

Antes da construção do Manicômio Judiciário no Estado, os delinquentes considerados insanos ficavam reclusos na colônia do Juquery, hospital psiquiátrico idealizado e dirigido pelo mesmo Franco da Rocha. Tornando-se terreno para a edificação do Manicômio Judiciário, sendo anexado ao hospital e submetido à Secretaria Estadual de Saúde, o Juquery e o Manicômio sempre mantiveram estreitas comunicações no que se refere ao fluxo de pacientes, como pôde ser verificado nos prontuários das pacientes. Segundo o estudo de Douglas Tavolaro, publicado em formato de livro reportagem, a colônia de mulheres do Manicômio Judiciário foi concluída posteriormente, sendo que até então aquelas que tinham problemas com a justiça compartilhavam espaço com as que não tinham, em pavilhão feminino no Juquery.¹¹⁰ Essa informação não se apresenta na documentação, apesar de que os prontuários até 1940 trazem os dizeres do Manicômio Judiciário juntamente ao Hospício do Juquery com bastante frequência, o que pode significar uma reiteração do argumento de Tavolaro¹¹¹.

O movimento eugênico brasileiro foi um dos primeiros da América Latina, reunindo muitos médicos em torno do debate da higiene moral, física e psíquica do povo brasileiro. Em 1910 foi fundada a Sociedade Eugênica de São Paulo, tendo realizado o Congresso Brasileiro de Eugenia no ano de 1929.

Concomitante com um período em que outras instituições de confinamento também se tornam mais “especializadas”, o manicômio passa a ser um lugar de exame e tratamento das patologias mentais, segundo as novas classificações de Pinel e dos médicos que se seguiram.

Para os alienistas, a importância central do diagnóstico era definir a separação entre a loucura e a normalidade, que poderiam ser percebidos pelo modo em que o paciente se relaciona com as suas paixões. Nesse sentido, seria pelo controle das vontades que seria possível identificar um sujeito “normal” e aqueles considerados os “loucos” seriam os descontrolados, devendo ser submetidos a tratamentos morais nos asilos e manicômios para que pudessem ter sua moralidade educada. Neste momento, corpo e as suas funções, bem como sua hereditariedade não era o foco dessa medicina, mas pensar os comportamentos que poderiam ser classificados como alienação mental. Em um segundo momento, a ideia de degeneração proposta por Benedict-Augustin Morel na segunda metade do século XIX e que influencia a psiquiatria durante o século XX, relaciona as classificações comportamentais do alienismo com um novo modo de observar o sujeito, agora por meio de um mapeamento hereditário. Assim,

¹¹⁰ TAVOLARO, Douglas. *A casa do delírio*: reportagem no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha. 2a. Ed. São Paulo: SENAC, 2002.

¹¹¹ *Idem*

se preocupam com as “heranças mórbidas”, como escrevem os médicos, em que buscam explicar a alienação mental por uma série de mecanismos classificatórios do corpo (lesões cerebrais, intelectuais e morais) que são relacionadas às “causas” das doenças mentais.

2.3 A NARRATIVA MÉDICA ACERCA DE M. O.

Retomando o prontuário de M. O. do ponto de vista da narrativa médica ali registrada, é possível observar um julgamento moralizante em relação a conduta da paciente dentro e fora da instituição, além do modo como sua inteligência parece ser o tempo todo subestimada, questão que pode ter relação direta com o diagnóstico que teve no presídio, de “oligofrenia”, “sujeita a excitações psicomotoras”, considerada um tipo de atraso mental congênito ou adquirido em idade precoce, motivo de sua transferência para o Manicômio Judiciário. Tendo esse diagnóstico prévio em perspectiva, assim como as observações do Instituto de Biotipologia Criminal da Penitenciária do Estado de São Paulo anexado ao seu prontuário, é interessante perceber os modos como as narrativas se conduzem.

Na penitenciária, seu passado familiar e individual foi descrito, sendo assinalado como “sem importância do ponto de vista clínico”. Nas poucas anotações realizadas na penitenciária, destaco a área dos “caracteres morfológicos”, reservada para anotações de desvios físicos: “*Cabelos de carrapinhos, olhos pretos, sobrancelhas pretas. O resto normal*”. Esta passagem denota o modo como falam de seus cabelos crespos, olhos e sobrancelhas como se fossem quesitos de anormalidade, indicando que o racismo orientava a descrição médica e criminal.

M. O. foi transferida poucos dias após a sua prisão com certa urgência, a mando da Irmã Superiora, então diretora da ala feminina no presídio.

Se na penitenciária foi pouco observada, estereotipada por sua cor no modo como seu cabelo é descrito, tida como alguém incapaz de associação de ideias e por isso transferida com urgência ao manicômio, parece que ao chegar ao Manicômio a forma como será observada se transforma em um olhar mais minucioso, onde sua história familiar e individual é de suma importância na elaboração do diagnóstico, bem como sua conduta cotidiana no estabelecimento. Assim, a inteligência de M. O. quando é tratada como “razoável” sai do escopo de um diagnóstico congênito (que seria a oligofrenia), “débil”, para ser enquadrada em um outro tipo de diagnóstico, agora relacionado aos atos considerados duvidosos no ponto de vista moral do que uma loucura que tivesse enraizada desde seu nascimento ou por uma afecção infantil. No Manicômio M. O. foi considerada de vida “aventurosa”, “alcoolista”, de um comportamento destoante do ponto de vista hereditário, mas também pelo fato de sua criação ter-se dado com

“estranhos”, voltando seu diagnóstico para uma psicopatia que denota periculosidade social e não mais uma “debilidade mental”. Essa marcação institucional que traz o laudo produzido pelo Instituto de Biotipologia Criminal, presente no prontuário de M. O., existe em todos os prontuários de mulheres negras que passaram pela Penitenciária do Estado de São Paulo e pelo Presídio de Mulheres antes de serem destinadas ao manicômio.

Nesses casos, os crimes cometidos não têm relação direta com a loucura, mas é o comportamento das mulheres na penitenciária que foi entendido sob o escopo da alienação mental. Desse modo, essa estrutura do arquivo denota muito do que foi o próprio discurso em relação à fronteira entre o crime e a loucura, e a impossibilidade de oferecer um contorno específico a um ou outro.

O Presídio de mulheres foi fundado em 1942, sob direção das freiras da Congregação Bom Pastor d’Angers, e assim permaneceu até 1973. Após ser determinado no código penal de 1940 a construção de estabelecimentos adequados às mulheres criminosas, deram-se início à construção deste e da Penitenciária Feminina da Capital Federal no Rio de Janeiro, administrada por freiras da mesma congregação até 1955. O Instituto de Biotipologia Criminal foi criado na Penitenciária do Estado em 1941, de modo que o Presídio de Mulheres é erigido em concomitância ao Instituto, um pouco depois da construção do Manicômio Judiciário. Por ele passavam todos os presos, homens e mulheres, que estavam na Penitenciária do Estado e no Presídio de Mulheres. Influenciado pelas teorias positivistas da criminologia emergentes no período, a função do Instituto era medir os corpos dos presos e categorizar seus caracteres físicos segundo os crimes cometidos.

O método da Biotipologia Criminal foi proposto pelo médico italiano Césare Lombroso. Segundo seu pensamento, características físicas como o tamanho do cérebro, mandíbula, quadris, entre tantas outras definições, poderiam estar associadas a um biótipo criminal “nato”. Procurando por marcas atávicas nos indivíduos em que analisava, o médico acreditava que sinais remotos de hereditariedade estariam ligadas às manifestações comportamentais¹¹².

Guiado por noções racistas de que alguns grupos seriam naturalmente inferiores aos outros, Lombroso constrói uma narrativa em relação às populações negras, aos delinquentes e às mulheres, relacionando os crimes e comportamentos considerados imorais aos fenótipos dos sujeitos. Postulando uma visão baseada no racismo científico e em ideais eugênicos, os alvos

¹¹² FERLA, Luis Antonio Coelho. *Feios, sujos e malvados sob medida*. Do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945). Tese de Doutorado. USP, 2005

de seus estudos eram aqueles que desafiavam a ordem social por meio de suas condutas, buscando fatores biológicos para suas explicações. Lombroso compreendia que a criminalidade estaria associada, por exemplo, à pele negra, cabelos crespos e grossos.¹¹³ Essa definição lembra bastante o que foi destacado sobre M. O. no racismo que se expressa no modo como percebem seus cabelos “*carrapinhos*” como desviantes, e o “resto” de seu corpo normal. Desse modo, é possível notar que a Penitenciária do Estado visava a classificação dos presos segundo os parâmetros lombrosianos, de modo que, os aparelhos que eram usados para fazer as medições se encontram hoje no Museu Penitenciário Paulista, na cidade de São Paulo, que reserva uma sessão para Lombroso e sua teoria criminal.¹¹⁴

Após a inauguração do Instituto de Biotipologia Criminal, o Manicômio Judiciário passa a receber mais mulheres em condições semelhantes às de M. O. com uma pena a ser cumprida por ilegalismos referentes a furtos e o que era considerado como “escândalos morais”, em sua maioria, mulheres negras. Mais do que buscar uma resposta – se criminosas, se loucas – nesses casos, o arquivo dos prontuários à luz dessas fontes nos proporciona uma possibilidade de compreender as influências teóricas entre a criminologia do período, que tinha um de seus pontos culminantes na Penitenciária do Estado e a psiquiatria da época que buscava se “modernizar”, tendo no Manicômio Judiciário um grande expoente de observação e enquadramento de subjetividades. Nesse sentido, o Manicômio Judiciário era como se fosse um “braço” da penitenciária, colocando uma espécie de lente de aumento nos casos em que o dispositivo biotipológico na Penitenciária do Estado diagnosticou. Pautadas nas teorias da degenerescência, são anotadas todas as medidas do corpo das mulheres, suas cicatrizes, seus genitais, dentes, olhos, cabelo.

Todo seu corpo foi medido e comparado à sua conduta, e então, após um primeiro diagnóstico foi remanejada para o Manicômio Judiciário para exame de sanidade mental. Uma vez transferida, foi observada detidamente pelo seu comportamento, história de vida e características físicas, compondo para os médicos possibilidades de diagnosticar distúrbios hereditários ou relacionados ao meio cultural, segundo suas noções alienistas e eugênicas.

Toda essa preocupação em torno dos corpos e da moralidade apresenta questões relativas à temática de gênero como um dos sustentáculos dessa noção de progresso.

¹¹³ *Idem*

¹¹⁴ *Idem*

A moral familiar é colocada como o bem maior no sentido de uma “evolução humana” e nesta família existiriam papéis a serem cumpridos de modo distinto pelos indivíduos denominados como “homens” ou “mulheres”. Em relação às mulheres, os discursos morais postulavam que deveriam ser esposas e mães devotadas, constituindo a centralidade de suas vidas em torno de outras pessoas e não a si mesmas. Assim, a noção de que o comportamento feminino ideal é o da abnegação de si para a construção familiar, centralizado no marido e no amor dos filhos, permeia todo o modo como esses saberes médicos e jurídicos entram em contato com os corpos de mulheres que entraram em conflito com a lei, discursos morais postulavam que deveriam ser esposas e mães devotadas, constituindo a centralidade de suas vidas em torno de outras pessoas e não a si mesmas.¹¹⁵ Assim, a noção de que o comportamento feminino ideal é o da abnegação de si para a construção familiar, centralizado no marido e no amor dos filhos, permeia todo o modo como esses saberes médicos e jurídicos entram em contato com os corpos de mulheres que entraram em conflito com a lei.

2.4 A BELA E RECATADA DO LAR

O problema da criminalidade feminina já havia sendo observado pelo poder público desde pelo menos o final da década de 1920, datando de 1928 uma pesquisa publicada pela Imprensa Nacional do Rio de Janeiro, realizada pelo *Conselho Penitenciário do Distrito Federal* sobre “*As mulheres criminosas no centro mais populoso do Brasil (Distrito Federal, Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Geraes e Espírito Santo)*”.¹¹⁶

A proposta era fazer um mapeamento da população carcerária feminina nestes estados, e foi constatado que as mulheres viviam em péssimas condições junto aos presos homens. Baixíssimo era o número de mulheres presas, 39 mulheres criminosas em todos esses estados e 16 mulheres presas por contravenção. A natureza dos crimes era homicídio em MG, RJ e ES, sendo que no DF e SP era homicídio, infanticídio, ferimentos, roubo furto e uso de tóxico. Em 1927 em São Paulo, havia duas mulheres condenadas por homicídio e uma mulher condenada por roubo, sendo que 16 municípios do estado foram apurados, havendo uma mulher em cada

¹¹⁵ A antropóloga mexicana Marcela Lagarde usa a expressão “ser de outros e para outros” para designar o modo como ideal de domesticidade feminino opera na constituição de um tipo específico de “cautiverio” na experiência das mulheres, caracterizado pela abnegação de si para responder ao desejo de outros. Ver em:

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Los cautiverios de las mujeres. Madresposas, monjas, putas, presas y locas. Coyoacán, México : Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

¹¹⁶ CONSELHO Penitenciário do Distrito Federal. “*As mulheres criminosas no centro mais populoso do Brasil (Distrito Federal, Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Geraes e Espírito Santo)*”. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928. Fonte: Biblioteca Nacional.

um deles, totalizando 19 mulheres presas no Estado de São Paulo.¹¹⁷

O debate que se propunha com a publicação da pesquisa era que se construísse uma penitenciária agrícola feminina interestadual, reunindo todas devido ao pequeno número de mulheres presas. Após a publicação dos números, segue-se no documento uma sequência de três anexos de publicações em jornais referentes ao problema da criminalidade feminina, e do impacto da publicação da pesquisa. Buscando compreender as causas do baixo índice de criminalidade feminina e assinalando as diferenças das mulheres em relação aos homens, alguns debates foram colocados:

No Brasil, onde a mulher, das classes mais rudes, tem tão excelentes sentimentos innatos, era natural que registrassem, como o relatório que acabamos de citar consigna, a pequena proporção de criminosos do sexo feminino.

Nota-se que Lombroso já dizia que o criminoso nato era raro nas mulheres e que era raro encontrar nellas o typo criminal.

Ora, esse pequeno número de mulheres sentenciadas facilita a experiência de uma prisão interestadual, com o auxílio e a direção da União, para as mulheres criminosas.¹¹⁸

No fragmento do editorial acima, chamo a atenção para o modo como Lombroso e suas teorias dos tipos criminais, pautados nas ideias de degenerescência, são acionadas. Trazendo uma noção de que as mulheres cultivariam “excelentes sentimentos inatos”, como o amor doméstico e a benevolência, a ideia da mulher em torno do lar é tida como um comportamento essencialmente feminino. Em outra passagem, publicada no editorial da sessão “feminismo” do jornal *O Paiz*, é publicada uma entrevista realizada com o presidente do conselho penitenciário, Cândido Mendes, quem teria se encarregado de promover a pesquisa em relação às mulheres criminosas no Brasil. Segundo ele,

Conhecidas são as palavras de Lombroso e G. Ferrero, afirmando que a mulher tende a defender-se ou a atacar, antes torturando o inimigo do que matando. Prefere paralisar-lo pelo sofrimento, podendo notar-se que nas vinganças da mulher, a tendência é fazer sofrer a vítima, dando-lhe a morte pouco a pouco. E, pelo contrário, o homem, com quanto mais feroz, mata e destroça com sem piedade; mas conhece menos do que a mulher a arte de prolongar os sofrimentos e de fazer suportar a um homem o máximo da dor de que possa ser capaz um ser humano.¹¹⁹

Citando Lombroso e outros autores positivistas, o presidente do Conselho Penitenciário aponta para a outra faceta colocada pelos teóricos. Se os sentimentos de maternidade e devoção eram tidos como inatos às mulheres “normais”, a ausência desses atributos tornaria a mulher “degenerada”, sórdida, “capaz de fazer sofrer a vítima. Apontando sobre “exagerações do sexo

¹¹⁷ *Idem, Ibidem*, p. 11.

¹¹⁸ *Idem*

¹¹⁹ LOMBROSO, Cesare. *La Femme Criminelle*, tradução de Meille, Paris, 1896, pags. 85- 69.

feminino”, que levam a escolhas “caprichosas e arbitrárias”, ficam perceptíveis as concepções do conselho penitenciário em relação às noções da criminalidade feminina do ponto de vista moral. Lombroso e Ferrero estudaram mulheres que consideravam “anormais” de seu ponto de vista: as prostitutas. Como aponta a historiadora Margareth Rago, a antropologia criminal dos autores elabora a noção da “prostituta nata”, como meio de definir aquelas mulheres que não estariam dotadas da vontade de compor os ideais de família instituídos. Associadas à “loucura moral”, fruto da “degeneração da raça”, a “prostituta-nata” é aquela que não possui sentimentos maternos, preocupa-se com a aparência e adornos. De gostos extravagantes, como comidas picantes, licores, roupas coloridas e podendo ter testa curta, mandíbula larga, sendo tagarelas e egoístas, eram compreendidas as mulheres degeneradas do discurso do progresso.¹²⁰

Conforme Michelle Perrot, a partir de meados do século XIX houve uma ascensão nos crimes relacionados às questões morais, destacando uma grande incidência de abortos, infanticídios, e atentados ao pudor em crianças.¹²¹ O olhar médico e jurídico sobre a questão da propriedade e da sexualidade figuravam uma “dupla obsessão” do discurso sobre os delitos. A historiadora aponta que os novos modos de vida burgueses justificariam essa maior incidência nos delitos pela preocupação do aumento dos crimes de furto dentre classes populares, tanto pela cobiça à riqueza como pela criminalização e disciplinarização destes delitos, grande preocupação das autoridades nesse tempo de acumulação capitalista.¹²²

Sobre as mulheres, o discurso jurídico postulava que “sua criminalidade responde à sua fragilidade. Ela tem como centro a casa, sua ou dos seus patrões, como alvo a criança indefesa ou o velho impotente, como armas de fogo, ou melhor, o veneno.”¹²³ A autora indaga sobre a pouca incidência das mulheres na criminalidade quando comparada aos índices gerais, ao mesmo tempo em que a elas são atribuídas à sordidez e à dissimulação como se fossem intrínsecas aos crimes femininos, em especial dentro das relações familiares. Questiona se, sendo o crime e o delito, assuntos de homens, o “esvanecimento [das mulheres] nesse teatro será o índice de uma

¹²⁰ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

¹²¹ *Idem*

¹²² FERREIRA, Vivian Carla Garcia. *Limiares da loucura: corpo e insurgência feminina em prontuários de mulheres no manicômio judiciário do Estado de São Paulo (1933-1952)*. História e Democracia. 2015. Disponível em: https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1530845220_ARQUIVO_Limiares-da-loucura-corpo-e-insurgencia-feminina.pdf. Acesso em 02 out. 2021.

¹²³ FERREIRA, Vivian Carla Garcia. *Limiares da loucura: corpo e insurgência feminina em prontuários de mulheres no manicômio judiciário do Estado de São Paulo (1933-1952)*. História e Democracia. 2015. Disponível em: https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1530845220_ARQUIVO_Limiares-da-loucura-corpo-e-insurgencia-feminina.pdf. Acesso em 02 out. 2021.

submissão, de uma moralização ampliada da mulher?¹²⁴ Esta formulação também pode ser empregada no caso dos prontuários do Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo, já que foram catalogados 184 nomes femininos entre 1887 e 1952, em meio a 2.252 prontuários, sendo 2.068 prontuários masculinos.

Cândido Mendes fala sobre a questão da delinquência feminina por um prisma biológico, no qual acreditava a raiz das “perturbações” das mulheres viriam do útero, fazendo com que ficassem suscetíveis a serem “arrastadas até o delito”:

(...) depois de largo desenvolvimento do estudo da criminalidade das mulheres, que não se deve buscar a explicação da delinquência do bello sexo por veredas tortuosas nem por estranhos caminhos. A sua essência principal é a mesma da do sexo masculino. A favor da mulher há, porém, uma nota *sympathica* que reclama, com justo título, a nossa benevolência. A mulher padece, como o homem, o influxo mórbido da herança e da degeneração; está sujeita às duras provações a que por desgraça sua submeter a nossa defeituosa constituição social; e sofre, além disso, as perturbações orgânicas, próprias de seu sexo, e principalmente o histerismo, que, com tanta frequência, a arrasta até o delicto. Mas, apesar de tudo, os crimes que commette são em muito exiguas proporções.¹²⁵

Por perturbações sociais, entende-se que as mulheres estão sujeitas às mesmas perturbações que os homens. Mas por perturbações orgânicas, o que o trecho acima nos deixa ver o viés organicista pelo qual o corpo das mulheres foi compreendido. Como aponta a historiadora Magali Engel, as mulheres foram associadas ao instintivo, ao corpo, tendo sua “saúde mental” associada à menstruação, à gravidez, à maternidade. O corpo foi colocado em uma relação ambígua na qual essas “questões femininas” eram ligadas à uma ideia de “normalidade” das mulheres, ao mesmo tempo que poderiam desencadear a irracionalidade destas.⁸³ Nesse sentido, as mulheres foram entendidas como inferiores aos homens, como a própria loucura que deve ser contida em seu corpo.

Construindo a ideia da mulher como o “Anjo do lar”, por meio dos “tradicionais costumes da família brasileira”, o presidente do Conselho Penitenciário continua sua narrativa sobre a relação entre as mulheres e a família tradicional brasileira:

A amenidade do clima, a abundância dos productos naturaes, a relativa facilidade da vida, a quantidade de mulheres, menos numerosas que os homens, e principalmente os tradicionaes costumes da família brasileira, em que a mulher é mais o *anjo do lar* do que um simples trabalhador braçal, concorrem para diminuir as ocasiões de delinquir.⁸⁴

Ao buscar uma justificativa para a baixa incidência das mulheres nos crimes, a figurada mulher enquanto o “Anjo do lar” é acionada, trazendo para o imaginário a ideia da mulher envolta

¹²⁴ *Idem*

¹²⁵ SALMASSO, Rita de Cássia. Criminalidade e condição feminina: estudo de caso das mulheres criminosas e presidiárias de Marília – SP. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 4, n. 3, 2004.

de seus afazeres domésticos, estando desse modo, incurso na vida privada, e por isso, se seguir seu fluxo “natural”, de sentimentos “inatos”, estaria protegida das ocasiões de delinquir. A cientista social Carla Cristina Garcia, analisa a aproximação das mulheres às noções biologizantes da psiquiatria do século XIX, que colocou as mulheres sob a mira dos diagnósticos de loucura, sendo cada vez maior as internações femininas nos sanatórios.⁸⁵ Como a medicina da época ligava o sistema reprodutor das mulheres ao que consideravam “reflexos da insanidade feminina”, consideravam haver uma parte que as mulheres não poderiam controlar de si, tornando-as inferiores aos homens. Nesse sentido, todos os comportamentos considerados inapropriados do ponto de vista moral eram considerados do ponto de vista biológico:

A insanidade moral redefinia a loucura não como a perda da razão, mas como o desvio do comportamento socialmente aceitável, colocando a loucura no patamar de perversão mórbida dos sentimentos naturais, das inclinações, temperamentos, hábitos, disposição moral etc. Esta definição¹²⁶

A ideia da mulher como o “Anjo do lar” aparece também na literatura feminista, como um modo de identificar e reagir às normas sociais instituídas para as mulheres. Em Janeiro de 1931, a escritora inglesa Virgínia Woolf leu para a Sociedade Nacional de Auxílio às Mulheres, na Inglaterra, o texto *Profissões para mulheres*. Nesse artigo a autora aborda a figura do “Anjo do lar” como uma metáfora para a constituição subjetiva das mulheres na sociedade ocidental, como aquela que deve ser cuidadora, abnegada, atarefada com o doméstico, constituindo sua identidade para outros, em torno da família e das palavras doces adequadas para mulheres.

Woolf alerta que o “Anjo do lar” possa aparecer e tentar domesticar a criatividade feminina, conduzindo as mulheres a serem afáveis, mentirosas para si mesmas e para os outros, e como se fossem puras, sacrificando a si pelos outros. Nessa situação, a autora aponta para uma saída possível do ponto de vista subjetivo: buscar um modo de “assassinar” esse “Anjo” que representa a forma instituída e opressora que conecta a mulher ao lar.

(...) Fui pra cima dela e agarrei-a pela garganta. Fiz de tudo para esganá-la. Minha desculpa, se tivesse de comparecer a um tribunal, seria legítima defesa. Se eu não a matasse, ela é que me mataria.

No artigo a autora refere que “naqueles dias – os últimos dias da rainha Vitória – toda casa tinha seu Anjo”, uma alusão à era vitoriana, quando se conformaram um conjunto de regras sociais sobre a conduta feminina. No primeiro capítulo de *História da Sexualidade I*,

¹²⁶COSTA, Irla Henrique; ANDROSIO, Valéria de Oliveira. As transformações do papel da mulher na contemporaneidade. s/d. Disponível em: <http://www.pergamum.univale.br/pergamum/tcc/Astransformacoesdopapeldamulherinacontemporaneidade.pdf>

“*Nós, vitorianos*”, Michel Foucault vai na contramão da “hipótese repressiva” de que durante o século XIX a sexualidade tivesse sido apenas reprimida pelos poderes vigentes.

Argumenta que, durante esse período, no ocidente, a sexualidade teria sido também conformada, normalizada, colocada em discurso. Desse modo, as instituições sociais produziram modos de se falar de sexo, normalizados, instâncias de produção discursiva – e de silêncios – na sociedade.

Uma aparelhagem para produção de discursos entrou em vigência; nas práticas religiosas, confessionais, que enunciavam em torno do sexo normalizado, do quarto do casal, da família. O lugar da religião é, muitas vezes, o lugar da penitência feminina, como no caso do presídio de mulheres. Nas técnicas sociais, o sexo se tornou o discurso da natalidade, morbidade, fecundidade, saúde, conformando o surgimento da população como problema econômico e político. A normalização do sexo, desse modo, constituiu um discurso científico em torno do corpo.

Pensando um contexto europeu pós-revolução francesa, Michelle Perrot nos oferece a observação de um cenário em que a família burguesa foi erigida dentro de uma teoria política, em um sistema que coloca o problema do Estado versus sociedade civil e coletivo versus indivíduo, o pensamento político se preocupa na organização dos interesses privados, tendo a família como base. Desempenhando um papel de “deus oculto”, a família se insere como instância fundamental de normalização e inserção de papéis sociais. Instaurando fronteiras entre o público e o privado, o masculino e o feminino, a moral e a imoralidade, a família assume lugar de grande investimento discursivo, e a figura feminina ganha destaque que se refere ao ideal de domesticidade. Constituir a moral das mulheres em torno das noções do “Anjo do lar” assume um caráter de reprodução dos valores e da moral da família burguesa. Nesse sentido como aponta Cunha, desse modo elas tornam-se “cúmplices” do médico moldando a base familiar em noções de “virtude” e “pureza”.

A formação de um saber sobre a sexualidade no ocidente se deu pela incitação dos discursos sobre a sexualidade e patologização das condutas consideradas imorais pelo discurso pastoral, emergindo um discurso científico de regularização das práticas sexuais.⁹⁴ Dessa forma, o saber sobre a sexualidade foi formulado a partir das instituições pastorais atreladas ao desenvolvimento de saberes científicos que nomeavam e explicavam as sexualidades desviantes por um viés determinista.¹²⁷

¹²⁷ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

Ao refutar a hipótese repressiva, dos discursos como repressores dos instintos humanos, Foucault pensa a sexualidade como um dispositivo de produção discursiva em torno do corpo pela confissão, produção normalizadora que o indivíduo faz sobre si mesmo e pelas instituições que falam, mas que também silenciam. Assim, o discurso produz o corpo e a sexualidade em vez de apenas reprimi-la. A partir do século XIX, a preocupação da justiça penal e da medicina na jurisdição miúda dos pequenos atentados e na classificação das perversões sexuais, produz as sexualidades periféricas em relação à sexualidade normativa, do “casal legítimo, com sua sexualidade regular, [que] tem direito à maior discricção, [e] tendea funcionar como uma norma mais rigorosa talvez, porém mais silenciosa.”

A partir de sua análise, Foucault abre caminho para pensar a construção do corpo disciplinado e sexualizado, problematizando os grandes modelos universais racionais que produzem os corpos marginalizados e sobre eles intervém. O “Anjo do lar” é construído por meio da definição de imoralidade e “natureza” feminina. Como se presas em cativeiro, em um manicômio ou em suas casas, é como se as mulheres estivessem em cárcere pela construção social feita em torno de sua imagem, como pensa Lagarde, sobre os cativeiros das mulheres. Esses “cativeiros” se refletem no modo como as imagens das mulheres foram produzidas pelos discursos médicos, se apresentam por meio de dois pólos de comportamento: a mulher “normal”, representada pela figura da mulher doméstica, mãe e esposa, e a mulher “anormal”, como a prostituta ou a degenerada, como aquelas que rompem com o destino da mulher no lar.

A mulher negra na sociedade brasileira que em na maioria das vezes não é vista como mulher e sim com um ser degenerado.

Os discursos aqui elencados são alguns entre uma gama de outros nomes e veículos que formaram esse constructo na psiquiatria e suas inferências no âmbito jurídico pautado em pressupostos normalizadores. Trouxe por meio da abertura do prontuário de “M. O.” algumas possibilidades de correlação de seu documento, tão particular, com os saberes médicos do período. Em seu prontuário podemos vislumbrar o modo como seu diagnóstico vai se tornando mais esmiuçado no Manicômio Judiciário, ocorrendo uma elaboração mais precisa dos diagnósticos iniciais biotipológicos por meio de uma observação minuciosa da evolução de seu comportamento. No manicômio, os médicos formulam os meandros pelos quais poderia ser entendida a história pessoal e criminal de “M. O.” e de tantas outras mulheres, como uma personalidade psicopática de tipo perverso.

2.5 PERSONALIDADES PSICOPÁTICAS: FIGURAS DO PERIGO NA CONSTRUÇÃO DA (A)NORMALIDADE

A recorrência dos diagnósticos de “*personalidade psicopática*” e “*personalidade psicopática de tipo perverso*” chama a atenção na análise da documentação pelo modo como designa e patologiza comportamentos em sua maioria de mulheres que não condizem com os desígnios das regras sociais. No âmbito do modo de compreensão do discurso médico em relação ao

comportamento feminino, as personalidades psicopáticas são aquelas em os valores morais do casamento, família, honestidade e resguardo do corpo e da vida privada são colocados em xeque pelo modo como muitas mulheres vivem.

Entre tantos diagnósticos diferentes que recebiam as mulheres, 31 delas apresentavam, na visão dos médicos, características de uma “personalidade psicopática”. Na maior parte dos casos esse diagnóstico acompanhava a ausência de alucinações e delírios, mas um dos principais pontos levados em consideração era o nível de afeto que as mulheres demonstravam em relação aos familiares e se se arrependiam verdadeiramente dos crimes cometidos. Das 31 “personalidades psicopáticas”, 7 assassinaram os maridos, 6 assassinaram os filhos e 14 cometeram crimes relativos a furtos, agressões ou perturbações no espaço público. Dessas 31 mulheres, 21 foram descritas como negras.

O primeiro prontuário em que o desígnio “*personalidade psicopática*” aparece é de “M. E. ”, datado de 1927. Naquele momento, seu diagnóstico foi o de “*loucura moral*”, sendo muito bem detalhado em seu arquivo como este diagnóstico é referido na literatura psiquiátrica, juntamente com a mudança na designação para “*personalidade psicopática de tipo perverso*”:

Quando o processo mórbido está bem evoluído, com rico quadro sintomatológico, fácil se torna a tarefa do perito; mas, quando se trata de casos que estão no limiar do patológico, mal definidos, com sintomatologia escassa e imprecisa, não pode o perito ir além da realidade, e com imprecisão tem de se pronunciar.

Assim o são frequentemente os casos que dominam de maneira genérica de “personalidades psicopáticas” ou “personalidades desharmonicas” entre as quais se encontram os casos que denominamos “loucura moral” como foi diagnosticado em pareceres anteriores o que temos em estudo. (...)

Entre as personalidades psicopáticas se classifica a “Personalidade Psicopática Perversa” que corresponde à “Moral Insanity” dos autores ingleses, isto é, a loucura moral.

Assim, vemos como ambas as expressões diagnósticas se equivalem. Modernamente não mais se emprega a expressão “loucura moral” por inadequada e em seu lugar ficou a de “Personalidade Psicopática Perversa”.

Por seu diagnóstico ser o primeiro que traz esse desígnio da “*Loucura Moral*”¹²⁸ ou da personalidade psicopática, seu prontuário está bastante detalhado, contendo até mesmo um embasamento teórico sobre o tema, um tipo de informação bastante escassa nos prontuários de modo geral. Neste momento, em 1927, ainda eram apenas 14 mulheres presas sob a jurisdição do Manicômio Judiciário, ainda que este funcionasse no Hospício do Juquery.

Na elaboração do seu diagnóstico, apresentava-se uma noção dos limites entre aquilo que era considerado congênito e daquilo que fora adquirido:

Nestas passagens do prontuário de “M. E.”, o que percebemos é o esforço em estabelecer limites entre doenças que seriam “congênitas” ou “adquiridas” por meio de um valor moral estabelecido sobre a história de vida das pacientes. O que chama atenção é a derivação da noção de uma constituição psicopática e perversa da personalidade atrelada ao modo como a moral é concebida por esse saber. O diagnóstico “congênito” de M. E. deu-se referente às crises epiléticas que teve desde a infância, e pela constante manifestação de profundas tristezas e vontade de atentar contra a própria vida desde muito cedo. “M. E.” recebeu o diagnóstico de Personalidade Psicopática em 1927, outras duas mulheres em 1933 e 1936, e as outras 28 mulheres que tiveram o mesmo diagnóstico deram entrada no Manicômio Judiciário entre 1940 e 1952.

Um outro caso é retratado no prontuário de M. E., classificada como “*brasileira, negra e doméstica*”. Em 6 de outubro de 1943, com 21 anos, foi encaminhada para o Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo. M. E., vinha do Presídio de Mulheres do Estado de São Paulo, onde cumpria pena por furto. Seu diagnóstico, advindo da penitenciária, a descrevia como portadora de uma “personalidade psicopática”. Sua pele, seus cabelos, suas cicatrizes, seus dentes, as medidas de seu corpo e cabeça foram minuciosamente descritos em seu prontuário. No laudo elaborado pelo Manicômio Judiciário, consta que sofreu castigos no Presídio de Mulheres por seu comportamento “insubmisso, revelando tendências reacionárias, mau caráter e impulsividade exagerada”. Na descrição sobre suas condições físicas no momento de sua transferência, utilizada como justificativa para sua transferência para o manicômio, consta:

Sem defeitos físicos aparentes, além dos característicos raciais (preta)”. Sua vida

¹²⁸ A expressão *loucura moral*, que para uns constitui uma entidade nosográfica correspondente à “Imoralidade Constitucional”, é para outros uma síndrome que pode ser congênita ou adquirida. Cumpre estabelecer esta distinção ao se cogitar o prognóstico. Na forma congênita, o prognóstico é sempre desfavorável, enquanto na adquirida já o é menor, pois, principalmente nos últimos tempos tem-se observado melhoras acentuadas do síndrome “Imoralidade”, determinado pela encefalite epidêmica. No caso de “Maria Eugênia” trata-se, com toda a verossimilhança, da primeira forma – congênita. Falam nesse sentido os antecedentes hereditários, o seu caráter anômalo desde a infância, como a ausência de qualquer elemento que venha tornar plausível o diagnóstico da segunda modalidade.

sexual foi interpretada pelos médicos como sendo “(...) muito irregular, fazendo admitir, pelas suas informações, relações com fins pecuniários (prostituição disfarçada). Contudo, sua profissão declarada e costumeira era a de empregada doméstica.” Sobre suas condições mentais, seu diagnóstico foi mantido, sendo acrescido como “*perversa*” por “*atrofia completa do senso altruístico*”.

M. E. trabalhava como empregada doméstica, furtando dinheiro das casas onde se empregava. Foi presa e transferida ao manicômio por não se submeter às regras do Presídio de mulheres, no que tange à rigidez colocada pela Madre Superiora, como a própria paciente relatou aos médicos. Interrogada por sua conduta, M. E. responde querer viver à sua maneira e fazer o que bem entende, não admitindo a interferência de outros. Ao confirmar para os médicos sua longa história judicial, o que eles analisaram no comportamento e na fala da paciente é que ela não se arrepende dos seus crimes cometidos. Tendo ela confessado os furtos que praticava, suas detenções anteriores, “*com a maior naturalidade*”, bem como os hábitos que possuía como álcool, fumo e jogo, os médicos entenderam que M. E. não se sentia constrangida ao ser recriminada desses fatos, de modo que julgaram que “a sua personalidade está perfeitamente integrada nesse modo de vida, que representa para si o ideal”. Seu diagnóstico é também de “loucura moral”. Segundo seu prontuário:

Estamos pois diante de um caso típico de “moral insanity” dos autores ingleses, ou melhor, de um desvio instintivo global, para o qual o lugar mais adequado é o Manicômio Judiciário e não o cárcere, pois este não conseguirá modificar a sua estrutura, inadaptável, como se tem mostrado, ao regime reeducacional. Em vez de constituir a permanente “carne de presídios” (...), melhor estará no hospital de alienados, abrigando-se assim a sociedade de uma maneira definitiva, dos danos que a ela vinha e virá causando. Depois de todas as tentativas feitas no sentido de uma regeneração, sem qualquer proveito, revelando-se pois de uma insuficiência de juízos morais a toda prova, mercê de uma defeituosa estruturação afetiva num sentido predominantemente egoístico e instintivo e não resta outra alternativa senão a segregação.

M. E. foi analisada desde sua vida pregressa, até o modo como se comporta e como confessa os atos por ela realizados. Deixa transparecer na fala médica que é o modo como a paciente diz sobre seu ato criminoso frente a autoridade médica que determina o diagnóstico.

A noção de uma “atrofia do senso altruístico”, de como lida moralmente com a sua afetividade, como sua subjetividade responde aos valores morais instituídos é o crivo

médico. Para Foucault em *A verdade e as formas jurídicas*, nas práticas judiciais é possível localizar um modo como novas subjetividades foram formadas, pensando na constituição histórica de um “sujeito de conhecimento”.

Tendo as práticas judiciais na história do Ocidente definido o modo como os homens e mulheres poderiam ser julgados pelos “erros” cometidos, e tendo as práticas judiciais definido o que são esses “erros”, “crimes”, “insanidade”, pode-se dizer que as práticas jurídicas

produzem modos de concepção da subjetividade. Nesse sentido, toda a constituição do processo criminal faz parte de uma produção da verdade que permeia todo o tecido social. O inquérito como uma forma de “pesquisa da verdade” assume o posto de neutralidade e verdade última, orientando o modo como a ciência erigiu seu modo de conhecimento. Do mesmo modo, o exame, realizado de modo hierárquico, por meio da vigilância, deu forma a modos de controle político e sociais no momento da formação da sociedade capitalista, no final do século XIX. A confissão, prática pastoral inserida no interior da prática jurídica, conforma um modo pelo qual o indivíduo constitui a si mesmo e produz, frente a um poder que lhe é exterior, a própria noção de verdade dos fatos do indivíduo em relação a si mesmo e em relação à sociedade.

Com relação ao hospital Juquery, Cunha¹²⁹ aponta para os diagnósticos de “loucura moral” em relação às mulheres que tinham uma vida ativa nos espaços da cidade, sendo as prostitutas consideradas degeneradas, e os negros ligados a noções de primitivismo. Diagnosticando as “perversões”, em tudo o que não estivesse de acordo com os ideais eugênicos correntes¹³⁰. Em trecho comentado pela historiadora, Franco da Rocha cita Lombroso: “O criminoso nato de Lombroso confunde-se com o louco moral em todas as suas particularidades. Lançando luz aos prontuários das mulheres negras e pobres internas no Juquery, Cunha percebe o modo como as práticas médicas eram duplamente inferiorizantes, sendo a degeneração e a loucura “inerentes à visão ‘animalizada’ das negras, tornando sua presença no hospício uma contingência quase natural.”

Rago¹³¹ argumenta que o corpo das mulheres negras foi espetacularizado, sexualizado, confinado e dissecado ainda no século XIX, de modo que a racialização do corpo negro feminino e sua construção como um outro inferior biologicamente, “ (...) não deixa de ser uma valorização dos ‘civilizados’ e que das elites passa para toda a sociedade.”¹³²

No Brasil, esse discurso racista e misógino pode ser analisado em sua forma eugênica, de modo que entre os anos 1930 e 1940, a psiquiatria ganha um discurso de “branqueamento” na ordem social. Nas relações que o positivismo estabeleceu entre prostituição e loucura, com a

¹²⁹ CUNHA, M. C. P. (1986). *O espelho do mundo*: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra

¹³⁰ *Idem*.

¹³¹ RAGO, Margareth. O corpo exótico, espetáculo da diferença. Labrys, *Études Féministes/ Estudos Feministas*. Janvier/Juin 2008-Janeiro/Junho 2008.

<: <https://www.labrys.net.br/labrys13/perspectivas/marga.htm> Acesso feito em dezembro de 2016.

¹³² FERREIRA, Vivian Carla Garcia. *Limiares da loucura: corpo e insurgência feminina em prontuários de mulheres no manicômio judiciário do Estado de São Paulo (1933-1952)*. História e Democracia. 2015. Disponível em: https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1530845220_ARQUIVO_Limiares-da-loucura-corpo-e-insurgencia-feminina.pdf. Acesso em 02 out. 2021.

ideia de “degenerescência social”, Rago mostra como Lombroso atrelou a ideia do “criminoso-nato” à ideia da “prostituta-nata”, assimilando a prostituição à criminalidade, abrindo um modo de perceber a noção de loucura às noções morais estabelecidas. Nesse panorama, a prostituta de Lombroso é a imagem da mulher moralmente enlouquecida¹³³.

Nessa lógica, estabelece-se uma identidade psicológica e anatômica entre o criminoso e a prostituta-nata, assimilados por sua vez ao louco mental. Ambos possuem “o mesmo gosto precoce pelo mal”, nenhum senso morale total indiferença diante da infâmia social. O rol das perversas sexuais se estende progressivamente: as lésbicas, de cabelos curtos, invejam os homens, pois gostariam de ter pênis; as solteironas, as feministas, as escritoras, as negras e mulatas. Próximas da aranha, ameaçadoras e fatais Loucas.¹³⁴

O grande interesse dos médicos pela sua atividade sexual, seu comportamento afetivo para com os outros, e a descrença em “cura” para seu caso, apontam algumas maneiras pelas quais o discurso médico constrói seu diagnóstico em relação às mulheres a partir do “dispositivo de sexualidade”. Essa formação dos códigos de sexualidade é trabalhada por Margareth Rago em *Os prazeres da noite*, problematizando os discursos médico-jurídicos em torno da prostituição entre 1890 e 1930, e de que modo confluíram para justificar a “inadequação” da presença feminina nos espaços públicos. As prostitutas, entendidas como “mulheres públicas”, eram associadas à noção de degeneração da natureza feminina, marcando o imaginário das mulheres no espaço público por discursos patologizantes.

Para Rago¹³⁵, a regulamentação em torno da sexualidade das mulheres pelo discurso moral que conformou a noção de prostituição serviu não apenas para a patologização de suas condutas, mas para a construção da moralidade das mulheres em torno do espaço doméstico, opondo-se a tudo que envolvesse o imaginário da prostituição. A ‘maternidade’ foi compreendida como um remédio para as “moléstias” femininas, de modo que aquelas que não compartilhassem do amor materno e dedicação ao ambiente doméstico eram tomadas como portadoras de distúrbios biopsíquicos, consideradas de mente frágil e perversa, refletidos em determinado meio social, considerado amoral. Assim, a partir da incitação ao discurso que regula as sexualidades femininas, as mulheres foram enquadradas pela polarização de duas figuras dicotômicas, mas que foram constituídas uma pela outra: a dona de casa como mulher “normal” e a meretriz como mulher “patológica”.

Um outro prontuário que faz alusão às questões tratadas neste capítulo é o caso de M.

¹³³ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

¹³⁴ *Idem*

¹³⁵ *Idem*.

V. que em julho de 1948, aos 23 anos de idade, negra, “meretriz”, foi transferida do Presídio de Mulheres para o Manicômio Judiciário. Em seu prontuário consta M. V como uma “conhecida desordeira, que registra antecedentes criminais e policiais constantes”, tendo no dia 24 de janeiro de 1947 sido detida em um bar “por promover um de seus costumeiros distúrbios”, e agredido uma mulher que a acompanhava no interior da viatura.

M. V foi condenada no Presídio de Mulheres do Estado de São Paulo por ferir gravemente a mulher que junto com ela era encaminhada para a delegacia. No presídio, por se mostrar “indisciplinada, desajustada e impossível de ser contida”, foi transferida para o Manicômio Judiciário. Seu diagnóstico foi de uma “personalidade psicopática do tipo amoral ou perverso”, “endógena”. Foi, assim, tomada como incapaz de julgamentos éticos, de afetividade egoísta, e de “regeneração problemática”. Na penitenciária, o laudo elaborado pelo médico levava em conta seu boletim biotipológico:

Se compulsarmos seu boletim biotipológico e a peça dos autos, onde se centram informações sobre sua conduta anterior, verifica-se que “Maria Viola”, na sociedade, sempre foi uma “marginal”. Inicialmente desajustada do lar, reagindo contra a “vigilância” que sobre ela exerciamos seus, impedindo-a de ir a bailes (tinha 13 anos mais ou menos), etc, abandonou a casa paterna. Ingressou assim, em tenra idade, na vida desregrada que, afinal, passou a ser inteiramente abraçada por ela. Prostituiu-se, viciou-se, tornou-se ébria. Ingressou com esse lastro de maus atributos que veio adquirindo, na senda do crime e, atualmente, revelando suas características amorais, cumpre a pena que lhe foi imposta.

No Manicômio Judiciário, na elaboração de seu diagnóstico, é feita uma menção às “personalidades instáveis”, um diagnóstico relacionado às “personalidades psicopáticas perversas”:

Os instáveis não são débeis mentais propriamente ditos, mas sua débil vontade, su incapacidade de concentrar-se, ainda que seja: passageiramente, e sua repugnância a assumir qualquer compromisso, faz com que a maioria deles permaneçam desde a escola em um grau inferior(...) procuram satisfazer todos seus gostos e desejos, e assim chegam as mulheres à prostituição pelo caminho do luxo, do cinema, das viagens, etc; homens e mulheres sucumbem à morfina e, mais frequentemente ainda, ao álcool. Ora não foi outro o caminho que tomou a paciente. A precoce fuga do lar – outro característico dos instáveis – já visa satisfazer seus desejos controlados pelos pais. Queria frequentar bailes tendo apenas 13 anos. Posteriormente seguiu aquele caminho da prostituição, alcoolismo, vagabundagem, roubos, etc. (...) Seu comportamento aqui no manicômio apresenta os característicos citados de instáveis e de perversa amoral.

A “loucura moral”, que se designa como “personalidade psicopática de tipo perverso”, denota algumas linhas de continuidade entre as mulheres, de modo que por meio do modo como executam seus crimes ou exercem sua afetividade rompem com o ideal do “Anjo do lar”. Entre o crime e a loucura, a personalidade psicopática é aquela de moralidade outra, que passou para outra margem dos códigos de conduta. Tendo o comportamento entendido como congênito, hereditário, o diagnóstico da anormalidade feminina pautava-se pela investigação do corpo,

narrativa e história de vida das mulheres¹³⁶.

Entende-se que penalização em torno dos corpos femininos está relacionada de forma direta a sua inserção no espaço público, tacitamente compreendido como masculino. De acordo com Richard Sennet, há uma tendência à supervalorização do espaço privado na modernidade e um esvaziamento do espaço público como constituição subjetiva. No capitalismo industrial, a constituição do espaço público como esfera da sociabilidade foi dando lugar a saberes de regulação e modulação da ordem pública, elevando a vida privada como um refúgio idealizado de valor moral incontestado, tendo sua representação na famíliaburguesa. O autor aponta que esta constituição subjetiva do homem no espaço público no século XIX atingia as mulheres de forma muito distinta.¹³⁷

O público como um domínio imoral significava coisas um tanto diferentes para homens e mulheres. Para as mulheres, era onde se corria o risco de perder a virtude, enxovalhar-se (...) O público e a ideia de desgraça estavam intimamente ligados. Para um homem burguês o público tinha uma conotação moral diversa. (...) para os homens a imoralidade da vida pública estava aliada a uma tendência oculta, para que se percebesse a imoralidade como uma região de liberdade, ao invés de uma região de simples desgraça, como era para as mulheres.¹³⁸

A ideia da família como o “refúgio” da imoralidade do espaço público deposita na figura da mulher um “dever ser” em relação ao seu papel de sustentação dessa forma de vida privada, intimista. O privado enquanto um espaço moralizado e seguro, como uma espécie de lugar de conforto masculino das demandas da vida pública – ou a vida, mesmo. Um discurso de que na vida íntima é o lugar da mais extrema felicidade, lugar de realização do eu é muito presente na modernidade através de modos de pensar sujeitos universalizados, ideais e constituídos por meritocracias. Assim, para a “definição” de um modo de vida correto, os comportamentos considerados “desviantes” foram normalizados na medida em que foram patologizados, tendo a moralidade da conduta feminina o fardo de ser considerada uma das bases para um ideal de felicidade do lar, num modo de vida ensimesmado e individualizado, e que por isso deveria se manter distante do espaço público.¹³⁹

Sujeitando os corpos femininos, associando à culpa e à transgressão de regras morais, a divisão dos papéis femininos e masculinos trataram por fazer cortes de gênero sobre a esfera pública, destinada aos homens enquanto produtores de um lar, e as mulheres como

¹³⁶ FERREIRA, Vivian Carla Garcia. *Limiares da loucura: corpo e insurgência feminina em prontuários de mulheres no manicômio judiciário do Estado de São Paulo (1933-1952)*. História e Democracia. 2015. Disponível em: https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1530845220_ARQUIVO_Limiares-da-loucura-corpo-e-insurgencia-feminina.pdf. Acesso em 02 out. 2021.

¹³⁷ *Idem*

¹³⁸ *Idem*

¹³⁹ *Idem*

reprodutoras.¹⁴⁰ Assim, as teorias que se referiam à delinquência feminina giravam em torno da “degeneração” do feminino puro, casto e culpado. A ideia da prostituta era associada a uma série de regulamentações em torno da prática, como analisa Margareth Rago sobre a prostituição em São Paulo entre 1890 e 1930. Uma série de regulamentações sobre a descrição de seus corpos, horários de trabalho, legislação sobre suas aparições no espaço público apresentam as ideias de que a presença das prostitutas era uma questão médica e policial¹⁴⁰.

A presença feminina no espaço urbano incomoda de várias maneiras; seja como trabalhadora, seja como prostituta; fumando ou usando roupas mais curtas. Desconhecida, a sexualidade feminina se tornava um grande medo e uma atração. Daí o enorme interesse em torno do desvendamento do corpo da mulher, desde meados do século passado, tanto pelos saberes científicos, quanto pelas artes.

2.6 O EXAME MÉDICO-LEGAL COMO DISPOSITIVO DE NORMALIZAÇÃO

Os prontuários, enquanto arquivos judiciais, representam um conjunto específico da prática do exame médico-legal e de seus modos de produção, em uma instituição do Estado de São Paulo, no Brasil de uma época específica. Porém, ao trazer a dimensão da produção deste tipo de documentação em um contexto mais amplo, Foucault faz uma análise do papel do exame médico-legal contemporâneo, pensando o modo como substitui uma exclusão do discurso médico pelo discurso jurídico ou vice-versa. Constituindo um saber em torno da noção de “perversidade”, cunhada a partir da segunda metade do século XIX, a medicina e a criminologia se aliaram para definir uma prática que não pertence nem a um campo, nem ao outro, mas compõe um *continuum* expiatório e terapêutico que se propõe gerir os comportamentos, de modo que o exame médico legal tem o perigo e a perversão como seu núcleo essencial e teórico. O que o exame apresenta não é a inocência ou culpa, nem a doença do indivíduo, mas sim passagens que chegam a ser “ridículas” para estabelecer o diagnóstico das pacientes, como M. V. que por querer frequentar bailes aos 13 anos e sendo impedida pelos pais, na visão médica de seu prontuário, é o primeiro indício de sua perversão, instabilidade e amoralidade.

Um dos papéis do exame é o medo gerado pelos perigos da perversão no seio social e que contribui para a moralização da população, nos moldes de um modo de normalização. Quando medicina e justiça aliam-se, tratam de inventar a ideia da “anormalidade”, possibilitando formular observações mais abrangentes do que a oposição “normal” e “anormal”, mas que leva em conta cada minuciosidade, com diferentes níveis de gradação entre os modos de entender as patologias. Para Foucault, o poder da normalização, fortemente marcado no exame

¹⁴⁰ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

médico-legal, faz parte de uma invenção de tecnologias positivas de poder, onde a exclusão e marginalização de setores da população considerados “anormais” se realiza na sua profunda inclusão na gestão da cidade, observação institucional, organização e vigilância de espaços, “multiplicando efeitos de poder a partir do acúmulo da observação dosaber”.

Nesse sentido, a norma surge como um princípio de qualificação e um princípio de correção, intervindo e transformando por meio de um poder normativo. Nesse sentido, a noção de anormalidade é fruto de uma constituição híbrida entre o discurso médico e o discurso jurídico. Pensando as linhas de continuidade entre os crimes e diagnósticos nos prontuários das mulheres, percebemos que muitas das que se mostraram insubmissas à moral instituída provocaram algum tipo de insurgência nos espaços públicos, no que se refere aos modos que exerceram a sexualidade, fora dos limites do casamento, no modo como transitaram nos espaços públicos, nos bares e ruas, causando mobilização às autoridades que buscavam mantê-las sob vigilância. Em relação a esses crimes relacionados a furtos e insurgências “ímorais”, percebemos a formulação foucaultiana acerca da gestão do perigo como um poder que produz e normaliza no sentido de que, a partir do momento em que há uma base teórica e prática para a elaboração desses saberes, instituições são erigidas e o contingente carcerário feminino cresce rapidamente no que concerne a esse tipo de crime.¹⁴¹

Nos primeiros prontuários do Manicômio Judiciário, em um conjunto de 15 prontuários de mulheres que formam o primeiro arquivamento que vai de 1887 a 1933, nenhuma mulher presa no Manicômio Judiciário cumpria pena por questões relacionadas aos desvios de conduta moral. A partir do ano de 1943, momento em que o Presídio de Mulheres já estava consolidado, o número de mulheres que eram presas por crimes referentes a furto e questões relativas aos bons costumes começa a surgir. Ao todo são 43 mulheres com histórias criminais que permitem relacionar os ilegalismos que foram motivo de suas prisões à uma moralidade normalizadora por parte dos médicos. Dessas 43 mulheres, 20 foram diagnosticadas como “personalidades psicopáticas”, 13 delas não apresentavam distúrbios e, dessas 13, 9 eram negras. Ressalto quando aparece o termo “não apresenta distúrbios” pois existe uma recorrência em muitos prontuários de mulheres negras representadas pelos médicos como personalidades psicopáticas, anormais, bem como, muitas vezes, como sem distúrbios, já que o saber médico identifica que um comportamento desviante de uma mulher negra seria “natural”. Muito raro era uma mulher

¹⁴¹ FERREIRA, Vivian Carla Garcia. *Limiares da loucura: corpo e insurgência feminina em prontuários de mulheres no manicômio judiciário do Estado de São Paulo (1933-1952)*. História e Democracia. 2015. Disponível em: https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1530845220_ARQUIVO_Limiares-da-loucura-corpo-e-insurgencia-feminina.pdf. Acesso em 02 out. 2021.

branca ali ser internada e sair sem diagnósticos de esquizofrenia ou de patologias que se referem aos períodos femininos, como a psicose climatérica por exemplo, que se refere à menopausa.

As mulheres negras foram as mais estigmatizadas e ao mesmo tempo o olhar para elas direcionado é muito mais culpabilizante de seus atos, posto que o crivo da doença mental tira a responsabilidade da ré. Como personalidades psicopáticas ou sem apresentar perturbações mentais, as mulheres negras ocupam um espaço nos saberes jurídicos entre o crime e a loucura: muitas vezes respondendo a necessidades básicas da vida cotidiana, se encontravamem luta com uma sociedade que as relegou à marginalidade e à profissão de doméstica na casa de outras mulheres. Para essas mulheres existe a responsabilização, e a maioria delas veio do Presídio de Mulheres ao se mostrarem insubmissas frente ao poder religioso das freiras, e para lá retornaram quando, na concepção dos médicos, atingiram um nível de periculosidade mais baixo. Sendo que, em todos os seus prontuários, por terem vindo do presídio de mulheres, traziam seus registros corporais, medidos e destacados pelo Instituto de Biotipologia Criminal na Penitenciária do Estado de São Paulo, pelo qual todas elas passaram. Em ofício do Departamento de Presídios do Estado de São Paulo protocolado em 1947, destinado a André Teixeira Lima, então diretor do Manicômio, 4 mulheres foram transferidas juntas do Presídio de Mulheres para o Manicômio judiciário, por se tratar de personalidades psicopáticas:

*Tenho a honra de apresentar a V.S., devidamente escoltadas, as sentenciadas . M. V. *”, M.. **”, M. ****” e M. *****”, respectivamente matriculadas no Presídio de Mulheres sob os números 112,113, 114 e 115, que aí deverão ser internadas visto serem inadaptáveis ao regime ali adotado, mantendo comportamento amoral e parecendo tratar-se de personalidades psicopáticas.Outrossim, esta Diretoria Geral, oportunamente, fará remessa a V.S. dos atestados respectivos e de mais documentos a fim de legalizar ditas internações.*

Ofícios como este eram comuns e se apresentam na primeira parte de cada prontuário, designando os trâmites legais nos quais cada paciente foi conduzida. Essa documentação reunida sob o nome de cada mulher torna-se, a partir de um arquivo privado, que diz respeito a cada história individual, um espaço riquíssimo de perceber práticas e saberes que costuravam os modos de vida na primeira metade do século passado, e que de muitos modos diferentes baseiam boa parte da história cultural e política de nossos tempos atuais. Um ofício que legaliza que um “comboio” de mulheres vindo de uma penitenciária para um manicômio no ano de 1947 na cidade de São Paulo, pensando do ponto de vista da história genealógica de Foucault, compõe os bastidores que construíram todo um campo de saberes, poderes e subjetividades, se tornando condição de possibilidade para o desenrolar dos acontecimentos ínfimos, mas que foram totalmente estruturantes dos tempos de hoje e de outrora.

Na disputa de uma forma hegemônica de organização da cidade em determinado

paradigma racial e cultural – como é o caso da eugenia e do modo como seu discurso foi arraigado às estruturas institucionais –, em um momento de emergência de uma preocupação estatal referente às condições das mulheres presas no Brasil no final da década de 1920, entre outros fatores confluentes, contribuíram para a construção de um saber em torno da população, em especial em relação às mulheres, na qual a vigilância de seus corpos foi aumentada e pormenorizada em instituições específicas de controle moral, jurídico e também religioso. Assim, o aumento de mulheres presas, de mulheres negras, de personalidades psicopáticas e o aumento geral de mulheres presas no manicômio a partir da década de 1930 apontam para o modo como se apresenta o crescimento dos saberes e estruturas médicas e jurídicas em torno da normalização, diretamente proporcionais ao aumento de mulheres capturadas por esse poder que as coloca como epicentros de perigo social.

Apesar de o Manicômio Judiciário ter sido pensado por Franco da Rocha, quem o inaugurou foi o médico psiquiatra Antônio Carlos Pacheco e Silva, nomeado por Franco da Rocha médico anatomopatologista do Hospício do Juquery desde 1921 e assumindo a direção do Hospício em 1923. Em 1930 cria a Assistência dos Psicopatas do Estado de São Paulo, submetendo-o ao departamento de psicopatologia da faculdade de medicina da Universidade de São Paulo. Deixou o cargo de diretor do Manicômio Judiciário em 1938, quando assume a cátedra na faculdade de medicina.¹⁴²

Em discurso proferido na aula inaugural do curso de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, publicado no ano de 1936 nos Arquivos da Assistência Geral a Psicopatas do Estado de São Paulo, Pacheco e Silva, enquanto professor, discorreram sobre as separações entre psiquiatria e neurologia, buscando frisar uma forma muito própria do saber psiquiátrico no que se refere em compreender os caminhos da mente “desviada”¹⁴³:

Não há, meus senhores, melhor caminho, para bem se conhecer a mente sã, do que se recorrer à observação da mente desviada do seu curso normal. Nesta, as reações instintivas se realizam livremente, sem malícia, sem interesses, sem o crivo dos preconceitos sociais. Despido de todas as inconveniências, liberto das forças frenadoras, o homem, sem dissimulação e com sinceridade, nos oferece aqui uma fonte inesgotável para estudos psicológicos, que para serem profícuos terão que ser pacientes e meticolosos.¹⁴⁴

Compreendendo os processos que se formam por meio de “práticas divisoras”, Foucault

¹⁴² TOLEDO, Eliza Teixeira de. *A circulação e aplicação da Psicocirurgia no hospital psiquiátrico do Juquery, São Paulo: uma questão de gênero (1936-1956)*. Tese de Doutorado – FIOCRUZ, 2019.

¹⁴³ *Idem*

¹⁴⁴ *Idem*

assinala que os sujeitos são constituídos em uma divisão de si em relação aos outros, de modo que as figuras da normalidade são produzidas pela nomeação e classificação daquilo que é “desviante”. Nesse sentido, a fala de Pacheco e Silva apresenta o modo como esse pensamento se estrutura de modo bastante preciso.¹⁴⁵ Mostra que para se conhecer a razão é necessário estabelecer o que é considerado como anômalo, como “solto”, aquela suposta parte não normalizada, instintiva.

É na gestão de Pacheco e Silva que essa psiquiatria organicista toma corpo, e as terapêuticas invasivas passam a ser aplicadas na instituição, como o eletrochoque,¹¹⁹ a insulinoterapia,¹²⁰ a lobotomia e a leucotomia pré-frontal. A leucotomia, presente no primeiro caso apresentado, de M. O. era mais frequentemente recomendada em casos de esquizofrenia, consistindo em uma incisão no olho da paciente, por onde será alcançado seu lóbulo frontal, e este manipulado cirurgicamente. Mais “simples” do que a lobotomia, que tem o mesmo objetivo, mas acabava sendo bem mais complicada do ponto de vista do corte e processo de recuperação, a leucotomia foi uma terapêutica adotada em diferentes casos, e entre as mulheres “personalidades psicopáticas”, duas delas sofreram sua intervenção.¹²¹

Entre as leucotomizadas, ao lado de M. O. está M. I. advindada comarca de Bauru, presa por praticar furtos nesta cidade, em 1941, aos 23 anos, parda, buscou ganhar a confiança dos funcionários do manicômio para tentar uma fuga, sem sucesso. Na visão dos médicos, sua afetividade estava normal, tendo desejos de sair do manicômio por se sentir regenerada, como dizia a paciente, e deveria ser entendida como saudável. Porém, analisam seu comportamento social como “anômalo”, visto que seus furtos eram praticados correntemente e várias haviam sido suas prisões anteriores sem que tivesse sucesso sua “regeneração”. Acreditavam que M. I. fosse “*maneírosa*”, iludindo todos com quem conversa.

M. I., partindo de sua estratégia de sobrevivência, mentiu para os médicos quase todas as suas informações pessoais, como a cidade natal, idade, número de irmãos, entre outras questões. Seus dados estão trocados até mesmo no prontuário, visto que os médicos se confundiram com suas histórias. É muito interessante o modo como M. I. parece acionar a possibilidade de contar qualquer “verdade”, e de certo modo escapa do espectro confessional. Tendo alguns:

Ataques histéricos”, como o único sintoma que tiraria sua lucidez, os médicos atestaram que “os componentes anormais, mitomaníaca e perversão, aliadas as reações histéricas representadas por “grandes ataques”, perfazem um conjunto

¹⁴⁵ FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Graal, 1979.

mórbido constitucional: personalidade psicopática”.

Removida para a comarca de Bauru em 1942, retornou para exame de sanidade mental no Manicômio Judiciário em 1944, após ser presa novamente por furtar. No novo laudo escrito a seu respeito, foi postulado que seus distúrbios haveriam se agravado, com pouca possibilidade de regeneração, *“possivelmente mercê de influências ambientais (círculo vicioso para os criminosos psicopatas),”* tendo se entregado à prostituição. Desse modo, em face de sua “periculosidade”, deveria permanecer no manicômio. Depois de alguns anos com poucas informações em seu prontuário, em 1950, um ofício comunica:

A paciente goza de boa saúde física e não externa distúrbios psicopatológicos. Submetida a leucotomia cerebral bilateral, apresentou melhora de comportamento. Não só tem melhorado a conduta, como tem trabalhado com eficiência no serviço auxiliar. Interessa-se pela liberdade e parece ter recobrado, em parte, julgamento mais apurado de sua vida anti-social. Sua internação parece ter-lhe sido útil, razão pela qual somos de parecer que pode ser tentada sua liberdade sob vigilância. É nosso parecer¹⁴⁶.

No prontuário de “M. I.” não houve a folha rosada das Clínicas Especializadas, seu procedimento não foi sequer registrado senão por um ofício que comunica sua “eficiência”. Por esse motivo, é difícil precisar o número de mulheres leucotomizadas, pois outras mulheres das que não foram verificadas nas temidas folhas rosas no final dos prontuários podem ter sofrido intervenção sem que essa tivesse sido devidamente documentada.

A leucotomia foi utilizada como uma solução simples e barata para o tratamento de distúrbios mentais, e foi aplicada de modo crescente em São Paulo de modo amplo entre 1940 e 1950, sendo posteriormente substituídos paulatinamente por tratamentos psicotrópicos. Ainda assim, a leucotomia foi utilizada até meados da década de 1970. A historiadora Maria Gabriela Marinho vê na criação do Serviço de Assistência à Psicopatas um marco decisivo para a implantação dessas práticas, de modo que por meio desse órgão que Pacheco e Silva o ligou ao Manicômio Judiciário e à possibilidade de experimentação das técnicas psiquiátricas recolhidas pelo mesmo junto ao quadro técnico de médicos formado pela Faculdade de Medicina de São Paulo.¹⁴⁷

Nessa busca incessante por se compreender uma “natureza” psicológica, os saberes psiquiátricos determinaram, por mecanismos positivistas e biológicos, onde se concentra a imoralidade perversa. A partir daí, nessas “práticas divisoras” que estabelecem um limite entre a razão e a desrazão, e suas gradações, o medo da “anormalidade” é que vai constituir a

¹⁴⁶ Prontuário de “M. I.” 1950.

¹⁴⁷ MASIERO, André Luis. A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros. *SciELO*, 2003.

produção e gestão de tudo o que é considerado normal.¹⁴⁸ Assim, tendo os discursos que conformaram o corpo feminino em torno do lar e da maternidade, adequando as mulheres às figuras da domesticidade feminina, os ilegalismos cometidos por mulheres foram classificados como doenças, normalizando suas condutas e de todo um discurso que passou a permear todo um tecido social.

¹⁴⁸ MASIERO, André Luis. A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros. *Scioelo*, 2003.

CAPÍTULO 3 – NEGRAS E NEGROS NOS RELATÍOS DE POLÍCIA

Norteador pelo fio condutor do controle social dos “indesejáveis” no pós-abolição, a escolha lógica de um positivista, Nina Rodrigues, estribado no ecletismo teórico racial que marcou o final do séc. XIX de modo complementar, nega o livre arbítrio da “raça subdesenvolvida” (princípio liberal exclusivo da raça superior branca) e critica a escolha jurídica-legislativa de 1890 que optou pelo Classicismo e adotou, de modo contraditório e inconsequente, o princípio da igualdade, ignorando a lei biológica e os modernos estudos médicos-antropológicos, “[...] considerando iguais perante o código os descendentes do europeu civilizado, os filhos das tribos selvagens da América do Sul, bem como os membros das hordas africanas, sujeitos à escravidão”.¹⁴⁹

Sobre a falsidade que a empiria racial(ista) impõe ao princípio filosófico da igualdade humana, Nina Rodrigues afirma:

A concepção espiritualista de uma alma da mesma natureza em todos os povos, tendo como consequência uma inteligência da mesma capacidade em todas as raças, apenas variável no grau de cultura passível, portanto, de atingir mesmo num representante das raças inferiores, o elevado grau a que chegaram as raças superiores, é uma concepção irremissivelmente condenada em face dos conhecimentos científicos modernos.¹⁵⁰

Seguindo a linha traçada por Lombroso, tendo por base científica legitimante Lineu, e considerando as práticas missionárias que tentaram, em vão, civilizar os indígenas que não modificaram sua natureza selvagem, Nina Rodrigues adverte que, não obstante esses fatos e dados, pretendia-se fazer: “[...] um povo selvagem, ou bárbaro transpor, no curso da vida de uma geração, o caminho percorrido pelas nações civilizadas [sic] durante séculos, como se fosse possível suprimir a lei da herança, dispensar as lentas acumulações hereditárias e prescindir da ação necessária do tempo.”¹⁵¹

Tal como a tese original, Nina Rodrigues vincula, via teoria do atavismo que comprova a primitividade do negro, sua inferioridade racial e seu desenvolvimento cerebral incompleto, não apenas pelos instintos selvagens, mas pelo padrão moral(izante) que identifica, une e constitui uma sociedade, para expor que essa condição seria uma causa de inimputabilidade, excluindo a responsabilidade penal que somente poderia ser imputada indivíduos, ou melhor, aos cidadãos de fato, que compartilhassem dos mesmos conceitos de crime e pena que a raça evoluída alcançou naquele momento.

¹⁴⁹ RODRIGUES, 1957, p. 23-24.

¹⁵⁰ *Idem, Ibidem*, p. 28.

¹⁵¹ *Idem, Ibidem*, p. 30.

Considerando, assim, a natureza atávica da raça inferior como causa de sua inimputabilidade penal e a responsabilidade penal alicerçada no princípio do livre arbítrio positivada no Código Criminal, Nina Rodrigues considera contraditória a posição de Tobias Barreto em relação a sua teoria da responsabilidade penal relativa estabelecida em seu livro *Menores e Loucos*, consagrando a inimputabilidade destes e negando a dos negros igualmente inferiores ao não considerar a raça como fator de exclusão ou minoração da imputabilidade, conduzindo ao fracasso a política criminal brasileira ao declarar a impunidade dos negros, pois, “a igualdade das diversas raças brasileiras perante o nosso código penal vai acrescentar mais um aos numerosos exemplos dessa contradição e inconsequência.”¹⁵²

Ao defender que as “raças inferiores” mereceriam um tratamento penal diferente (mais rigoroso pelo risco à sociedade branca oriundo da presença dos conceitos estabelecidos por Lombroso de primitividade, impulsividade e imprevidência) dos “normais”, equiparou o negro africano (a raça pura mais inferior) a uma “criança grande” (por sua inferioridade mental e moral)¹⁵³, utilizando a inimputabilidade decorrente da menoridade penal como analogia para indicar a necessidade de construção de uma legislação penal que, no interior de um universo igualitário, os desiguais continuariam a ser tratados desigualmente¹⁵⁴, mantendo a ordem racial escravocrata fundante do país, considerando assim, que os negros tivessem direito a uma “responsabilidade moral diversa” por sua “desigualdade bio-sociológica”.¹⁵⁵

3.1 A CADEIA E A PUNIÇÃO EM SÃO PAULO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Durante o período da Família Imperial Brasileira, as prisões ficavam abaixo da câmara, com janelas que davam para o espaço público. Saint-Hilaire¹⁵⁶ apreciava a ideia, pois achava que a saúde dos presos seria preservada, além de que eles poderiam conversar com os transeuntes. Contudo, as suas condições eram as mais lastimáveis. A cadeia de São Paulo era um verdadeiro “depósito” de “criminosos” com uma área de aproximadamente 24 palmos quadrados para cada preso, ou seja, para cada escravizado a ser castigado, loucos e doentes de

¹⁵² RODRIGUES, R. N. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Salvador: Livraria Progresso, 1957, p. 70.

¹⁵³ *Idem, Ibidem*, p. 114.

¹⁵⁴ ALVAREZ, Marcos César. A Criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. *Revista Dados*. v.45, n.4, Rio de Janeiro, 2002, p. 696.

¹⁵⁵ Op. cit., p. 157-158

¹⁵⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

todos os tipos, sem se exceparem os de doenças contagiosas como sarampo, varíola e lepra em qualquer estágio.¹⁵⁷

Chama a atenção a quantidade de insuficiências que o carcereiro relatava à câmara durante toda a primeira metade do século XIX. Também se presume que as fugas constantes não tenham sido um problema político demasiado sério, já que a cadeia funcionava como (1) um espantinho disciplinar/punitivo aos “desordeiros”, (2) uma espécie de local de recrutamento para os serviços pesados da municipalidade, além de (3) compor as tropas, o que completava o contingente militar pago, aliviava a superlotação da cadeia e colocava os presos em contato direto com a disciplina militar, vista como regeneradora.¹⁵⁸

A respeito da primeira função da cadeia: os castigos, em São Paulo, eram realizados também na prisão. “Também” porque não era só a cadeia que castigava. A cidade contava com disciplinadores particulares, contratados pelos proprietários de escravizados: “havia algumas chácaras bem aparelhadas, nas vizinhanças da cidade” para castigar escravizados.

A mais conhecida delas foi a chácara do Quebra-bunda, conhecida por esse nome por deixar “os infelizes descadeirados”.¹⁵⁹

Os vereadores paulistas queriam uma cidade “civilizada”, de bons modos e, por isso, não é contraditório que não se castigasse publicamente, como se fazia em outras partes do império. O que nos permite também entender por que, já em 1829, José Manuel da Luz, à época vereador de São Paulo, sugeria um panóptico. Por mais que o sistema econômico fosse a escravidão, algumas das concepções políticas eram aquelas consideradas as mais modernas da época: já havia sido importada a ideia de observação assimétrica e vigilância de Bentham, por exemplo. Não se tratava de uma idiosincrasia de São Paulo: ao menos no Rio de Janeiro, no mesmo período, também se discutia a respeito da construção de um panóptico. Contudo, a despeito da inexistência de tal construção em São Paulo, o seu efeito era conseguido por outros meios. Havia alguma compreensão de que a punição mais eficaz era aquela realizada sobre um pequeno contingente de escravizados de maneira exemplar, fora da vista da cidade, mas que se expressava no grau de violência que provavelmente ressoava pela

¹⁵⁷ MANTOVANI, Rafael. Prisão em São Paulo na primeira metade do século XIX: demandas sociais, atores e contradições. *Scielo*, 2018.

¹⁵⁸ *Idem*.

¹⁵⁹ *Idem*.

cidade pelos relatos dos submetidos a ela ou pelas marcas, sequelas e mortes decorrentes da permanência na cadeia ou em uma dessas chácaras disciplinares.¹⁶⁰

A respeito da segunda função da cadeia: ela era uma espécie de recrutamento para trabalhos pesados da municipalidade. O cirurgião Francisco de Paula Xavier de Toledo sugeriu que os presos fossem usados para a limpeza da cidade em 1821. Ou seja, tratava-se do cuidado com o que se entendia por “saúde pública” naquele momento. A câmara gostou da ideia. A resposta veio dois dias depois: a “judiciosa reflexão” e “bem lembrada” providência de limpar as ruas usando os presos foi totalmente aceita, deixando o próprio cirurgião como responsável pelo assunto. A partir dos anos 1820, os presos da cadeia da cidade (em grande parte, escravizados) e os jornaleiros passaram a ser os “trabalhadores” dos serviços públicos. E mesmo que os presos fossem pagos pelos seus serviços, o castigo era o maior “incentivo” ao trabalho: em 1826, foi divulgada uma série de 10 instruções para a direção do trabalho dos galés. Nela, havia uma racionalidade do castigo: vinte chibatadas caso o preso desobedecesse às ordens referentes à religião. Vinte e cinco, caso não trabalhasse direito, causasse desordem, pedisse esmola, bebesse aguardente ou insultasse transeuntes. Em caso de faltas graves, cinquenta. E o feitor que vigiava e castigava precisava ser robusto e ágil, além de obviamente carregar as ferramentas do castigo.

Havia a obrigação de fazer os presos trabalharem, já a obrigação de alimentá-los era relativa. No dia 14 de outubro de 1825, por exemplo, o presidente da província escreveu à câmara exigindo que os presos condenados a trabalhos públicos fossem sustentados e vestidos às custas das rendas da câmara, não da província. A câmara respondeu, em 5 de novembro, que estava afundada em dívidas e que as obras em que os presos deveriam trabalhar, eram grandes. Por isso, pedia que tanto a comida quanto o vestuário dos presos fossem fornecidos pelo governo provincial. No dia 5 de dezembro, enfim, o governo da província oferecia alguma posição à câmara a respeito dos presos.

(...) se acha prompta uma escolta composta de um inferior e dois soldados, para guardar os presos condemnados a trabalhos publicos e que por consequencia deverá dar promptamente as providencias necessarias, a fim de que sejam empregados o quanto antes nas obras da competencia da Camara como já se lhe determinou (...).¹⁶¹

¹⁶⁰ Op. cit.

¹⁶¹ Registro geral da câmara municipal de S. Paulo, vol. XVI, 1820-1822. São Paulo: Typographia Piratininga, 1922, p. 259.28 “Jornaleiros”, nesse momento, são os trabalhadores livres pagos por dia de trabalho.29 “Galé”, XVIII, 1824-1826. São Paulo: Typographia Piratininga, 1922, p. 436-438.31 Ibidem, p. 349-350.32 Ibidem, p. 385.no sentido aqui colocado, referia-se ao condenado a trabalhos forçados.30 Registro geral da câmara municipal de S. Paulo, vol.

Segundo Mantovani,¹⁶² se faltava comida e roupa, o governo provincial providenciaria de bom grado três militares para cuidar dos presos. A câmara agradeceu a escolta e voltou a perguntar a respeito da comida e do vestuário, mas não obteve resposta sobre o assunto. Os presos eram alimentados uma única vez por dia pela Sociedade Philantropica até abril de 1832, exceto os galés que, de acordo com as instruções remetidas ao feitor em 1826, deveriam ser alimentados duas vezes ao dia. Mas a quantidade de comida era deficitária antes e depois de 1832, já que só aqueles que se serviam primeiro conseguiam comer. E a próxima refeição só seria servida depois de 24 horas. As condições de subnutrição, somadas às doenças existentes na cadeia e os constantes castigos, encurtavam a vida desses homens que trabalhavam pelo embelezamento da cidade e pela “saúde pública”. “Salubridade”, portanto, não se tratava da somatória de mortalidade e morbidade, mas, sim, da limpeza do espaço público, que se fazia por meio da degradação e destruição física forçada dos presos e escravizados.¹⁶³

A “lei das câmaras” de 1828 exigia que fossem criadas comissões de visita às prisões, escolas e hospitais, o que a câmara de São Paulo obedeceu até o início dos anos 1840. Foram criadas 12 comissões, entre 1829 e 1841, período em que houve uma considerável pacificação na bacia do Prata e o contingente de presos que deixou de ser enviado aos campos de batalha pode ter tornado a superlotação prisional mais dramática. Nos relatórios oficiais a respeito da prisão, as descrições ribombavam incessantemente sobre aglomeração, umidade, sujeira, doença, subnutrição etc. A constituição exigia que as prisões fossem diferentes daquilo, que fossem adequadas para o “tratamento moral” do criminoso – que era a promessa da prisão. Mas os relatórios não viam possibilidade de retorno para o mundo moral, afinal.¹⁶⁴

[n]a Cadeia de S. Paulo os prezos são tractados com a última desumanidade, seu alimento é quase nenhum, e dado no longo espaço de 24 horas, em fim a fome, a nudez a falta de asseio, o ar impestado pelo Carbonico, e fumo, são os continuos tormentos daquelles desgraçados (...).¹⁶⁵

Os relatórios se assemelham bastante uns aos outros com relação às questões apontadas: o abandono do Hospital dos Lázaros e o “despresível e noventa estado” em que se encontravam os presos da cadeia, “onde jaz[iam] confundido[s] o crime e a desgraça”, tendo

¹⁶²MANTOVANI, Rafael. *Prisão em São Paulo na primeira metade do século XIX: demandas sociais, atores e contradições*. SCIELO, 2018.

¹⁶³ *Idem*.

¹⁶⁴ *Idem*.

¹⁶⁵ SANT’ANNA, Nuno. *Documentário histórico*, vol. II. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 1951. SANT’ANNA, Nuno. *Documentário histórico*, vol. II. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 1951.

a prisão se transformado em uma “escola de immoralidade erecta pelas Autoridades, paga pelos Cofres publicos”.

3.2 QUANDO A POLÍCIA ENTREGAVA CORPOS PRETOS PARA A FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO

Daniel Salomão Roque¹⁶⁶, nos conta a história de Jacinta Maria de Santana não me deixou impressionada, mas me deixou enojada. Não me impressionei porque estou calejada com a hipocrisia da branquitude. Resolvi apresentar essa história por causa do protocolo policial que além de efetuar as prisões de mulheres negras configuradas no racismo estrutural, ainda em algumas ocasiões entregava os corpos dessas mulheres à Faculdade de medicina de São Paulo quando as mesmas faleciam.

Jacinta Maria de Santana sentiu-se mal. Era uma mulher pobre, sem ocupação fixa e habituada a perambular pelo centro da capital paulista. A familiaridade com a região, entretanto, não atenuaria os infortúnios reservados a ela naquela manhã de segunda-feira, 26 de novembro de 1900. Ela Jacinta respirava com dificuldade e o abdômen lhe parecia cada vez mais pesado. Atônita e nauseada, tombou no início da Rua Dutra Rodrigues, a setecentos metros da Estação da Luz. Por volta das dez horas, sua presença foi comunicada às autoridades. Marcondes Machado, médico legista da Polícia Civil, e Pinheiro Prado, delegado da 1ª Circunscrição, compareceram ao local. Jacinta foi introduzida num carro que partiu rumo ao hospital da Santa Casa de Misericórdia, no distrito da Consolação. Morreu pelo meio do caminho. No necrotério, Marcondes Machado apontaria uma causa mortis: “lesão cardíaca”.¹⁶⁷

Segundo Roque¹⁶⁸, ao meio-dia, o corpo de Jacinta foi entregue a Amâncio de Carvalho, professor de medicina legal da Faculdade de Direito de São Paulo, no Largo São Francisco. Para o catedrático, Jacinta se resumia a uma “preta de cerca de trinta anos, hóspede habitual da polícia por sua desmedida intemperança”. O cadáver tinha o ventre inchado pelo acúmulo de líquido no peritônio, membrana que recobre as paredes do abdômen e a superfície dos órgãos digestivos. A condição, geralmente associada à cirrose hepática, despertou no médico alguma ansiedade. Amâncio tinha planos para aquele corpo e receava que as avarias fossem diminuir suas chances de êxito.

¹⁶⁶ ROQUE, Daniel Salomão. Como a principal faculdade de direito do país violou o corpo de uma mulher negra por 30 anos. *PONTE*. 2021. Disponível em: <https://ponte.org/principal-faculdade-direito-pais-usp-sao-francisco-violou-corpo-mulher-negra-30-anos-jacinta/>. Acesso em 04 maio 2021.

¹⁶⁷ *Idem*.

¹⁶⁸ *Idem*.

Certa vez, Amâncio embalsamara uma criança. Durante trinta dias, a pequena múmia havia permanecido no necrotério da polícia, à vista de todos os funcionários e imune à decomposição. O professor, não satisfeito com os resultados da experiência, decidira aperfeiçoá-la num cadáver adulto — o cadáver de Jacinta.¹⁶⁹



Pelas mãos da medicina e do direito, a andarilha negra convertia-se, assim, em um misto de peça de estudo, brinquedo estudantil e atração de *freak show* — um objeto inanimado a ser exposto por três décadas aos alunos de uma das mais importantes instituições de ensino do país.

3.2.1 Direito e medicina a serviço do branqueamento

Ao cravar seu bisturi no ventre de Jacinta, Antônio Amâncio Pereira de Carvalho já contava com meio século de vida e a mais alta estima da elite nacional. Considerado um dos melhores cirurgiões do Brasil, vendia-se como um especialista em “moléstias nervosas e das vias respiratórias”, atendendo pacientes de alto poder aquisitivo num consultório próximo à Praça da Sé.

O sucesso como profissional autônomo coroava uma longa trajetória de acenos ao Estado. Em 1887, sua amizade com João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, lhe valera um cargo de médico legista na Polícia Civil. O Barão, único senador do Império a votar contra

¹⁶⁹ *Idem.*

a Lei Áurea, argumentava que a libertação dos escravizados conduziria o país a um cenário de crise econômica e desordem generalizada. “Espírito de primeira grandeza”, escrevera Amâncio, referindo-se ao amigo em artigo publicado pelo Correio Paulistano no dia 13 de fevereiro de 1892. “Possuía a qualidade rara do vidente, prognosticando fatos que sem longa detença se consumarão.”¹⁷⁰

Roque afirma que:

Com o fim da escravatura, o discurso científico se impunha como principal ferramenta de legitimação do racismo. Os cânones da medicina legal, especialidade que põe os conhecimentos médicos a serviço da Justiça, eram unânimes em apontar que uma nação com tanta influência da raça negra estava destinada ao caos. Tal perspectiva, segundo especialistas ouvidos pela Ponte, tinha raízes na obra do médico italiano Cesare Lombroso (1835-1909), que associava a prática de delitos às características físicas dos supostos delinquentes.¹⁷¹

Lombroso proporcionou uma virada paradigmática ao apontar as causas da criminalidade nos próprios criminalizados, invertendo as equações jurídicas no tocante às sentenças”, afirma Luciano Góes, advogado negro catarinense e doutorando em direito pela Universidade de Brasília. Em seus termos:

Quem tinha competência técnica para definir a absolvição ou condenação de alguém era o médico legista, com acesso ao corpo do acusado. Nunca o juiz, que ficava restrito ao processo e às provas.¹⁷²

No Brasil, esse pensamento se institucionaliza e ganha força com Nina Rodrigues (1862–1906), professor da Faculdade de Medicina da Bahia e crítico ferrenho da mestiçagem. “Esse método não extinguiria o elemento negro da nossa população”, explica Luciano. “Pelo contrário, transmitiria sua degeneração aos brancos. Baseando-se em Lombroso, Nina Rodrigues vai frisar que o corpo negro é inferior, primitivo, criminoso nato.”

Amâncio de Carvalho exerceu um papel fundamental no desenvolvimento da medicina legal, considerando-se que foi ele quem introduziu seu estudo na Faculdade de Direito de São Paulo”, afirma Robinson Henriques Alves, doutor em História da Ciência pela PUC e professor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul em entrevista ao site *Ponte*:

Ele também foi presidente honorário da Sociedade Eugênica de São Paulo. Noutras palavras, defendia o embranquecimento da nação brasileira, ideal que legitimava a exposição do cadáver de uma moça negra em pleno Largo São Francisco.¹⁷³

¹⁷⁰ *Idem.*

¹⁷¹ *Idem.*

¹⁷² *Idem.*

¹⁷³ *Idem.*

3.2.2 violar os pobres para enaltecer os ricos

A Faculdade de Direito de São Paulo foi fundada por decreto imperial no dia 11 de agosto de 1827 e incorporada à USP (Universidade de São Paulo) em 1934. Ao longo de dois séculos, encarregou-se de formar boa parte da elite política, jurídica e intelectual do país. Foi nesse “celeiro de pessoas públicas” que estudaram 55 ministros do Supremo Tribunal Federal e 13 presidentes, de Prudente de Moraes a Michel Temer. O pedido de impeachment que derrubou Dilma Rousseff, em 2016, foi elaborado por três ex-alunos da São Francisco — Janaína Paschoal, Miguel Reale Júnior e Hélio Bicudo. O apresentador Luciano Huck, que sonha em chegar ao Planalto, também estudou na instituição. Washington Luís, último presidente efetivo da República Velha, esteve entre os formandos da turma de 1891, ano em que Amâncio ingressou no corpo docente. Outros cinco chefes do Executivo tiveram aulas com o embalsamador — Rodrigues Alves, Artur Bernardes, Júlio Prestes, José Linhares e Nereu Ramos. Os escritores Monteiro Lobato, Oswald de Andrade e Antônio de Alcântara Machado também foram seus alunos.¹⁷⁴

Pistas sobre o conteúdo de suas aulas podem ser vislumbradas nos artigos que escreveu para a Revista da Faculdade de Direito de São Paulo. Amâncio descrevia os cadáveres como livros a serem cortados, abertos, lidos e decifrados. Dedicava especial atenção àqueles que se encontrassem putrefatos: em 1899, chegou a publicar um estudo de 27 páginas sobre os efeitos da decomposição nos corpos dos suicidas e vítimas de assassinato. Dois anos depois, se debruçaria novamente sobre o tema — desta vez, para justificar suas experiências com Jacinta. “Quando a ciência chega a essa altura, quando dominadora dos mares, da terra e do espaço, domina também o despertar da morte representado nessas múltiplas transformações da matéria orgânica, a que se denomina putrefação”, sentenciou no dia 1º de dezembro de 1901, em artigo publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo. “É o caso para se divinizá-la, pois, realmente, ela faz o que só se reputava obra divina.”¹⁷⁵

O milagre científico de Amâncio, posto à prova em Jacinta, consistia num método de embalsamamento baseado em injeções hipodérmicas de álcool metílico. “Assim comecei o trabalho”, relatou o médico. “À proporção que os dias corriam e os meses passavam, mais aumentava minha perseverança, mas me orgulhava por cultivar uma ciência que conseguira já, como neste caso, suspender a ação das leis da natureza.”¹⁷⁶

¹⁷⁴ *Idem.*

¹⁷⁵ *Idem.*

¹⁷⁶ *Idem.*

Amâncio tinha um sonho: erigir em São Paulo um panteão onde se venerariam os corpos daqueles que mais teriam se distinguido enquanto vivos — em suas próprias palavras, os “nobres”, os “ricos”, os “heróis”, os “tipos de bravura militar”, os “vultos gloriosos na ciência e na política”, os “que tudo merecem da pátria”. Como exemplos, citava seu velho amigo Barão de Cotegipe, o Barão de Rio Branco, o primeiro presidente da República brasileira, Deodoro da Fonseca, e seu sucessor, Floriano Peixoto. “Por que não conservá-los, embalsamados, mumificados, como exemplos capazes de imitação?”, questionava. “Os barões idolatrados por Amâncio, diz a pesquisadora, jamais seriam utilizados como cobaias em experimentos científicos. Esse papel sempre esteve reservado aos excluídos: “Para preservar a memória dos grandes, era necessário abusar daqueles que a ordem vigente desejava esquecer. É um caso muito ilustrativo de como o Brasil se mantém ainda hoje, valendo-se de corpos negros e pobres como escada para o progresso”.¹⁷⁷

Ao ser exibida pela primeira vez, no mesmo domingo em que Amâncio enaltecia barões e militares nas páginas do Estadão, Jacinta já estava morta há pouco mais de um ano. O pedestre que caminhasse pela Rua Quinze de Novembro, no centro da cidade, avistaria seu cadáver na vitrine da Charutaria do Commercio, em meio a isqueiros, cachimbos, cigarros, fumos importados e outros produtos de luxo. O *freak show* parece não ter despertado muita atenção da imprensa, embora alguns jornais mencionassem brevemente a “grande curiosidade” e as “enormes aglomerações” provocadas pela múmia no centro da cidade.

Dias depois, Jacinta foi levada à Faculdade de Direito. Ali permaneceria por três décadas. Amâncio a mantinha trancada num armário, à esquerda de sua mesa na Sala 7, onde os estudantes do quinto ano assistiam às aulas de medicina legal. O corpo exalava mau cheiro, a ponto de causar enxaqueca entre os alunos das primeiras filas. A despeito da presença extravagante, ninguém sabia seu verdadeiro nome. Alguns se referiam a ela como Benedita; outros tantos, como Raimunda. Mas, para a maioria dos alunos e funcionários, Jacinta era apenas a “múmia da faculdade”.¹⁷⁸

Exotismo, subserviência e exclusão social marcavam as lendas que a comunidade acadêmica tecia sobre suas origens. Dizia-se que havia sido uma “princesa ou rainha africana, trazida daquele continente como raridade”; uma “preta cujo ofício era vender laranjas”; uma

¹⁷⁷ *Idem.*

¹⁷⁸ *Idem.*

“mulatinha órfã”; uma “ex-escravizada”; uma “negrinha de vinte e poucos anos, encontrada morta na rua”; ou até mesmo a “serviçal que durante anos seguidos foi empregada de Amâncio”.

O álcool era um elemento comum a muitos desses relatos. No jornal catarinense *O Estado*, Jacinta era descrita como uma mulher “que tinha o hábito de beber” e “perambulava, quase sempre embriagada, pelas ruas do Centro e da Luz, permanecendo com especialidade no Largo do Palácio e no Largo São Francisco”. O *Diário Nacional*, de São Paulo, apontava, em tom jocoso, que a mumificação teria sido o resultado da “constante bebedeira em que vivia a pretinha celebrizada.

Jacinta foi desrespeitada e tratada como objeto em exposição, era mais uma “negrinha” que morrera nas ruas, como tantas outras que não despertam a empatia na população.

Jacinta, então, foi retirada do armário, enrolada num manto e arremessada pela janela. Na manhã de sábado, populares a encontrariam com o braço quebrado no início da Avenida Brigadeiro Luís Antônio, a cem metros do Largo São Francisco. A polícia, que inicialmente tomara a múmia pelo “corpo de uma preta que os seus assassinos, depois de matarem, haviam carbonizado”, não tardou a solucionar o caso: “tratava-se não de um crime, mas sim de uma magnífica pilhéria”, noticiaria o *Correio Paulistano* no domingo.¹⁷⁹

Em clima de chacota, as autoridades devolveram Jacinta à Sala 7 da Faculdade de Direito. Dias depois, Amâncio teria ameaçado reprovar toda a classe nos exames finais. “Os estudantes tremeram, portanto, pela sua voluntária falta, e foram ficando tristes”, relatou o *Diário Nacional*. “E o resultado de toda a brincadeira foi o mestre perdoar os seus alunos, esquecendo-se da sua posição de ofendido.”¹⁸⁰

3.2.3 *Um brinquedo*

Na faculdade de direito, Jacinta era utilizada como cabide e castiçal — os estudantes, segundo relatos, costumavam enfiar chapéus em sua cabeça e velas em suas mãos. Durante os trotes, calouros teriam sido obrigados a beijá-la na boca. Não raras vezes, afirmava o *Diário Nacional*, seu cadáver era encontrado “nas mais estranhas posições que o espírito de seus algozes inventava”. Às 22 horas de uma sexta-feira, 4 de outubro de 1907, um grupo de estudantes invadiu a sala de Amâncio, deixando sobre a mesa três cartas fictícias. Na primeira, a múmia informava ao embalsamador sua decisão de cometer suicídio. Na segunda, implorava à polícia que ninguém fosse responsabilizado pelo ato. Na terceira, confessava seu amor

¹⁷⁹ *Idem.*

¹⁸⁰ *Idem.*

platônico pelo aluno Benedicto Galvão, que em 1940 se tornaria o primeiro negro a presidir a seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil.¹⁸¹

Amâncio morreu em 17 de julho de 1928, vitimado por um ataque cardíaco. Na ocasião, os obituários o retrataram como um “professor bondoso”, destacando sua “complacência para com os discípulos pouco estudiosos”. Um ex-aluno discursou em seu enterro: “Não conheci inteligência mais dadivosa do que a tua”. José Joaquim Melo Neto, professor de direito administrativo e futuro governador paulista, disse sobre o colega: “Parecia um verdadeiro e antigo aluno da academia. Todas as tradições eram por ele conhecidas e respeitadas”.¹⁸²

Em abril de 1929, Emília da Silva Carvalho, viúva de Amâncio, solicitou à direção da faculdade que lhe entregasse os restos mortais de Jacinta. Alegava que a múmia era parte de seu patrimônio familiar e que pretendia dar a ela uma “sepultura cristã”. O pedido foi acatado dois meses depois, com apoio do Centro Acadêmico XI de Agosto, entidade que desde 1903 representa os alunos da instituição.¹⁸³

¹⁸¹ *Idem.*

¹⁸² *Idem.*

¹⁸³ *Idem.*

CAPÍTULO 4 - PRISÕES E AUTOS DE EXAMES DE SANIDADE NA CIDADE DE SÃO PAULO SÉCULO XIX-XX

Um certo processo relacionado a um escravizado encontrado nas ruas da cidade de São Paulo, preso e processado na Subdelegacia de Polícia do Distrito do Sul da Capital, em 20 de setembro de 1873, o subdelegado baixou a seguinte portaria:

Constando a este juízo ser demente o preto José, recolhido a cadeia na noite do dia 18 do corrente, como escravo de Dna. Maria das Dores do Amaral Fontoura, proceda-se a exame de sanidade na pessoa do mesmo, hoje pelas duas horas da tarde, na cadeia, notificando-se para isso, aos facultativos Drs. Francisco Honorato de Moura e Alfredo Elis, que no acto prestarão juramento.¹⁸⁴

Postam-se os especialistas médicos, agitando a clava da ciência e a ameaça de uma outra forma de escravidão: “a escravidão do asilo”. No mesmo dia, concluem os médicos, no auto de exame de sanidade:

Aos vinte dias do mez de setembro do ano de nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e setenta e tres, nesta Imperial Cidade de São Paulo e cadeia publica da mesma cidade, por ordem do subdelegado de polícia do distrito dosul, doutor João Antonio de Oliveira Campos, comigo escrivão de seu cargo, presentes o carcereiro da cadeia, e os peritos nomeados e notificados, doutores Francisco Honorato de Moura e Alfredo Elis, professores, moradores o primeiro a rua de São Bento e o segundo na Direita desta cidade, e as testemunhas João José da Silva, o dito carcereiro Joaquim Bernardo dos Santos, deferindo o juiz ao mesmos peritos, o juramento dos Santos Evangelhos (...) em que puserão suas mãos direitas e os encarregou que bem fielmente com verdade declarassem o que encontrassem e entendessem em sua consciencia acerca do preto José, escravo de dona Maria que se acha presente, e que respondessem aos quezitos seguintes. Primeiro, se o preto (...) sofre de alienação mental. Segundo, se é contínua ou tem intervalos. Terceiro, se é ou não parcial. Quarto, qual sua espécie ou genero. Quinto, se há cura para ella. E passando os peritos a fazer os exames e investigações necessárias declararam por escrito (...) que em regra um só exame não é possível discriminar as aberrações da intelligência ou as alienações, maximé quando observam-se efeitos de embriaguez. Assim, pois, (...) seria conveniente que o paciente fosse conservado em prisão por mais alguns dias, afim de ser melhor observado, também que um dos peritos, doutor Honorato, disse particularmente que a soltura do presente pode ser funesta. (...) Este preso pode sofrer unicamente de embriaguez, mas é possível que esteja ligado a um (ilegível) de alienação alcoolica. Em vista da exposição supra dos facultativos, o juiz ordenou a condenação do paciente, por mais alguns dias afim de verificar (...) o exame dos peritos...” Passados nove dias, feitas observações in loco e tomadas informações com o enfermeiro da Cadeia e com outros presos, foi lavrado um novo auto de exame de sanidade, no qual se conclui que “o preto é mao coerente nas idéias e tem momentos de alucinações, visto que levantasse alta noite entretendo-se com solilóquios (...) pelo que entendem elles peritos que deve o mesmo ser tratado no Hospício de Alienados.¹⁸⁵

Em uma decisão implacável, o juiz processante acata e condena o réu. Nos autos do processo há a seguinte declaração juntada e datada de 13 de setembro de 1871:

Declaro que entre os bens que possuo livres e desembargados, existe o escravo de nome José pequeno de 50 anos de idade, mais ou menos, ao qual de minha livre e espontanea vontade confiro liberdade, remetendo-o do captiveiro. Imponho-lhe porém

¹⁸⁴ Papéis avulsos, 1870-1880, vol. 80 (Coleção de documentos manuscritos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo).

¹⁸⁵ *Idem*.

a condição de conservar-se em minha companhia ou de minhas filhas, a fim de ser tratado com os cuidados de que se fez digno durante o tempo que nos tem servido. E de como assim resolvi libertar o escravo José pequeno, mandei passar a presente declaração que por mim assina Maria Genoveva do Amaral Ribas, em presença das testemunhas abaixo mencionadas.¹⁸⁶

Assinou a declaração Maria Genoveva do Amaral Ribas, por sua mãe, tendo as seguintes testemunhas: Pedro Gomes Pereira de Moraes e Ubaldino Benevenuto de Toledo Ribas. A declaração acima, além de eximir a ex-dona de qualquer encargo judicial, torna legal o processo de julgamento e a condenação porque, afinal, José pequeno já era um homem livre¹⁸⁷.

O Hospício de Alienados foi um reservatório das micro penalidades de uma sociedade que já se movia pela segregação institucional. O escrivão do hospício, João José Vieira Guimarães Jr, elaborou um quadro sucinto do movimento de dementes desde a criação do Hospício. De 1852 até 1888, 2.068 pessoas frequentaram seus quartos lúgubres. Apenas 640 internos saíram curados do hospício. Um total de 152 internos saiu da instituição por outros motivos. Os internos que faleceram durante suas internações somaram 1.013 indivíduos. Além das prisões administrativas efetuadas pela polícia, a internação também era solicitada por familiares ou por oficiais locais.¹⁸⁸ Exemplar, neste sentido, é a correspondência enviada pelo sub-capitão Manoel Assumpção, da Subdelegacia de Ubatuba, ao Chefe de Polícia do Estado, em 24 de dezembro de 1870:

Acha-se residindo nesta cidade, Henrique Gomes de Araújo, filho de Antonio Joaquim de Araujo, já falecido, e Ritta de Cassia Gomes d'Escobar com quem reside. Este moço sempre mysantropo, o que provocava soffrimento intellectual, acabou de ficar periodicamente sem o uzo da razão, a ponto de tentar contra os dias de sua may, que por esse motivo se acha homiziada. Accommettido de um accesso furioso no dia 10 do corrente, vi-me na necessidade de o fazer recolher à caza de charidade desta cidade, onde infelizmente nao poudeser conservado, já por falta de commodo conveniente, e já mesmo por que sua mai sendo pobrissima, não pode concorrer com a alimentação e despesas que taes casos urgem. Assim, pois consulto a V. Excia sobre o procedimento que devo ter a respeito, visto que se torna elle de perigo imminente, na sociedade, pois nesse estado de loucura não respeita a quem quer que seja; e por tanto se devo ou não remmette-lo a essa Capital, e no caso affirmativo com que vias, e quaes as seguranças que devo observar.¹⁸⁹

¹⁸⁶ Papéis avulsos, 1870-1880, vol. 80 (Coleção de documentos manuscritos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo).

¹⁸⁷ CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 58-63.

¹⁸⁸ *Idem, Ibidem*, p. 77.

¹⁸⁹ O Hospício foi estabelecido por ordem de Nabuco de Araújo, em 1848, sendo inaugurado em 1852, porque a Santa Casa de Misericórdia não se dispôs a implantar um estabelecimento do gênero. O caráter do estabelecimento era menos na direção da cura, e mais na direção da caridade. Embora não se possa falar de uma melhoria na qualidade do tratamento dado aos alienados nessa instituição, antes delas, eles eram encerrados em cadeias públicas sem nenhuma formalidade processual. O hospício aguentou às duras penas em seu endereço da Rua de São João, sendo transferido para a rua Tabatinguera, no edifício do antigo Seminário dos Educandos, por ter mais amplas instalações. MARTINS, Antônio Egydio. *São Paulo Antigo (1554-1910)*. Editora Paz e Terra, 2003, p. 58-61; CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*.

Essa inquietação com o fenômeno da loucura preenche a correspondência das autoridades do Estado de São Paulo, e sua consequência imediata é a superlotação do hospício. O administrador do hospício, Frederico Antonio de Alvarenga, envia, em 24/05/1872, a seguinte carta ao Presidente da Província: O dr. chefe de Polícia pede a V. Exa. autorização para que sejam recolhidos a este Hospício o réo demente J.J. M., bem como J. V. e Desidério A. A., que se acham na Cadeia da capital, tenho a honra de informar a V. Exa. que existem hoje neste.¹⁹⁰

Dando cumprimento ao despacho de Va. Exa. de 17 do corrente, proferido no ofício incluso em que o Juiz de Órfãos de Campinas pede a Va. Exa. autorização para remeter a este Hospício a demente M. C. existente na Cadeia daquela Cidade, tenho a honra de informar a Va. Exa. que não há atualmente cômodos para mulheres, principalmente furiosas, e que as existentes acham-se muito aglomeradas, resultando dessa aglomeração brigas e desordens entre elas, não havendo mais prisões desocupadas para separá-las, portanto, parece-me que, por enquanto, não se deverá aumentar o número de alienadas, em vista das dificuldades com que o Estabelecimento está lutando por falta de acomodações. Deus Guarde Va. Exa.¹⁹¹

É surpreendente, neste sentido, a profusão de ofícios que encaminham mulheres ébrias ou dementes para instituições manicomiais ou asilares no período. As mulheres pobres tinham forte presença no cotidiano urbano, em atividades econômicas marginais em relação à economia exportadora, em contraste com o mundo recatado e protegido das mulheres da elite.¹⁹²

As mulheres, negras ao ganho, lavadeiras do rio Tamanduateí, negras do tabuleiro, quitadeiras ou mesmo donas de cortiços endividadas com o imposto municipal em situação de confronto com as forças da ordem. Mais de um terço da população do hospício era constituído por mulheres. Mesmo com as reformas promovidas por Franco da Rocha, após assumir o cargo de diretor do Hospício, em 1896, e construir o complexo do Juqueri em bases “racionais e científicas”, a instituição manicomial permaneceria como um dispositivo mais de reclusão do que um espaço de cura.¹⁹³

No relatório do presidente da província de 1878, o chefe de polícia do Estado, Joaquim de Toledo Pisa e Almeida, considerava que o estado das prisões públicas ainda não era “lisongeiro”. As cadeias eram destino para uma grande quantidade de presos que aí permaneciam enquanto aguardavam julgamento. Além de a maioria das casas utilizadas para

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 58-63.

¹⁹⁰Papéis avulsos, 1870-1880, vol. 80 (Coleção de documentos manuscritos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo).

¹⁹¹Papéis avulsos, 1888-1899, vol. 80 (Coleção de documentos manuscritos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo).

¹⁹² CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*.

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 58-63.

¹⁹³ *Idem*.

detenção na província serem alugadas, elas não ofereciam nenhuma segurança e não permitiam cumprir as determinações da legislação criminal. A Cadeia Pública da Capital, por exemplo, até meados do século XIX, permanecia numa construção dos tempos coloniais e, entre suas paredes, juntava-se toda espécie de delinquentes¹⁹⁴. O chefe de polícia e seus delegados mandavam internar quem quer que fosse, bastando para isso um simples bilhete. Em 1872, a Subdelegacia do Sul da Sé enviou M. D. para a cadeia por ser esta uma ébria habitual, o mesmo ocorrendo com Joaquim Antonio.¹⁹⁵

As mulheres “má comportadas” eram correccionalmente presas, como foi o caso de Francisca, codinominada Vaca, e obrigadas, após procedimento sumário, a assinar termo de bem viver:

Provando-se pelos depoimentos das testemunhas ser a indiciada Francisca Rosa do Rosário, bebida e (...) neste estado, turbulenta, achando-se por isso compreendida nos disposições do artigo 12 e 20 do Código; artigo 111 do Regulamento número 120 de 31 de janeiro de 1842, obrigo-a a assinar termo de bem viver para que se coiba de semelhante procedimento, cominando-lhe a punição de 30 dias de prisão e quinze mil réis de multa no caso de transgressão do termo, que deverá assinar em 24 horas, pagando as custas em que a condemnno (...) assinado o livro competente (...) São Paulo, 3 de dezembro de 1873¹⁹⁶

Em maio de 1872 escrevia o subdelegado: “*Hontem por ordem desta repartição foi recolhido a cadeia o reo Luiz, escravizado condenado a galês perpétuas, vindo da cidade de areias, o qual foi posto à disposição do dr. juiz municipal*”. A Cadeia também abrigava os condenados à pena de prisão simples. Os escravizados condenados à pena de galês, durante o dia, trabalhavam na limpeza pública e em serviços de manutenção dentro da Cadeia, da Casa de Correção, do Hospício e do Quartel. A pena de prisão com trabalho, que era a principal forma de punição estipulada pelo Código Criminal de 1830, somente começou a ser cumprida com a criação da Casa de Correção de São Paulo. Mas, o regime penitenciário inaugurado com a Casa de Correção aumentou o processo de encarceramento massivo, antecipando um lineamento que ganhará força na Primeira República, qual seja, o da formação de um complexo pedagógico-tutelar de disciplinamento dos delinquentes¹⁹⁷

¹⁹⁴ CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

¹⁹⁵ *Idem*.

¹⁹⁶ Papéis avulsos, 1870-1888, vol. 80 (Coleção de documentos manuscritos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo).

¹⁹⁷ SALLA, Fernando. As prisões em São Paulo: 1822-1940. SCIELO, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/BR3h8PGwj5FQW7Cmkg8XMnh/?lang=pt>. Acesso em 18 fev. 2022.

O Chefe de Polícia, Manoel Juvenal Rodrigues da Silva, queixava-se, no relatório que encaminhou ao Presidente da Província, em 1886, que a reforma judiciária de 1871 teria limitado em muito os poderes da polícia:¹⁹⁸

Quando a polícia, vencendo as maiores dificuldades, entrega o criminoso a justiça, acompanhado de provas as mais claras do seu crime, ou elle é solto por uma sentença de despronuncia, que não abona á quem a profere, ou é absolvido pelo Jury, que tal como é constituido em nosso paiz (...) inconscientemente anima á perpetração de novos crimes, e faz crêr aos parentes, amigos e visinhos do absolvido, por não terem instrução civil, religiosa e principalmente doméstica, que quem mata, fere, rouba ou perturba a paz das familias, não faz mal nenhum!¹⁹⁹

Este tipo de queixa vai se transformar na principal crítica que as autoridades policiais endereçam à justiça. Mas não se deve tomá-la ao pé da letra. O sistema legal brasileiro sempre permitiu ampla margem de manobra para a polícia, dentro da lei, e não contra ela. Vez ou outra, leis e decretos deram maiores atribuições processuais à polícia, mas, à margem das limitações jurídicas, a polícia continuaria conformando e exercendo seus próprios mecanismos de contenção social, justiça e punição. As diferentes práticas de controle e punição da criminalidade e da desordem social evidenciavam relações sociais sub-reptícias, marcadas pela hierarquia e pela falta de simetria jurídica dessa sociedade.

4.1 A CRIMINALIZAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS E AS PRISÕES EM SÃO PAULO

No que tange à questão da criminalidade feminina, na visão de Nina Rodrigues, há uma concepção complementar à que aparece em “Os africanos no Brasil”. A mulher civilizada, ou seja, aquela pertencente às raças superiores é mais controlada socialmente do que aquela selvagem, dos povos pertencentes às raças inferiores. Assim, ainda que não seja seu único padrão de comparação, a criminalidade feminina aparece nas condutas como “aborto e infanticídio”, tidas nas sociedades superiores como crimes, e, nas inferiores, são costumes, quando não são incentivadas e aclamadas. Veja-se:

Para um observador attento e despido de prejuízos, o crime não é mais do que um conceito relativo, á semelhança do di-reito de que é a negação; resulta dahi que o que é para nós acção delictuosa póde não ser tal para outros povos da terra; que actome recedor de castigo em tempos idos póde bem ser tido hoje por digno de enconomicos: nos ele-mentos constitutivos dos crimes em particular. E a mim me parece tão evidente este principio que não insisto em demonstral-o: delle terei de dar exemplos luminosos quando me occupar do homicídio, do aborto, do infanticídio, dos atentados contra os bons costumes. Que finalmente, sahindo da raça européa, en-contramse antes de chegar aos selvagens, so-ciedades semi-civilisadas que autorisam o infanticídio e a venda das creanças, que hon-ram a prostituição e fizeram mesmo do adultério uma instituição ?Estes factos são muito conhecidos para que seja necessario insistir nelles.”²⁰⁰

¹⁹⁸ Registro geral da câmara municipal de São Paulo, vol. XXVI, 1886. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 1938.

¹⁹⁹ *Idem*.

²⁰⁰ RODRIGUES, Nina. 1895. Editorial. *Revista Médico-Legal*, p. 41-2.

Neste excerto, as condutas que Nina Rodrigues descreve como selvagens são condutas que perpassam experiências femininas como o aborto, o infanticídio, a prostituição, a venda de crianças e o adultério. Segundo Rodrigues, na raça europeia, mais “desenvolvida”, as mulheres não praticam tais atos, mas nos povos selvagens, como os indígenas e os negros, essas condutas são instituídas socialmente enquanto costumes. Assim, vê-se nesse ponto como a raça é fator determinante de seu entendimento de controle feminino.

O discurso de Nina Rodrigues permitiu construir imagens estereotipadas sobre mulheres negras vistas como, Prostitutas, feias, mães de santo, africanas, amantes, avós impiedosas, mães irresponsáveis, vendedoras ambulantes, loucas, raivosas, degeneradas e, por fim, criminosas eram as qualificações associadas ao feminino que era desviante nas negras. E ao contrário, estavam as mulheres brancas. As mulheres negras era atribuído o aborto, infanticídio e prostituição.

Nina Rodrigues contribuiu para a construção do discurso estereotipado sobre mulheres negras (prostitutas, mães impiedosas, insaciáveis) e contribuiu para a criminalização da população negra de modo geral no Brasil.

4.2 LITERATURA BRASILEIRA: A ARGAMASSA DA MÍTICA DA “NEGRA MALUCA”

*“Sem fazer monopólio, os loucos são da
proveniência mais diversa, originando-se em
geral das camadas mais pobres da nossa gente
pobre. São de imigrantes italianos,
portugueses e outros mais exóticos, são os
negros, os roceiros que teimam em dormir
pelos desvãos das janelas sobre uma esteira
esmolambada e uma manta sórdida.”*
(Lima Barreto, 2010, p.48)

Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo [...] a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena e do negro. [...] No litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Sul, e em Minas Gerais, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota, do africano. [...] em tudo o que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama de vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo²⁰¹.

Segundo Silva²⁰², aquilo que é apontado como influência negra na vida dos sujeitos brancos, desde uma recepção crítica à ideologia da branquitude, revela a violência do regime escravista e, assim, explicita o lugar de subalternidade da população negra: as mulheres impelidas aos cuidados para com os filhos dos senhores brancos e submetidas ao abuso sexual; as crianças expostas à dimensão exploratória do trabalho, incumbidas de entreter aqueles que numa mirada externa lhe são semelhantes, mas que nem de longe, no âmbito hierarquizado das relações coloniais, constituem-se como iguais, na medida em que aos “moleques” cabe a subserviência até mesmo no ato de brincar. Nesse caso, a aparência de relação afetiva e pacífica se desfaz e a tentativa de cumplicidade entre autor e leitor não se constrói.

O excerto do “clássico texto do pensamento intelectual brasileiro” abre margem metonimicamente para a exposição da ideologia da “democracia racial,” a qual se incrustou nas redes discursivas vinculadas às proposições sobre o caráter do país e resiste às mais contundentes investidas críticas. No caso da relação entre negros e brancos presente no excerto, sublima-se a agressividade da escravidão e mascara-se a posição social da população negra do

²⁰¹ MARCUSSI, Alexandre Almeida. Mestiçagem e perversão sexual em Gilberto Freyre e Arthur de Gobineau. *SCIELO*, 2013, p. 367

²⁰² SILVA, Fabiana Carneiro da. *Mulher negra entre a maternidade e a violência: a representação rasurada na literatura canônica brasileira*. 2016. Disponível em: file:///C:/Users/APOIO2/Downloads/4837-Texto%20do%20Trabalho-8530-1-10-20190925.pdf. Acesso em 01 out. 2021.

período. Não deixando de considerar que o trabalho de Freyre tem como lastro um processo de construção discursiva que lhe antecede, pode-se afirmar que de modo análogo ao mecanismo mobilizado em seu texto, a literatura alçada à condição de nacional operou um recalque no que diz respeito à representação negra. Quase um século depois da primeira publicação de “Casa Grande e Senzala”, ainda é notória a escassez da presença de personagens e narradores negros e negras no corpo de obras publicadas pelas grandes editoras do país; quando surgem, esses personagens são construídos a partir de noções estereotipadas e estigmatizadas do sujeito negro brasileiro.

O conhecido ensaio de Sander Gilman intitulado “*Black bodies, white bodies: toward na iniconography of female sexuality in late nineteenth-century art, medicine and literature*,”²⁰³ pontua a existência de uma rede de convenções, situada tanto na esfera científica quanto na estética, a qual representa as realidades dos corpos negros quase que exclusivamente a partir da sexualidade. Conclui que, no século XVIII, a sexualidade dos homens e mulheres negras tornou-se um ícone para os desvios sexuais de modo geral.

Segundo Sander²⁰⁴, duas convenções de representação da diversidade humana do século XIX flagradas nos ícones da mulher hotentote e no ícone da prostituta. Ainda segundo Gilman, a animalidade e o desregrado apetite sexual da mulher negra representavam a antítese dos costumes sexuais europeus. Nesta perspectiva, tanto a ciência quanto a estética da época reiteravam as “anomalias” dos corpos e psiquê dos negros e negras. Chama a atenção ainda para o episódio da exposição do corpo nu de Sara Batmamann, no século XIX, em Paris e Londres, durante mais de cinco anos – o que atesta a objetificação do corpo da mulher negra, reduzido apenas a quadris e genitália “anormais”.

A percepção da prostituta no século XIX também emerge da representação das negras na citada rede, forjando um link entre cor e patologia, entre negros, especialmente negras, e doença: “a associação de negros, especialmente negras com a sifilofobia do final do século XIX era, pois, manifesta. Mulheres negras não só representam a mulher sexualizada, elas também representam a mulher como fonte de corrupção e doença”²⁰⁵ e ainda como fonte de perversidade. Considero interessante trazer à cena ainda os textos de Hooks e Hall. No texto “*Eating the other, desire and resistance*”, Bell Hooks²⁰⁶ discute uma questão sempre presente

²⁰³ SANDER, L. Gilman. Corpos negros, corpos brancos: em direção a uma iconografia da sexualidade feminina na arte, medicina e literatura do final do século XIX. *Investigação crítica* 12 (1): 204 (1985).

²⁰⁴ *Idem*.

²⁰⁵ *Idem*

²⁰⁶ HOOKS, Bell. *Black looks race and representation*. Boston: South End Press, 1992.

quando se fala da alteridade, ou melhor, do corpo da alteridade, a saber, a relação entre desejo e repulsa. Hooks afirma que, nos contextos contemporâneos, etnicidade se torna um tempero, uma especiaria a tornar mais saborosa a cultura hegemônica. Neste sentido, a alteridade, vista como primitivo outro, continuará sendo explorada e consumida na realização de fantasias que mantêm intactas as hierarquias e a supremacia da “cultura branca”. E pontua:

When race and ethnicity become commodified as resources for pleasure, the culture of specific groups, as well the bodies of individuals, can be seen as constituting an alternative playground where members of dominating races, genders, sexual practices affirm their power-over in intimate relations with the Other. Cf. Hooks, Black looks²⁰⁷.

Já o escritor Stuart Hall, no texto “Que ‘negro’ é esse na cultura negra?”, apresenta “três comentários incompletos” sobre as tradições negras na diáspora e também ressalta a importância do corpo, agora para as mulheres e homens negros:

1 - dentro do repertório negro, o estilo (...) se tornou em si a matéria do acontecimento. 2 - deslocado de um mundo logocêntrico (...) o povo da diáspora negra tem, em oposição a tudo isso, encontrado a forma profunda, a estrutura profunda de sua vida cultural na música. 3 - essas culturas têm usado o corpo como se ele fosse, e muitas vezes o foi, o único capital cultural que tínhamos. Temos trabalhado em nós mesmos como em telas de representação.²⁰⁸

Hall ressalta a constituição de uma sólida imbricação entre sujeito que fala/representa e o que é representado; ou seja, ele inter-relaciona intimamente sujeito e objeto, tornando ambos “lugares de contestação e resistência”, contrariando alguns discursos tradicionais que representaram os corpos negros como inertes objetos, como espaço para domesticação e para a realização de seus desejos reprimidos. A leitura de vários exemplos da textualidade brasileira, literária ou não, aponta para uma percepção do corpo da mulher negra como este objeto do prazer sem culpa para os homens brancos, do prazer primitivo, prazer livre das amarras da tradição judaico-cristã no qual a mulher negra figura apenas como objeto de consumo e de satisfação do homem. Muitas vezes a exposição de corpos “perfeitos” de acordo com os padrões estéticos instituídos pela mídia, na verdade, somente reitera a voracidade das tradições brancas no consumo do Outro, seus corpos e tradições como objetos, mercadorias disponíveis para as pessoas que compõem o grupo étnico tido por superior e, portanto, sujeito consumidor. Das índias às africanas e afrodescendentes, as mulheres no Brasil foram assim representadas e assim “consumidas” por uma tradição patriarcal, sexista e racista.

²⁰⁷ Quando raça e etnia se tornam mercantilizadas como recursos para o prazer, a cultura de grupos específicos, bem como os corpos dos indivíduos, podem ser vistos como constituindo um playground alternativo onde membros de raças, gêneros e práticas sexuais dominantes afirmam seu poder nas relações íntimas com o Outro. Cf. Ganchos, aparência preta. HOOKS, Bell. *Black looks race and representation*. Boston: South End Press, 1992, p. 23.

²⁰⁸ HALL, Stuart. *Da diáspora – identidades e mediações*. Belo Horizonte: Editora. UFMG, 2002, p. 342.

4.3 JORGE AMADO SÉCULO XX: ESTEREOTÍPICO DA MULHER NEGRA

Segundo Nascimento:²⁰⁹

Ao longo do século XX, a literatura e o cinema produziram e disseminaram uma série de representações sobre mulheres negras que fortemente povoam o nosso imaginário social.

Pautada nos estudos de Stuart HALL,²¹⁰

Tais representações enquanto formas de produção de sentidos para a existência, a desempenho e as subjetividades de mulheres negras, podem ser identificadas nas palavras, gestos, emoções, histórias e imagens que criamos e usamos em nossas práticas cotidianas para se referir a elas, caracterizando-as, classificando-as, adjetivando-as e conceituando-as.

Assim sendo, o significado e status das representações tende a ser uma ligação em relação à cultura, as identidades, os saberes e o poder, dessa forma se trata de uma conduta representativa característica do objetivo, “tão primordial como à base econômica ou material para a forma de sujeitos sociais e circunstâncias” logo que é capaz de presidir usos, inventar ou construir identidades e parcialidades.

Para Nascimento,²¹¹

Alguns filmes nacionais revelam estas representações estereotipadas acerca da população negra, dentre eles destacamos as produções de Xica da Silva (1976), O poeta do desterro (1999), Também somos irmãos (1949), Compasso de espera (1973), Ganga Zumba (1964), A rainha diaba (1975), Favela dos meus amores (1935), Gabriela (1982), Uma mulata para todos (1975) e Sinhá Moça (1953). Tais filmes revelam os papéis instituídos historicamente à população negra, ligados ainda a uma sociedade colonial, patriarcal e escravista que estabeleceu para os/as negros/as um lugar social inferior e subalternizado nas relações sociais. As representações das mulheres negras que predominam no imaginário social brasileiro estão, portanto, calcadas em imagens negativas que tenderam a afirmar sua subalternidade, vulnerabilidade, passividade, servilismo, desclassificação estética, sexualidade patológica e sensualidade excessiva.

Ainda com o fim da escravidão, as representações das mulheres negras ainda são destacadas por cultura racistas, sexistas e colonialistas que carecem ser historicizadas a fim de revelar seus dispositivos de construção e funcionamento. Os estudos feministas direcionados às mulheres negras no Brasil têm desvelado demais símbolos de suas subjetividades e experiências históricas, em rastreio da diversidade de suas experiências e da desnaturalização de expressões depreciativas e estereotipadas que tradicionalmente apresentam suas relações sociais. Tais estudos apontam para o caráter histórico, político e social destas representações, ao mesmo tempo em que aspiram apresentar distintas possibilidades de desempenho para estas mulheres

²⁰⁹ NASCIMENTO, Renata Melo Barbosa do. *Representações de mulheres negras: literatura de Jorge Amado nas lentes do cinema (1935-1969)*. Copene Regional, 2018. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1531096059_ARQUIVO_TextoCOPENE2018.pdf. Acesso em 06 mar. 2022.

²¹⁰ HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. São Paulo: Apicuri, 2016.

²¹¹ NASCIMENTO, 2018 Apud CARNEIRO, 1995, p. 547

na história, ou seja, imagens que celebrem uma divisão com aquelas que naturalizam e criticam a cultura e práticas destas mulheres.

Nas palavras de Como bem disse Bebel Nepomuceno:²¹²

*Se nas primeiras décadas do século XX era bastante difundido o dito "branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar, hoje, mesmo com todas as mudanças culturais, mulheres afrodescendentes, principalmente as mestiças ou "mulatas", continuam a ser alvos do estereótipo de as mais sensuais e libidinosas entre as mulheres, perpetuado, principalmente, através da mídia, particularmente a televisão. Essa herdou (e reproduziu até muito recentemente) dos romances e folhetins do período escravista personagens negras que obedecem a certo padrão de comportamento: ora humilde e resignada, ora infantilizada, ora irresponsável ou má, ora imoral ou sedutora. Essas caracterizações conviveram durante muito tempo com a condição de alegoria da personagem negra, principalmente a feminina, eternizada em papéis subalternos, desvinculada de laços familiares e destituída de história própria.*²¹³

Com relação às mulheres brancas, foram mais representadas como ideais estéticos, como “moças de família”, mais propensas ao casamento e à maternidade nos moldes cristãos.

No poema de Luis Gama vemos uma descrição sensual e apaixonada da mulher negra.

Meus Amores

*Pretidão de amor,
Tão leda a figura
Que a neve lhe jura,
Que mudara a cor.
CAMÕES - Endechas
Meus amores são lindos, cor da noite
Recamada de estrelas rutilantes;
Tão formosa creoula, ou Tétis negra
Tem por olhos dois astros cintilantes.
Em rubentes granadas embutidas
Tem por dentes as pérolas mimosas,
Gotas de orvalho que o inverno gela
Nas breves pétalas de carmínea rosa.
Os braços torneados que alucinam,
Quando os move perluxa com langor.
A boca é roxo lírio abrindo a medo,
Dos lábios se distila o grato olor.
O colo de veludo Vênus bela
Trocara pelo seu, de inveja morta;
Da cintura nos quebras há luxúria
Que a filha de Cíneas não suporta.
A cabeça envolvida em núbia trunfa,
Os seios são dois globos a saltar;
A voz traduz lascívia que arrebatava,*

*Ao ver no chão tocar seus pés mimosos,
Calçando de cetim alvas chinelas,
Quisera ser a terra em que ela pisa,
Torná-las em colher, comer com elas.
São minguados os séculos para amá-la,
De gigante a estrutura não bastara,
Que um seu lascivo olhar tudo prostrara.
Se a sorte caprichosa em vento, ao menos,
Me quisesse tornar, depois de morto;
Em bojuda fragata o corpo dela,
As saias em velame, a tumba em porto,
Como os Euros, zunindo dentre os
mastros,
Eu quisera açoitar-lhe o pavilhão;
O velacho bolsar, bramir na proa,
Pela popa rojar, feito em tufão.
Dar cultos à beleza, amor aos peitos,
Sem vida que transponha a eternidade,
Bem que mostra que a sandice estava em
voga
Quando Uranus gerou a humanidade.
Mas já que o fato iníquo não consente,
Que amor, além da campa, faça vasa,
Ornemos de Cupido as santas aras,*

²¹² NEPOMUCENO, B. Protagonismo ignorado. In: Pinsky, C. B. & Pedro, J. M. Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2018.

²¹³ *Idem*, *Ibidem*, p. 404.

— *É coisa de sentir, não de contar.* *Tu feita em fogareiro, eu feito em brasa.*²¹⁴
Quando a brisa veloz, por entre anáguas
Espaneja as cambraias escondidas,
Deixando ver aos olhos cobiçosos
As lisas pernas de ébano luzidas.
Santo embora, o mortal que a encontra
pára;
Da cabeça lhe foge o bento siso;
Nervosa comoção as bragas rompe-lhe,
E fica como Adão no Paraíso.
Meus amores são lindos, cor da noite,
Recamada de estrelas rutilantes;
Tão formosa creoula, ou Tétis negra,
Tem por olhos dois astros cintilantes.
De Marte o coração, alma de Jove,

Porém, apesar dessa representação, a mulher negra ser vista como aquela que seduz e deixa o homem “*tal qual Adão no paraíso*”, se diferencia entre as demais do mesmo período porque nela é destacada a beleza da mulher negra de pele escura, valorizando os traços africanos dessa mulher. Luis Gama define um tipo de beleza absolutamente em contradição aos cânones românticos, se desvincilha do eurocentrismo estético, apesar de continuar sensualizando o corpo da mulher negra como os demais autores do período. Gama elege o negro, a beleza da mulher negra, como motivos poéticos, rompendo com o indianismo romântico, enquanto único formador da identidade nacional.

Sua obra satírica vai além do Abolicionismo e da denúncia ao racismo, propondo outra ideia de identidade nacional que incorporasse a negritude brasileira, podendo ser vista como uma arma contra o embranquecimento e uma valorização da negritude. Mesmo tendo sido educado num padrão eurocêntrico; na sua poesia podemos encontrar traços da tradição oral africana e uma inversão satírica de valores europeus.

4.4 BERTOLEZA E RITA BAIANA: A INVENÇÃO DA MÃE PRETA E A DEVASSA NA OBRA “O CORTIÇO” DE ALOISO AZEVEDO

Lançado, em 1890, o livro “O Cortiço”, de Aluísio Azevedo, é considerado o melhor representante do movimento naturalista brasileiro. Trata-se de um romance que se tornou peça-chave para entender o Brasil do século XIX. Mas vale observar que, como obra literária, ele não pode ser entendido como um documento histórico daquela época. Contudo, também não

²¹⁴ Poema *Meus Amores* foi publicado no Jornal Diabo Coxo em 3 de setembro de 1865, depois foi inserido nas Primeiras Trovas Burlescas, único livro publicado por Luís Gama, a partir da terceira edição.

se pode ignorar as relações sociais e as ideologias do país representadas ao longo da narrativa e que de fato se tornam uma alegoria brasileira.

Silvane Aparecida da Silva,²¹⁵ analisa a personagem Bertolesa da obra o “Cortiço” de Aluísio Azevedo na perspectiva da representação da mulher negra de pele escura vista como feia e indesejável, servindo apenas para o trabalho. Ainda segundo Silva²¹⁶, se repararmos nos escritos, verificaremos que a beleza elogiada foi sempre a da mulher branca ou da “mulata”, negra de pele mais clara e cabelos encaracolados. É difícil encontrar uma representação da mulher negra de pele escura e cabelo crespo como bonita e desejável.

O romance O Cortiço é um clássico da literatura nacional amplamente estudado na academia, sendo uma obra que superou o advento do Naturalismo desenvolvido na França por Émile Zola²¹⁷. Azevedo tem conquistado seguidores por ser considerado o representante brasileiro desta escola literária. Este escritor ganhou espaço ao retratar a sociedade a partir de uma visão científico-realista, unindo as teorias vigentes na época para falar e mostrar assuntos do cotidiano brasileiro. Retrata temáticas ousadas que se mostravam inerentes ao contexto social de então e próprias para serem representadas por este gênero literário, e que não tinham sido explicitamente ilustrados em períodos anteriores. Aluísio Azevedo era narrador onisciente e conhecedor de tudo o que escrevia, entrelaçava na narrativa seus personagens no contexto social e político. Trata-se de um contexto sócio-político brasileiro imediatamente posterior à Abolição oficial da escravidão (1888) e da Proclamação da República (1889), e de aceleração da expansão do capitalismo.

No capítulo I – o realismo e o naturalismo – conceituamos esses dois gêneros literários, mostrando o estilo adotado por Aluísio Azevedo. Neste espaço fazemos também uma breve contextualização histórica do Brasil do final do século XIX, com ênfase ao espaço social da

²¹⁵ SILVA, Silvane Aparecida da. *Racismo e Sexualidade nas Representações de Negras e Mestiças no Final do Século XIX e Início do XX*, 2008. Dissertação de mestrado em História Social (PUC0SP).

²¹⁶ *Idem*.

²¹⁷ Émile-Édouard-Charles-Antoine Zola. Jornalista e romancista francês do século XIX, considerado um dos principais escritores do Naturalismo. Émile Zola. Disponível em: < https://www.suapesquisa.com/quemfoi/emile_zola.htm>. Acesso em: 24 set. 2021

periferia urbana na cidade do Rio de Janeiro, tendo como suporte teórico alguns autores: Nelson Werneck Sodré²¹⁸, José Murilo de Carvalho²¹⁹ e Antônio Cândido²²⁰.

No Capítulo II adentramos no tema em questão – a representação das mulheres negras na obra –, analisando as personagens femininas negras no que se refere às condições de vida, de trabalho, formação familiar, situação de preconceito e violência de gênero e raça. É analisada também a forma como é descrito o cotidiano das mulheres negras a partir das teorias científicas da época, tendo como representantes mais analisadas na obra as personagens Bertoleza, Rita Baiana, Marciana e a sua filha Florinda.

O capítulo III é uma abordagem sobre as mulheres negras da contemporaneidade na perspectiva do processo de luta de sua emancipação pessoal e social. Serão tratadas algumas conquistas alcançadas através da organização do Movimento Negro no Movimento Feminista. Para a análise de questões pertinentes deste processo emancipador, utilizamos estudiosas como Carneiro²²¹, Davis²²² e Saffioti²²³, constituindo-se em pesquisadoras que abordam de distintas formas a desconstrução de estereótipos que marcaram a história das mulheres negras brasileiras e os resultados conquistados no que tange ao protagonismo, à autonomia e aos direitos sociais.

4.5 A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NA OBRA

Esse tópico dedica-se a mostrar as principais personagens negras identificadas na obra *O Cortiço*, sendo Bertoleza e Rita Baiana as mulheres mais representadas no contexto da narrativa. Ao longo do enredo outras personagens negras ganharam sentido e expressão, tais como a mulata Florinda e sua mãe Marciana. O objetivo neste espaço é retratar a discriminação social e todo tipo de preconceitos sofridos pelas mulheres negras no cortiço. As personagens na obra são uma representação típica da situação vivida pelas mulheres negras em geral, a começar por suas moradias, o cortiço de João Romão, o trabalho exercido, o tratamento pessoal e a

²¹⁸ SODRÉ, Werneck, Nelson. *O naturalismo no Brasil*. Ed. Civilização Brasileira S.A.: Rio de Janeiro, 1965. Disponível em <file:///C:/Users/jails/Desktop/Livro%20O%20naturalismo%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021

²¹⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

²²⁰ CÂNDIDO, Antônio. *De cortiço a cortiço*. Novos Estudos CEBRAP N° 30, julho de 1991 p. 111-129. Disponível em <file:///C:/Users/jails/Desktop/De%20cortiço%20a%20cortiço%20Antonio%20Candido.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

²²¹ CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Geledés. Disponível em <file:///C:/Users/jails/Desktop/Emancipação%20da%20mulher%20negra%20CarneiroFeminismo%20negro.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

²²² DAVIS, Angela. *Mulher, raça e classe*. 1ª ed. – Grã Bretanha: The Women's Press, Ltda, 1982. Disponível em: <file:///C:/Users/jails/Desktop/Livro%20Angela%20Davis%20Mulheres,%20raça%20e%20classe.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

²²³ SAFFIOTI, B. I. Heleieth; VARGAS, Mônica Muñoz (Orgs.). *Mulher brasileira é assim*. Brasília: Rosa dos Tempos, 1994.

violência de gênero que sofriam, a forma como eram vistas aos olhos da elite burguesa num contexto de marginalização social. O preconceito racial das mulheres negras representadas na obra em questão, para reforçar nosso argumento, é analisado sob a perspectiva determinista e por meio das teorias científicas de viés positivista e/ou naturalista. Cândido (1991) enfatiza que no romance de Azevedo os brancos europeus, sobretudo, os portugueses, eram considerados diferentes e superiores aos demais brasileiros. Ele afirma que era vista como legítima a seguinte composição social²²⁴

BRANCO = EUROPEU; EUROPEU X MESTIÇO OU NEGRO = BRASILEIRO

Nesta hierarquia social naturalizada, as mulheres negras ocuparam a posição mais baixa e deprimente da pirâmide social, não figurando como brasileiras. Rago faz a seguinte descrição da situação social vivida por elas:

As mulheres negras, por sua vez, após a Abolição dos escravos, continuariam trabalhando nos setores os mais desqualificados recebendo salários baixíssimos e péssimo tratamento. Sabemos que sua condição social quase não se alterou, mesmo depois da Abolição e da formação do mercado de trabalho livre no Brasil. Os documentos oficiais e as estatísticas fornecidas por médicos e autoridades policiais revelam um grande número de negras e mulatas entre empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, doceiras, vendedoras de rua e prostitutas, e suas fotos não se encontram nos jornais de grande circulação do período – como o *Correio Paulistano* e *O Estado de São Paulo* ou o *Jornal do Comércio* e *A Noite*, do Rio de Janeiro –, ao contrário do que ocorre com as imigrantes europeias²²⁵

Já no primeiro capítulo da obra literária, a subordinação dos negros aos brancos é identificada pelo narrador ao citar a posição da personagem Bertoleza diante de suas escolhas ao aceitar o convite de João Romão para morarem juntos: “Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua”²²⁶

A situação se repete com a personagem Rita Baiana, considerada pelo escritor de “volúvel como toda a mestiça”. Quando viu que o português Jerônimo a queria, procurou logo largar o praticante de capoeira Firmo, mulato como ela, porque “o sangue da mestiça reclamou os seus direitos de apuração, e Rita preferiu no português o macho de raça superior”²²⁷. Rita Baiana era mulata, solteira, sensual, embora vivesse em regime de concubinato com o capoeirista e mulato Firmo, é narrada com bons olhos, quiçá a única que possui atributos

²²⁴ CÂNDIDO, Antônio. De cortiço a cortiço. *Novos Estudos CEBRAP* Nº 30, julho de 1991, p.111-129. Disponível em :file:///C:/Users/jails/Desktop/De%20cortiço%20a%20cortiço%20Antonio%20Candido.pdf. Acesso em: 24 set. 2021.

²²⁵ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 487.

²²⁶ AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Escala educacional, 2006, p. 2.

²²⁷ *Idem*, *Ibidem*, p. 156.

comparados à tropicalidade de sua terra: “ela era a luz ardente do meio dia; ela era o calor vermelho das sestras da fazenda; era o aroma quente dos trevos e das baunilhas, que a atordoava nas matas brasileiras”²²⁸. Ela era querida por todos no cortiço, comunicativa, tinha um grande coração, mantinha sua própria independência, autonomia e a nada se prendia; suas concepções eram à frente de seu tempo no tocante à própria liberdade quando o assunto era casamento. “Casar? Protestou a Rita. Nessa não cai a filha de meu pai! Casar-se? Livra! Para quê? Para arranjar cativo? Um marido é pior que o diabo; pensa logo que a gente é escrava! Nada! Qual! Deus te livre!”²²⁹

Na verdade, o casamento formal se constituía no “ideal mais elevado de realização” apenas para as mulheres brancas da classe dominante²³⁰. Entre as mulheres pobres do cortiço, esta formalização da relação conjugal era exercida por uma minoria. Ainda de acordo com esta autora.

O fato é que no seio dos populares o casamento formal não preponderava. Isso se explica não só pelo desinteresse decorrente da ausência de propriedades, mas pelos entraves burocráticos. A dificuldade do homem pobre em assumir o papel de mantenedor, típico das relações burguesas, é outro fator, ao que se soma, em alguns casos, a pretensão de algumas mulheres de garantir sua autonomia²³¹

Dadas às condições precárias de vida da população pobre, o ideal de vida das mulheres negras e mulatas era outro quando comparado ao das mulheres da elite branca. Não havia essa rigidez em relação a certos valores morais burgueses, tais como a virgindade antes do casamento, e a própria institucionalização do casamento.

Quanto àquelas [mulheres] dos segmentos mais baixos, mestiças, negras e mesmo brancas, viviam menos protegidas e sujeitas à exploração sexual. Suas relações tendiam a se desenvolver dentro de **outro padrão de moralidade** que, relacionado principalmente às dificuldades econômicas e de raça, 12 contrapunha-se ao ideal de castidade. Esse comportamento, no entanto, não chegava a transformar a maneira pela qual a cultura dominante encarava a questão da virgindade, nem a posição privilegiada do sexo²³².

Davis²³³ explica que na segunda metade do século XIX a percepção do caráter opressivo do casamento era recente. As feministas desta época começaram a descrever o matrimônio como uma “escravidão” parecida ao sofrimento da população negra, mesmo sabendo que a

²²⁸ *Idem, Ibidem*, p. 54.

²²⁹ *Idem, Ibidem*, p. 56.

²³⁰ SOIHET, Rachel. *História das mulheres no Brasil*. Ed. Contexto & Unesp: São Paulo, 2004. Disponível em <https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/del-priorehistc3b3ria-das-mulheres-no-brasil.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

²³¹ *Idem, ibidem*, p. 308.

²³² *Idem, ibidem*, p. 308.

²³³ DAVIS, Angela. *Mulher, raça e classe*. 1º ed. – Grã Bretanha: The Women’s Press, Ltda, 1982. Disponível em: <file:///C:/Users/jails/Desktop/Livro%20Angela%20Davis%20Mulheres,%20raça%20e%20classe.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

escravidão era muito pior do que o casamento. Devido ao patriarcalismo, essa comparação implicou em algo que as mulheres brancas de classe média sentiam afinidades com as mulheres e os homens negros, para quem a escravidão significava chicotes e correntes. Nesse contexto da narrativa de Azevedo, há visibilidades de violência de gênero sofrida pela personagem Rita Baiana, mesmo não estando casada. O seu relacionamento com Firmo vinha de longe e “era uma coisa muito complicada”, cita o escritor. Eles brigavam por causa dos ciúmes de Firmo:

Ele tinha ‘paixão’ pela Rita, e ela, apesar de volúvel como toda mestiça, não podia esquecê-lo por uma vez; metia-se com outros, é certo que de quando em quando, e o Firmo então pintava o caneco, dava por paus e por pedras, enchia a de bofetadas, mas, ao final, ia procurá-la, ou ela a ele, e ferravam-se de novo, cada vez mais ardentes, como se aquelas turras constantes reforçassem o combustível de seus amores ²³⁴.

Esta situação configura uma violência doméstica contra as mulheres, embora Rita apresente um desejo ou ideal de protagonismo, autonomia e liberdade feminina. Ela é rebaixada por sua condição feminina porque Firmo, na condição masculina representado na obra, tinha o “direito natural” de se sobrepor a ela: quando queria, “afogava-se em numa boa pândega com a Rita Baiana. A Rita ou outra”²³⁵. Rita, mesmo temendo o casamento, era condicionada numa perspectiva de liberdade que mesma não tinha consciência da real ausência da mesma ao sujeitar-se “às turras” de seu homem.

Segundo Duarte²³⁶, “a mulata construída pela literatura brasileira tem sua configuração marcada pelo signo da mulher fornicaria da tradição europeia, ser noturna e carnal, avatar da meretriz”. Numa cultura patriarcal, a mulher mulata serve para satisfazer os instintos masculinos em oposição ao desejo materno de também ser mãe, constituir família. A mulher mulata deve, de preferência, estar livre para atender os desejos sexuais dos homens, sejam eles brancos ou negros. Isaura e Leonor são outras duas personagens na obra que representam as mulheres negras. Elas são descritas pelo escritor como trabalhadoras domésticas e dando evidência à sua disposição para a prática sexual, utilizando os termos “tecnologia da obscenidade” para se referir à sua esperteza em atrair os homens desejosos de relacionamentos íntimos. Nas palavras do autor:

Isaura, mulata ainda moça, moleirona e tola, que gastava todo vintenzinho que pilhava em comprar capilé na venda de João Romão; uma negrinha virgem, chamada Leonor, muito ligeira e viva, lisa e seca como um moleque, conhecendo de orelha, sem lhe faltar um termo, a **vasta tecnologia da obscenidade** ²³⁷

²³⁴ AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Escala educacional, 2006, p. 60.

²³⁵ *Idem, Ibidem*, p. 59.

²³⁶ DUARTE, Eduardo de Assis. Mulheres Marcadas: literatura, gênero, etnicidade. *LITERAFRO*, 2021. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/149-eduardo-de-assis-duarte-mulheres-marcadas-literatura-genero-etnicidade>. Acesso em 12 dez. 2021.

²³⁷ Op. cit.

Ainda sobre o casamento, que é um assunto que emana discussões em torno das mulheres negras representadas por Azevedo no romance *O Cortiço*, não é mostrado nenhuma mulher negra casada e com filhos nos moldes defendidos pela elite burguesa. Durante a Belle époque (1890 a 1920), instaurada pela ordem burguesa, a modernização e a higienização do país era defendida com a intenção de tornar os hábitos civilizados, inspirado no modelo parisiense. No entanto, a estrutura da família das classes populares não seguia o padrão idealizado, assumindo uma multiplicidade de formas, com inúmeras famílias chefiadas por mulheres sós, evidenciado pelas dificuldades econômicas, às normas e valores diversos que são próprios da cultura popular. Marciana, a mulata mais antiga do cortiço, é descrita por Azevedo como “muito séria e asseada em exagero”. Sua casa sempre estava húmida pelas constantes lavagens, pois, quando estava de mau humor, punha-se a varrer e a limpar. Era mãe solteira, sendo a única negra do cortiço que é apresentada com uma filha de 15 anos, de nome Florinda. Florinda é descrita como garota atraente, desejada pelos homens do cortiço. Nas palavras do escritor, ela tem:

Pele de um moreno quente, beiços sensuais, bonitos dentes, olhos luxuriosos de macaca. Toda ela estava a pedir homem, mas sustentava a sua virgindade e não cedia, nem a mão de Deus Padre, e aos rogos de João Romão, que a desejava apanhar a troco de pequenas concessões na medida e no peso das compras que Florinda fazia diariamente na venda²³⁸

Em alguns momentos no enredo esta personagem é assediada pelo vendeiro da loja de João Romão que, ao passar por ela enquanto apanhava roupas no chão, “ferrou-lhe uma palmada na parte do corpo então mais em evidência”. Ela, por sua vez, erguendo-se, grita e tenta se defender. Florinda, ao se encontrar com João Romão, acusa o vendeiro de roubar a venda no peso, xinga-o de “diabo do galego, eu não te quero, sabe”! Quando João Romão já havia se retirado, o vendeiro soltou-lhe uma palmada com mais força e saiu correndo porque ela se armara com um regador cheio de água, relata Azevedo.²³⁹

Florinda, no desenrolar do enredo, é deflorada por Domingos e engravida. Sua mãe Marciana fica histérica com a situação: “trêmula de raiva, fechou a porta da casa, guardou a chave no seio e, furiosa, caiu aos murros em cima da filha”²⁴⁰. A personagem sofre violência física por parte da mãe porque, inicialmente, ela não queria contar quem a engravidou. Após a descoberta, a mãe vai em busca da reparação do “erro”:

Marciana, sem largar a filha, invadira a casa de João Romão e perseguia Domingos que preparava já sua trouxa. – Então? Perguntou- lhe. Que tenciona fazer? Ele não

²³⁸ AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Escala educacional, 2006, p. 34.

²³⁹ *Idem, Ibidem*, p. 42.

²⁴⁰ *Idem, Ibidem*, p.89.

deu resposta. – Vamos, vamos, fale! Desembuche! – Ora, lixe-se! Resmungou o caixeiro, agora muito vermelho de cólera. – Lixe-se, não!... Mais devagar com o andor! Você há de casar: ela é menor! Domingos soltou uma palavrada, que enfureceu a velha. – Ah, sim? Bradou esta. Pois veremos!²⁴¹

Marciana lutou pela honra da filha, mas esta foi duplamente enganada. João Romão prometeu pagar o dote à menina, no entanto, com isso aproveitou-se da situação para não pagar ao caixeiro o que lhe era de direito. Em meio às discussões, com a mãe amparada pelas mulheres do cortiço que foram à venda atrás de Domingos para dar-lhe uma “lição”, João Romão disse que ele se casaria com ela senão lhe pagaria o dote por direito. No entanto, ele ajudou o caixeiro a fugir e o dote não foi pago. A mãe foi em busca dos direitos da filha na lei por ser menor:

Marciana foi com a pequena à procura do sub-delegado e voltou aborrecida porque lhe disseram que nada se poderia fazer enquanto não aparecesse o delinquente; andaram em busca de justiça, secretarias, estação de polícia. Mas, quando lhe perguntavam quanto dispunha para gastar com o processo, as despacharam sem mais considerações logo que se inteiravam da escassez de recursos de ambas as partes²⁴²

Soihet²⁴³ comenta que a lei em nada favorecia as mulheres. Nesse caso, as solteiras que se deixassem desvirginar perdiam o direito a qualquer consideração, e no caso de uma relação ilegítima, os homens não se sentiam responsabilizados porque a honra da mulher se baseava na ausência do homem por meio da virgindade ou pela presença masculina no casamento, caso contrário, caía sobre as mulheres a responsabilidade e o peso das consequências do “erro”. Florinda, grávida, maltratada pela mãe, não vê outra saída a não ser sair de casa, o que a conduziu à prostituição, pois, além de pobre, não tinha apoio familiar na situação em que se encontrava. Marciana, ao ver que perdera a filha, ficou em estado de choque, monologava o tempo todo. João Romão ordenou que desocupasse o cômodo. Após ser 15 afrontado por sua fúria, esbravejou: “este galego é que teve a culpa de tudo! Maldito sejas tu, ladrão! Se não me deres conta de minha filha, malvado, meto fogo na casa!”²⁴⁴

Marciana foi expulsa de sua habitação. Por influência de João Romão, um policial a levou presa. Esse contexto retrata os abusos duplamente sofridos por Marciana: na condição de mulher e de mulher negra. No contexto geral elas eram qualificadas de “vagabundas”, termo que durante o Império configurava quem não trabalhava e não produzia lucros para a sociedade. Logo, por sua condição social, não lhe era dado o devido respeito, sofrendo assédios, preconceitos, estereótipos, animalização e anulação de seus direitos. Outro aspecto que merece

²⁴¹ *Idem, Ibidem*, p. 92.

²⁴² *Idem, Ibidem*, p. 101

²⁴³ SOIHET, Rachel. História das mulheres no Brasil. Ed. Contexto & Unesp: São Paulo, 2004. Disponível em <https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/del-priorehistc3b3ria-das-mulheres-no-brasil.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

²⁴⁴ AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Escala educacional, 2006, p. 102.

ser destacado é o fato de ter sido comum na literatura alinhada ao Naturalismo a equiparação dos pobres aos animais.²⁴⁵

No caso das mulheres negras, elas foram rebaixadas à condição de “bestas de carga”, como afirma Cândido²⁴⁶. Essa animalização é um preconceito imposto principalmente às mulheres negras que estavam sujeitas ao trabalho escravizado e à exploração sexual. No “O Cortiço” os personagens pobres sempre são considerados e equiparados aos animais e à carga. Esse retrato feito por Azevedo mostra que o zoomorfismo é uma das grandes influências recebidas pela literatura naturalista, a qual remete aos personagens e determina o que são perante os olhos da sociedade.

4.6 SEM RUPTURAS, SOMENTE CONTINUIDADES

*Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?*²⁴⁷

Esta fala é em si extremamente libertadora. Ainda mais considerando o país e o contexto social da época. Somente 100 anos depois o movimento dos negros tomou as ruas das principais cidades americanas em protestos contra o racismo e em favor da universalidade dos direitos civis. Portanto, não foi ainda especificamente o movimento das mulheres negras. Tantos anos e passaram e mulheres continuam sendo vistas e julgadas da mesma forma, ou seja, os fundamentos pseudos científicos que moldaram a imagem da mulher negra como a desajustada, libidinosa, agressiva, perigosa e louca, permanece no imaginário da sociedade racista brasileira.

O Cortiço de Aluísio Azevedo inova o romance brasileiro ao trazer para a sociedade uma nova perspectiva literária, mostrando as mazelas sociais condizentes com a realidade histórica, cultural e social do país nas últimas décadas do século XIX. Esta narrativa é fundamentada em determinadas teorias científicas, filosóficas, principalmente o determinismo, apontando como causas determinantes do comportamento social o meio ambiente, a raça e o

²⁴⁵ *Idem.*

²⁴⁶ CÂNDIDO, Antônio. *De cortiço a cortiço*. Novos Estudos CEBRAP N° 30, julho de 1991, p. 111-129. Disponível em: <file:///C:/Users/jails/Desktop/De%20cortiço%20a%20cortiço%20Antonio%20Candido.pdf>. Acesso em: 08 set. 2018.

²⁴⁷ Em 1851, Sojourner Truth, ex-escrava que se tornou oradora, fez seu famoso discurso intitulado “E eu não sou uma mulher?” na Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio [EUA]. Dentre alguns questionamentos, ela diz:

contexto social. As personagens pretas retratadas por Azevedo são descritas e o comportamento social explicado pelo pensamento determinista vigente na época.

O Naturalismo literário permite uma determinada análise das mulheres pretas e, inclusive, define-as por uma caracterização zoomórfica, rebaixando-as à condição animal.

Nenhuma personagem preta retratada na obra se emancipou das opressões e discriminações sociais: cada uma teve o seu desfecho vinculado aos seus aspectos histórico, cultural e social visto como determinantes de sua forma de ser. A observação do escritor traz reflexões acerca de como negros são vistos e tratados pela sociedade elitista e branca, sendo sujeitos marcados pelo conflito e por relações de poder de poder discriminatórios, vistos de acordo com uma ideologia social e política fundamentada no conhecimento científico de matriz positivista/naturalista.²⁴⁸ Trata-se de uma visão que não cooperava para a humanização dos diferentes segmentos sociais, incluindo o respeito à cor; ao contrário, concebia os negros como mancha social e perpetuaram estereótipos que se propagaram para além do tempo de produção da obra, sendo uma realidade que ainda nos envergonha nos dias atuais. Na contemporaneidade, portanto, ainda se visualiza o rebaixamento das mulheres negras com base em terias de matriz naturalista, isso ao serem rechaçadas por sua cor.

Quando o assunto é a luta das mulheres negras por igualdade na sociedade, nota-se que superar a hegemonia masculina perpetuada ao longo da história ainda é um desafio inerente à realidade contemporânea a ser superada. Haja vista que a voz que mais clama é as vozes femininas negras, classificadas socialmente como as mais vulneráveis, necessitando a superação das ideologias patriarcais e racistas, ou seja, as opressões de gênero e de raça.

Nesse ínterim, novos caminhos de luta vêm direcionando a ações políticas antirracistas e de gênero que impulsionam o protagonismo das mulheres negras para a emancipação subjetiva e social.

²⁴⁸RICARDO, Jailsa Rodrigues da Silva. *O retrato das mulheres negras na obra o Cortiço e as perspectivas emancipadoras na contemporaneidade*, 2018. Disponível em: https://bdm.ufmt.br/bitstream/1/1081/1/TCCP_2018_Jailsa%20Rodrigues%20da%20Silva%20Ricardo.pdf. Acesso em 12 dez. 2021.

CONCLUSÃO

Finalmente, a pesquisa teve como objetivo compreender como o processo que inicia-se com a abordagem policial sofrida por mulheres negras nas ruas de São Paulo entre (1888-1955), seguida da internação psiquiátrica, passando pela documentação médica produzida acerca dessas mulheres, pode ter sido responsável pela criação do “Mito da Negra Maluca”, ou seja, da construção do imaginário acerca das mulheres negras que seriam raivosas desajustadas emocionalmente e hipersexualizadas, mito este que causou e causa um prejuízo social, econômico e emocional à todas nós mulheres negras que representamos a maioria dentro da maioria da população brasileira. Para esta análise, utilizamos além dos prontuários médicos, documentos oficiais produzidos por representantes oficiais da Cidade de São Paulo e Grande São Paulo, produções acadêmicas acerca do tema pesquisado, almanaques, charges, iconografia, notícias publicadas em jornais e romances do período.

É assustador perceber que romances considerados clássicos da literatura brasileira e que que fizeram e fazem parte do currículo escolar, representaram a argamassa que moldou e fixou o discurso médico acerca das mulheres negras no imaginário da sociedade brasileira.

Com certeza, a facilidade para fixar esses estereotípicos é maior do que a desconstrução aqui proposta. O mito da negra raivosa, desajustada, louca..., passou e passa de geração em geração, independente do grau de instrução ou classe social, quando nós mulheres negras, adentramos nos espaços, o julgamento se configura a partir da cor da pele e do gênero, a primeira a ser vista.

Quantas de nossas antepassadas foram encarradas em manicômios e cadeias? Foram punidas e tiveram suas vidas roubadas sem ter cometido um único crime ou mesmo possuírem patologia psiquiátrica descrita em seus prontuários médicos?

Na atualidade, mulheres negras são a maioria nos encarceramentos em São Paulo e no Brasil conforme Violência Política de Gênero e Raça no Brasil – 2021 publicado pelo Instituto Marielle Franco.

O estereótipo da mulher negra, raivosa, desajustada, permanece. Quanto mais nos apossamos dos espaços que nós é de direito, mais somos atacadas, nosso ambiente de trabalho, na academia, nos espaços sociais...

Nas palavras da célebre conceição Evaristo: *“combinaram de nos matar, mas nós combinamos de sobreviver.”*

Povoada

Quem falou que eu ando só?

Nessa terra, nesse chão de meu Deus

Sou uma mas não sou só

Povoada

Quem falou que eu ando só?

Tenho em mim mais de muitos

Sou uma mas não sou só

Povoada

Quem falou que eu ando só?

Nessa terra, nesse chão de meu Deus

Sou uma mas não sou só

Povoada

Quem falou que eu ando só?

Tenho em mim mais de muitos

Sou uma mas não sou só

(Sued Nunes).

Sem acompanhadas pelas ancestrais, assim como acompanharemos nossas descendentes.

Espero que esta pesquisa venha a colaborar para as políticas antirracistas com o objetivo de auxiliar para uma melhoria no caminho a ser traçado por nossas descendentes.

BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, Marcos César. A Criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. *Revista Dados*. v.45, n.4, Rio de Janeiro, 2002.

AMANCIO, Kleber Antonio de Oliveira. *À procura da liberdade moral: a vida cotidiana dos ex-escravos e de seus descendentes no pós- abolição na Campinas das primeiras décadas do século XX*. (Dissertação de mestrado) – Universidade de São Paulo, 2010.

ARBEX, Daniela. *Holocausto brasileiro*. 1. ed. – São Paulo: Geração Editorial, 2013.

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Escala educacional, 2006;

BRASIL. *Decreto 8.834 de 11/7/1911*. Regulamento da Assistência a Alienados, a que se refere o decreto n. 8.834, de 11 de Julho de 1911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8834-11-julho-1911-507693-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 06 março 2022. Segundo Engel, a nova denominação não pegou: o HNA continuou a ser conhecido como hospício.

CÂNDIDO, Antônio. *De cortiço a cortiço*. Novos Estudos CEBRAP N° 30, julho de 1991 p. 111-129. Disponível em :file:///C:/Users/jails/Desktop/De%20cortiço%20a%20cortiço%20Antonio%20Candido.pdf. Acesso em: 24 set. 2021.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na américa latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Geledés. Disponível em :file:///C:/Users/jails/Desktop/Emancipação%20da%20mulher%20negra%20%20CarneiroFeminismo%20negro.pdf .Acesso em: 24 set. 2021.

_____. *A Construção do Outro Como Não-Ser Como Fundamento do Ser*. Tese de Doutorado, USP, Educação, São Paulo, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CARVALHO, Marina Vieira de. *Vadiagem e criminalização: a formação da marginalidade social do Rio de Janeiro de 1888 a 1902*. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Marina%20Vieira%20de%20Carvalho.pdf>. Acesso em 02 out. 2021.

CARVALHO, Sueleny Ribeiro. *A Identidade na Fronteira Deslizante dos Estereótipos*. Jundiaí, Paco Editorial, 2013.

CARRARA, Sérgio. Crilne e loucura - o aparecúnento do nanicônúo judiciário na passage ,n do século. Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, J 998, 22 pp.

CASTEL, Robert. *A ordem psiquiátrica: A idade de ouro no alienismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

CHAUÍ, M. *Conformismo e resistência*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CONSELHO Penitenciário do Distrito Federal. “As mulheres criminosas no *centro mais populoso do Brasil* (Districto Federal, Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Geraes e Espírito Santo”. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928. Fonte: Biblioteca Nacional.

COSTA, Irla Henrique; ANDROSIO, Valéria de Oliveira. *As transformações do papel da mulher na contemporaneidade*. s/d. Disponível em: <http://www.pergamum.univale.br/pergamum/tcc/Astransformacoesdopapeldamulhernacontemporaneidade.pdf>. Acesso em out. 2021.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DAVIS, Angela. *Mulher, raça e classe*. 1º ed. – Grã Bretanha: The Women's Press, Ltda, 1982. Disponível em: <file:///C:/Users/jails/Desktop/Livro%20Angela%20Davis%20Mulheres,%20raça%20e%20classe.pdf> . Acesso em: 24 set. 2021.

FERLA, Luis Antonio Coelho. Feios, sujos e malvados sob medida. Do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945). Tese de Doutorado. USP, 2005.

FERREIRA, Vivian Carla Garcia. *Limiares da loucura: corpo e insurgência feminina em prontuários de mulheres no manicômio judiciário do Estado de São Paulo (1933-1952)*. História e Democracia. 2015. Disponível em: https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1530845220_ARQUIVO_Limiares-da-loucura-corpo-e-insurgencia-feminina.pdf. Acesso em 02 out. 2021.

FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. “O que são as Luzes?” In: Ditos e Escritos Vol. II. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Tradução Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. “Émergence des équipements collectifs. Etat d’avancement des travaux”. Manuscrito de Julho de 1974. In: CHEVALLIER, Philippe. “Michel Foucault et le CERFI: *un étrange inédit*”. Publicado no site.

GOES, Luciano. *A tradução do Paradigma Etiológico de Criminologia no Brasil: Um diálogo entre Cesare e Nina Rodrigues na Perspectiva Centro-Margem*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

GÓES, Weber Lopes. *Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl*. Mestrado em Ciências Sociais (UNESP) 2015.

GRINBERG, Keila. *A História nos porões dos arquivos judiciais*. In PINSKY, Carla; DE LUCA, Tania Regina de (orgs.) São Paulo: Contexto, 2009.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. *Cultura e Representação*. São Paulo: Apicuri, 2016.

HOOKS, Bell. *Black looks: race and representation*. Boston: South End Press, 1992.

HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs.). *A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

KOWARICK, Lúcio (org.) *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. *Los cautiverios de las mujeres*. Madresposas, monjas, putas, presas y locas. Coyoacán, México : Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

LOMBROSO, Cesare. *La Femme Criminelle, tradução de Meille*, Paris, 1896.

MACHIN, Rosana.; MOTA, André. Entre o particular e o geral: a constituição de uma “loucura negra” no Hospício de Juquery em São Paulo, Brasil – 1898-1920. *SciELO*.2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/scrGZDsBnfnDxTf9MRHxW6D/?lang=pt>. Acesso em 02 out. 2021.

MASIERO, André Luis. A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros. *SciELO*, 2003.

MANTOVANI, Rafael. *Prisão em São Paulo na primeira metade do século XIX: demandas sociais, atores e contradições*. SCIELO, 2018.

MARTINS, Antônio Egydio. *São Paulo Antigo (1554-1910)*. Editora Paz e Terra, 2003.

MITJAVILA, Myriam; VÁSQUEZ-VALENCIA, María Fernanda. (organizadoras) *Crime, medicina e sociedade: perspectivas sócio-históricas*. 1ª edição LiberArs. São Paulo, 2020.

MONTELEONE P. *Os cinco problemas da eugenia brasileira* [tese]. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo; 1929.

MOTTA, Candido N.N. *A justiça criminal na capital do Estado de S. Paulo* – Relatório apresentado ao Dr. Procurador geral em 31 de dezembro de 1894. São Paulo: Typ. a Vapor Espindola, Siqueira & Comp, 1895.

_____. *Tempos cruzados: raízes históricas da Saúde Coletiva no estado de São Paulo* [tese livre-docência]. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo; 2018.

MOTA, Rosana Machin André. *Entre o particular e o geral: a constituição de uma “loucura negra” no Hospício de Juquery em São Paulo, Brasil – 1898-1920*. SciELO, 2019.

NASCIMENTO, Renata Melo Barbosa do. *Representações de mulheres negras: literatura de Jorge Amado nas lentes do cinema (1935-1969)*. Copene Regional, 2018. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1531096059_ARQUIVO_TextoCOPENE2018.pdf. Acesso em 06 mar. 2022.

Nepomuceno, B. Protagonismo ignorado. In: Pinsky, C. B. & Pedro, J. M. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890- 1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

ROCHA, Francisco Franco da. *Fragments de Psychiatria*. São Paulo: Estatística e apontamentos: 6º folheto da série. São Paulo: Typografia do Diário Oficial, 1899.

_____. *Fragments de Psychiatria*. São Paulo: Typographia Ribeiro, 1895.

RODRIGUES, R. N. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Salvador: Livraria Progresso, 1957.

_____. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Bahia: Editora Guanabara, 1895.

SAFFIOTI, B. I. Heleieth; VARGAS, Mônica Muñoz (Orgs.). *Mulher brasileira é assim*. Brasília: Rosa dos Tempos, 1994.

SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo: 1822-1940*. SCIELO, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/BR3h8PGwj5FQW7Cmkg8XMnh/?lang=pt>. Acesso em 18 fev. 2022.

SALMASSO, Rita de Cássia. Criminalidade e condição feminina: estudo de caso das mulheres criminosas e presidiárias de Marília – SP. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 4, n. 3, 2004.

SANDER, L. Gilman. Corpos negros, corpos brancos: em direção a uma iconografia da sexualidade feminina na arte, medicina e literatura do final do século XIX. *Investigação crítica* 12 (1): 204 (1985).

SANT'ANNA, Nuno. *Documentário histórico*, vol. II. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 1951.

SANTOS, Ronivaldo de Oliveira Rego. *O Projeto do Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho deGoiânia em uma história da loucura no Brasil (1930-1950)*. Mestrado em História (PUC-GOIAS), 2018.

SÃO PAULO. *Ministério Público do Estado de São Paulo*. Disponível em: <http://mp.sp.gov.br/>. Acesso em 03 março 2022.

SEVCENKO, Nicolau. *Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 2003.

SILVA, Silvana Aparecida da. *Racismo e Sexualidade nas Representações de Negras e Mestiças no Final do Século XIX e Início do XX*, 2008. Dissertação de mestrado em História Social (PUCOSP).

SOARES, Cecília Moreira. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) " Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

_____. *As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX*". Afro-Ásia, Bahia, n. 17. 1996.

SODRÉ, Werneck, Nelson. *O naturalismo no Brasil*. Ed. Civilização Brasileira S.A.: Rio de Janeiro, 1965. Disponível em <file:///C:/Users/jails/Desktop/Livro%20O%20naturalismo%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

SOIHET, Rachel. *História das mulheres no Brasil*. Ed. Contexto & Unesp: São Paulo, 2004. Disponível em <https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/del-priorehisc3b3ria-das-mulheres-no-brasil.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto (1920-1930)*. Scielo, 2016.

TAVOLARO, Douglas. *A casa do delírio: reportagem no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha*. 2a. Ed. São Paulo: SENAC, 2002.

TEIXEIRA, Alessandra. *Construir a delinquência, articular a criminalidade*. Um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo Tese de doutoramento em Sociologia, FFLCH-USP, São Paulo, 2012.

TEIXEIRA, Manoel Olavo Loureiro. *Pinel e o nascimento do alienismo*. CLIO-PSYCHÉ, 2019.

TOLEDO, Eliza Teixeira de. *A circulação e aplicação da Psicocirurgia no hospital psiquiátrico do Juquery*, São Paulo: uma questão de gênero (1936-1956). Tese de Doutorado – FIOCRUZ, 2019.

PERIODICOS DE PESQUISA

Papéis avulsos, 1870-1880, vol. 80 (Coleção de documentos manuscritos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo).

Papéis avulsos, 1870-1888, vol. 80 (Coleção de documentos manuscritos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo).

Papéis avulsos, 1888-1889, vol. 80 (Coleção de documentos manuscritos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo).

Registro geral da câmara municipal de S. Paulo, vol. XIX, 1826-1828. São Paulo: Typographia Piratininga, 1923.

Registro geral da câmara municipal de São Paulo, vol. XXVI, 1836. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 1938.

Registro geral da câmara municipal de São Paulo, vol. XXVII, 1837. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 1938.

Relatório do presidente da província de 1878, o chefe de polícia do Estado, Joaquim de Toledo Pisa e Almeida.